



A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO NA PANDEMIA

DIEGO ARAUJO AZZI
GILBERTO MARCOS ANTONIO RODRIGUES
ANA TEREZA LOPES MARRA DE SOUSA

(ORGS.)

A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO NA PANDEMIA

DIEGO ARAUJO AZZI
GILBERTO MARCOS ANTONIO RODRIGUES
ANA TEREZA LOPES MARRA DE SOUSA
(ORGS.)

SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP
2020





OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA E INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Coordenação OPEB UFABC (2020-2021):

Prof. Diego Araujo Azzi
Profa. Ana Tereza M. L. Sousa e
Prof. Gilberto M. A. Rodrigues

Monitores discentes:
Ana Paula F. Teixeira e
Vitor Hugo dos Santos



SUMÁRIO

6 Prefácio

Christoph Heuser e Gonzalo Berrón

7 Apresentação

Ana Tereza L. M de Sousa, Diego Araujo Azzi e Gilberto M. A. Rodrigues

8 O vácuo brasileiro nas relações Brasil-África e as transformações no continente africano

Flávio Francisco, Kethelyn Santos e Maryanna Sagio Alve.

21 Brasil e América Latina, anos de retrocesso na integração regional

Gustavo Mendes De Almeida, Ingrid Meirelles, João Victor Pennacchio, Nicole Lima, Rafael Osório Reis Sales, Talita de Paula Duarte, Thauany Nazarethe Cirino e Gilberto Maringoni

31 Relações Brasil-China durante a pandemia: abalos no pragmatismo

Ana Tereza Lopes Marra de Sousa, Bruna Belasques Souza, Bruno Castro Dias da Fonseca, Gabriel Santos Carneiro, Rafael Almeida Ferreira Abrão, Vitor Hugo dos Santos

46 Notas sobre o comércio internacional em meio aos desafios do multilateralismo e da disputa comercial e tecnológica entre Estados Unidos e China

Lucas Taschetto e Mikael Servilha

57 Política externa, direitos humanos e pandemia de Covid-19


Gilberto M. A. Rodrigues, Isabela Montilha da Silva e Mirella Sabião

71 Relações Brasil-EUA e a pandemia

Tatiana Berringer, Ana Paula Fonseca Teixeira, Gabriel Soprijo e Gabrielly Almeida Santos do Amparo

81 A política externa bolsonarista e o agravamento de um Brasil insustentável

Diego Araujo Azzi, Lucas Rocha, Luís Gustavo Branco, Pedro Lagosta, Pedro Mendes, Sara Aparecida de Paula e Yamila Goldfarb



95 Forças Armadas, política doméstica e política de defesa
no segundo ano do governo Bolsonaro

Flávio Rocha de Oliveira, Tarcizio Rodrigo de S. Melo e Juana Lorne

109 Entre ideologia e pragmatismo: a dinâmica das relações
Brasil-Oriente Médio

Giorgio Romano Schutte, Ana Paula Fonseca Teixeira,
Gabriel Horacio de Jesus Soprijo, Ingrid Meirelles, Kethelyn Santos e
Vitor Hugo dos Santos

Prefácio

No ano do choque global produzido pela pandemia de Covid-19, o projeto de pensar a potencial contribuição de um grande país como o Brasil para um mundo mais democrático e equilibrado foi um desafio ainda mais importante, porém bastante complexo. Mesmo assim, a iniciativa do OPEB continuou trilhando esse caminho, que começara em 2019, de forma profícua, profissional, engajada e coletiva, sendo essa última uma dimensão formativa das mais valiosas para a criação, não só de análise de conjuntura, mas também dos profissionais engajados e ativos de quem a formulação da Política Externa Brasileira precisa e vai precisar para essa contribuição diferenciada que pode dar ao mundo e a si mesma.

O OPEB apresenta, nesse volume, o que pode ser considerado a sua “pauta prioritária” para a Política Externa Brasileira. Um conjunto de temas que tangem a geopolítica clássica (como Estados Unidos, China, Multilateralismo, Comércio Internacional), mas também Direitos Humanos, relações Sul Sul, África, Oriente Médio, América Latina e Integração Regional, que compõe uma visão alimentada pelas tradições “independentistas” da PEB, com um realismo que não se assusta com a dura conjuntura internacional e mantém a convicção de que a reivindicação de um espaço próprio construído junto com os parceiros do “sul global” é a grande contribuição para um sistema multilateral mais democrático e um mundo mais justo social, econômica e ambientalmente. Em 2020, um ano a mais na radicalização do antimultilateralismo, liderada pelo presidente Donald Trump e acompanhada de forma subordinada pelo presidente Jair Bolsonaro, contribuir para a manutenção do pensamento autônomo da PEB tem sido fundamental.

Participar dessa construção a partir da Fundação Friedrich Ebert tem sido não só uma honra, mas também uma parceria estratégica no que tange aos valores, princípios e visões que compartilhamos com o OPEB. A FES advoga na Alemanha e no mundo, por um multilateralismo mais e mais democrático e um mundo sustentável ambiental e socialmente e acredita que os trabalhos com parceiros do teor do OPEB-UFABC são estratégicos para avançar em direção a essas metas.

Agradecemos às e aos colegas que organizaram o volume, a todas e todos que contribuíram para sua elaboração e convidamo-las/los a ler e compartilhar “*A Política Externa De Bolsonaro Na Pandemia*”.

Christoph Heuser, Representante

Gonzalo Berrón, Diretor de Projetos

Fundação Friedrich Ebert (FES), Brasil

Apresentação

A Política Externa de Bolsonaro na Pandemia é fruto de um trabalho coletivo do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB) da Universidade Federal do ABC (UFA-BC) ao longo do ano de 2020. O OPEB é formado por docentes e discentes do Bacharelado em Relações Internacionais (BRI) e dos Programas de Pós-Graduação em Economia Política Mundial (EPM) e de Relações Internacionais (PRI).

A partir de uma parceria firmada com a Fundação Friedrich Ebert (FES), o OPEB desenhou e produziu uma *Newsletter* quinzenal com análises críticas e multidimensionais sobre a política externa brasileira, além da divulgação científica e da curadoria de eventos de interesse no campo das relações internacionais. Com base nos Grupos de Trabalho (GTs) do OPEB, foram produzidas várias análises sobre os seguintes temas da PEB: África, América Latina, China, Comércio Internacional, Direitos Humanos, EUA, Meio Ambiente, Oriente Médio e Segurança Internacional. O conjunto de textos de cada GT publicado na *Newsletter* está sintetizado nos capítulos temáticos deste Caderno.

Os capítulos, a seguir, nos revelam diversas facetas da PEB atual e, apesar de sua diversidade temática, revelam um traço comum: a trajetória da PEB – já em total descompasso com o mundo desde 2019 – saiu dos trilhos de vez durante a pandemia de Covid-19, em 2020. Do negacionismo da ciência à submissão incondicional aos EUA e, particularmente, ao Trumpismo, a PEB de ultradireita de Bolsonaro na pandemia caminhou a passos largos para colocar o Brasil em sua nova e – até pouco tempo impensável – posição de pária no sistema internacional e nas organizações multilaterais.

Com este Caderno, o OPEB espera contribuir para o debate crítico acerca da política externa brasileira, revelando como o governo Bolsonaro tem operado – com o apoio de grupos de interesse específicos da sociedade – para destruir os largos estoques de racionalidade, pragmatismo e credibilidade de que, até há pouco tempo, a diplomacia brasileira dispunha nas relações internacionais. Trata-se de uma nítida erosão do poder do Brasil de forma ampla e, em especial, do Itamaraty.

Por fim, cabe registrar alguns agradecimentos: a Christoph Heuser, representante da FES no Brasil, a Gonzalo Berrón, diretor de programas e à toda equipe pela parceria e apoio ao trabalho do OPEB e à publicação da presente obra; à Ana Paula Teixeira e ao Victor Hugo dos Santos, nossos monitores em 2020, pelo incansável trabalho realizado em apoio ao OPEB e à produção da *Newsletter* ao longo deste ano de pandemia.

Pouco tempo antes de finalizarmos este texto, recebemos a triste notícia do falecimento de Kjeld Jakobsen, grande internacionalista e fantástico ser humano, ex-secretário de relações internacionais da cidade de São Paulo, e que também era membro do OPEB.

A ele dedicamos este Caderno.

Ana Tereza Marra, Diego Araujo Azzi e Gilberto M. A. Rodrigues

Organizadores

São Bernardo do Campo, dezembro de 2020

O vácuo brasileiro nas relações Brasil-África e as transformações no continente africano

Flávio Francisco¹
Kethelyn Santos²
Maryanna Sagio Alves³

Neste capítulo, acompanhamos a partir de eventos do ano de 2020, as transformações nas relações entre o Brasil e os países africanos. O processo de distanciamento, de acordo com especialistas da área, já se iniciara no governo Dilma, mas se aprofundou durante o governo de Michel Temer e Jair Bolsonaro, que consideravam o engajamento estratégico africano durante o período do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva um movimento ideológico, sem beneficiar substancialmente a economia brasileira. A agenda de Bolsonaro promoveu um realinhamento de alianças, que diminuiu as cooperações estratégicas no Sul Global, deixando de lado uma postura assertiva nas organizações internacionais. Aqui também trataremos de alguns pontos sobre o continente africano, que vêm apresentando algumas mudanças nesse contexto de “afastamento” entre Brasil e África.

Em um momento de reorientação da relação Brasil-África, o tema da saúde, das relações comerciais e o episódio que envolveu a Igreja Universal do Reino de Deus em Angola são importantes para a compreensão de alguns aspectos da agenda para o continente do governo do Presidente Jair Bolsonaro. O processo de afastamento em relação à África, aprofundado pela pandemia da Covid-19, revelou a desarticulação de uma agenda baseada em programas de cooperação técnica e com impacto sobre as relações comerciais. Durante o período de concepção de uma agenda estratégica para os afri-

1. Professor dos Bacharelados de Ciências Humanas e Relações Internacionais da UFABC. Coordenador do grupo de África do OPEB.

2. Graduanda do Bacharelado de Relações internacionais da UFABC.

3. Graduanda do Bacharelado de Relações internacionais da UFABC.

canos na década de 2000, os brasileiros se apresentaram ao continente como um país formulador de programas de excelência na área da saúde e da educação para combater a pobreza, devido ao histórico de desigualdades sociais e regionais. No entanto, anos depois, em um momento em que a Covid-19 se espalhava pelo globo, o Brasil limitou as fontes de financiamento de programas sociais, revelando sua incapacidade para atuar como um ator importante na contenção da pandemia e para fornecer técnicas e recursos humanos em outros países da América Latina e da África.

DISTANCIAMENTO E VÁCUO INSTITUCIONAL EM COOPERAÇÕES NA ÁREA DA SAÚDE

Desde o governo Michel Temer, o Brasil vem paulatinamente se afastando do continente africano, fechando várias embaixadas estabelecidas na gestão Luiz Inácio Lula da Silva. A dinâmica se acentuou na administração Bolsonaro, com a ausência de qualquer plano de cooperação com os países da região. Ações articuladas na área da saúde deixaram de existir. A partir de 2016, José Serra, Ministro das Relações Exteriores do governo do presidente Michel Temer, iniciou o planejamento de fechamento de embaixadas na África e no Caribe e a realocação dos respectivos funcionários. Aloisio Nunes, que substituiu Serra, apesar de acusar com constância os petistas de administrarem a política externa a partir de uma perspectiva ideológica, alegou que o motivo para o fechamento era o ajuste de recursos e não necessariamente uma reorientação para agenda do país com os africanos.

Em 2019, no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, entre declarações controversas e protocolares, o país foi aprofundando seu distanciamento em relação ao continente, abrindo mão de qualquer plano ambicioso para os africanos. No final do ano, o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, visitou Cabo Verde, Senegal, Nigéria e Angola, para a assinatura de acordos bilaterais na área do comércio e cooperação, prometendo impulsionar a relação entre brasileiros e africanos. Araújo também reforçou a importância de acordos na área de segurança, citando os esforços para combater o crime organizado, o terrorismo e o narcotráfico.

Em 2020, entretanto, o primeiro movimento do Itamaraty foi o de fechar sete embaixadas na África e no Caribe. No continente africano, as representações brasileiras nas cidades de Freetown (Serra Leoa) e Monróvia (Libéria) foram encerradas e tiveram seus serviços deslocados para a embaixada do Brasil em Acra (Gana).

No caso do Caribe, as embaixadas em Granada, Dominica, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda e Barbados foram fechadas. Todas haviam sido criadas durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

DISTANCIAMENTO NA SAÚDE

O distanciamento também pode ser verificado em ações na área da saúde, já que durante o período em que o Brasil tinha uma agenda estratégica para a África, os programas de cooperação técnica

em educação e saúde estiveram na linha de frente. A exportação de políticas públicas, como o combate ao HIV e à Malária, foi tratada como um trunfo dos brasileiros no continente.

No atual contexto de pandemia da Covid-19, entretanto, o Brasil tem comprometido a sua imagem de formulador de programas sociais para países da periferia do sistema internacional. Essa tendência tem se reforçado com os comentários hostis do presidente Jair Bolsonaro à Organização Mundial de Saúde, assim como a tendência negacionista na condução do combate ao vírus. Ainda que o continente africano apresente também práticas que ignoram a profundidade da pandemia, a grande maioria dos países, a partir de uma variedade de ações, organiza seus recursos em meio à precariedade e demonstram engajamentos em níveis nacionais e regionais.

Conforme a Covid-19 avançava no continente africano, a região procurava respostas conjuntas e institucionais para lidar com a pandemia. O Centro de Controle e Prevenção de Doenças da África (CDC) estabeleceu a Força-tarefa para o Novo Coronavírus da África, a AFCOR, lançada em 22 de fevereiro, durante uma reunião emergencial dos ministros de saúde africanos, em Addis Abeba (AFRICAN UNION, 2020 b). Esta Força-tarefa busca apoiar a cooperação e liderança africana fortalecendo a capacidade técnica, aprimorando decisões políticas e coordenando a detecção e o controle nas fronteiras. A AFCOR conta com cinco grupos de trabalho sendo eles: vigilância fronteiriça; prevenção e controle de infecção em unidades de saúde; manejo clínico de pessoas com infecção grave por Covid-19; diagnóstico laboratorial, comunicação de risco e envolvimento da comunidade. Os grupos têm participação e representantes dos Estados membros, da OMS e de outros especialistas e parceiros no assunto.

Além de contribuir com a CDC, o Escritório Regional da OMS para a África (AFRO) atua com os 47 Estados membros desde o início do surto, apoiando governos com o fornecimento de milhares de kits de testes da Covid-19 aos países e o treinamento de profissionais de saúde e fortalecimento da vigilância nas comunidades. Como resultado, atualmente 44 países africanos membros da OMS podem testar a Covid-19, em contraste com dois países que podiam fazê-lo no início do surto. A organização também trabalha com uma rede de especialistas para coordenar os esforços regionais, dentre eles a Equipe de Apoio à Gestão de Incidentes (IMST) que tem como base o fortalecimento e apoio técnico no tratamento de doenças (WHO, 2020). Argélia, República Democrática do Congo, Sudão do Sul e Zimbábue foram alguns dos países que receberam treinamentos e gerenciamentos de dados.

MEDIDAS RIGOROSAS

A África do Sul, uma das economias mais importantes do continente, está entre os países que tomaram as medidas mais rigorosas. O presidente Cyril Ramaphosa anunciou rapidamente o lockdown, banuiu viagens para outros países, obrigou a aplicação de testes nos cidadãos que estavam em países com alta incidência do vírus e proibiu qualquer reunião com mais de cem pessoas. Assim como em outros países mais pobres, as autoridades sofrem pressão para que as atividades econômicas sejam retomadas e possibilitem a sobrevivência dos cidadãos sul-africanos (BBC, 2020b). O

consenso que havia sido construído por Ramaphosa no início da pandemia perdeu força a partir do momento em que a Aliança Democrática, que representa a oposição no país, e os grupo privados aderiram ao discurso de ineficiência do lockdown, ainda que 70 por cento dos sul-africanos apoiassem as medidas tomadas pelo governo. No Quênia, país com o maior número de casos na região leste do continente, o rigor das autoridades encontra resistência devido às práticas violentas para manter a população em quarentena.

RETÓRICA NEGACIONISTA

A retórica negacionista e nacionalista à Covid-19, característica das estratégias de enfrentamento da doença assumidas por Donald Trump e Jair Bolsonaro também faz parte da realidade do continente africano. Essa tendência se traduz no posicionamento do presidente da Tanzânia, John Pombe Magufuli, que após introduzir medidas preventivas de modo tardio, contribuindo para a disseminação do vírus no país, optou por um discurso negacionista e conspiratório estrategicamente como uma cortina de fumaça à crise causada pelo vírus, bem como à falta de investimento em bens necessários para o combate e prevenção da doença. Recentemente, em um pronunciamento pela TV, o presidente, que semanas antes havia anunciado três dias de orações nacionais e pedido aos tanzanianos que derrotassem a Covid-19 por meio delas, anunciou que os kits de testes de coronavírus importados eram fraudulentos, afirmando que eles obtiveram resultados positivos em amostras colhidas em frutas e animais, o que significa que os testes estariam atestando falso-positivo (Al JAZEERA, 2020).

Já em Madagascar, o que há é uma estratégia de endosso de um produto de valor incerto, análoga ao culto à cloroquina protagonizado por Bolsonaro e Trump. Segundo o presidente Andry Rajoelina, um remédio herbal poderia prevenir e curar a doença. O remédio, que já teria curado duas pessoas segundo o presidente, foi nomeado como Covid-Organics e é feito a partir da Artemísia, uma planta com eficácia comprovada contra a malária, bem como outras ervas indígenas. Por se tratar de um remédio com base na medicina tradicional africana, foi recebido com muito entusiasmo tanto pela população quanto por diversos governantes, incluindo Magufuli que chegou a pedir um carregamento de avião do produto. O remédio, que tem sido exportado para outros países do continente a baixo custo, gerou uma espécie de patriotismo e empoderamento do continente, bastante utilizado retoricamente para se contrapor às críticas ao produto, que não possui evidências suficientes que atestem a sua eficácia. Rajoelina classificou o pedido da Organização Mundial da Saúde por testes rigorosos como uma condescendência dos Europeus em relação à África, atestando que se a cura fosse descoberta na Europa não geraria tanto ceticismo (PAGET, 2020).

RETROCESSO COMERCIAL

Acompanhando o processo de desengajamento da relação Brasil-África, o fluxo comercial do Brasil com o continente tem recuado, contrastando com o progresso feito desde a década de 1990 e

aprofundado durante os governos de Lula e Dilma. De acordo com os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), entre 2003 e 2010, o fluxo comercial entre Brasil e África saiu do patamar de US\$ 6,138 bilhões para US\$ 20,564 bilhões. Um aumento precedido por outro, pois de 1996 a 2002, houve um aumento de 43% deste fluxo. Entretanto, desde a recente crise econômica e política brasileira, o país parece se conformar com um caminho que o afasta das relações afro-brasileiras antes cultivadas, o que reflete diretamente nas relações comerciais. Tal cenário de enfraquecimento comercial é ainda mais acentuado em 2020, devido à crise pandêmica.

Fluxo comercial anual Brasil-África



Figura 1 - Fluxo Comercial anual Brasil - África. Fonte: Ipeadata, 2020

Segundo a Secex, de janeiro a maio de 2020, as exportações brasileiras para os países africanos caíram 39% chegando a US\$ 2,807 bilhões. E a retração nas exportações africanas foi ainda maior, despencando 33,7%, somando pouco mais de US\$ 1,555 bilhão. Se comparado aos cinco primeiros meses do ano passado, o volume de troca bilaterais recuou 17,1%, somando US\$ 4,372 bilhões.

Mesmo os países que mais tinham força na parceria comercial com o Brasil perderam fôlego, principalmente neste ano. A Nigéria, por exemplo, desde os anos 2000 era um dos maiores exportadores de petróleo para o Brasil e importadora de vários produtos brasileiros. Em 2013, o Brasil chegou a registrar US\$ 876 milhões em exportações, enquanto as vendas nigerianas atingiram o maior patamar da história do intercâmbio bilateral com o montante recorde de US\$ 9,648 bilhões. O valor FOB (Free on Board) indica o preço da mercadoria em dólares americanos sob o Incoterm FOB, modalidade na qual o exportador é responsável por embarcar a mercadoria, enquanto o importador assume o pagamento do frete, seguros e demais custos pós-embarque. Logo, o valor informado da mercadoria expressa exclusivamente o valor da mercadoria.

Nos cinco primeiros meses de 2020, as exportações para a Nigéria tiveram uma pequena alta de 10,5% e somaram US\$ 218 milhões. Em contrapartida, as vendas nigerianas ao Brasil recuaram 37,2%, com uma receita de US\$ 250 milhões. Com esses números, a Nigéria, que já chegou a estar entre os cinco principais parceiros comerciais do Brasil, ocupa atualmente a 47ª posição no ranking das exportações brasileiras e a 44ª posição na lista dos importadores brasileiros.

Angola é outro parceiro africano que teve seu comércio bilateral com o Brasil drasticamente reduzido. Em 2008, foram registrados números recordes nas trocas entre os dois países, com exportações brasileiras no total de US\$ 1,964 bilhão, e vendas angolanas no valor de US\$ 2,231 bilhões. Naquele ano, o fluxo de comércio entre Brasil e Nigéria totalizou US\$ 4,195 bilhões.

Em contraste, no ano de 2019, o intercâmbio bilateral somou apenas US\$ 585 milhões e de janeiro a maio, as exportações brasileiras ficaram em torno de US\$ 146 milhões e as vendas angolanas somaram apenas US\$ 99 milhões.

MERCOSUL NÃO IMPULSIONA COMÉRCIO

Mais um exemplo do enfraquecimento entre as relações comerciais entre Brasil e África são os resultados do acordo comercial entre Mercosul e SACU (União Aduaneira da África Austral liderada pela África do Sul). Quatro anos depois de sua entrada em vigor, o acordo não impulsionou o comércio entre o Brasil e a África do Sul, o maior parceiro comercial nesse tratado. Ao contrário, os números mostram que as exportações brasileiras para a África do Sul no universo dos produtos negociados no acordo caíram de US\$ 200 milhões para US\$ 100 milhões no período analisado. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), os dados revelam ainda que quase 90% das exportações do Brasil para a África do Sul estão fora desse tratado e, além disso, quando se considera o total de produtos abrangidos pelo acordo, 51% deles simplesmente não são vendidos pela indústria brasileira para a África do Sul. O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi, explica que o tratado prevê a ampliação da cobertura após três anos de sua entrada em vigor, o que já pode ser feito agora. A indústria brasileira defende não apenas a ampliação da cobertura tanto no que diz respeito a produtos quanto a suas regras. Um caminho a ser tomado pode ser a negociação de um acordo de livre comércio entre os dois blocos (COMEX BRASIL, 2020).

AUMENTO DA PRESENÇA CHINESA

Sem uma estratégia ambiciosa para as relações comerciais com os africanos, o Brasil abre espaço para que outros países se destaquem nas negociações, principalmente a China, que tem se mostrado disposta a realizar investimentos e parcerias estratégicas no continente.

Durante a última década, a China se transformou no principal parceiro comercial do continente africano, à frente dos Estados Unidos e da França, fornecendo bilhões de dólares aos países do continente para a construção de grandes projetos de infraestrutura em troca de recursos minerais. Sendo assim, a China é a maior investidora em volume de capital e criação de postos de trabalho, bem

como a maior credora com números que beiram os 145 bilhões de dólares. No entanto, a China vem planejando diversificar o escopo das suas relações com a África com parcerias e iniciativas em outras áreas como a da saúde, que se traduz, por exemplo, no apoio chinês ao diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, o etíope Tedros Adhanom (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

No final de julho, foi assinado um protocolo para a construção da sede do Centro de Controle de Doenças da União Africana (CDC), que seria custeado pelos chineses em cerca de 80 milhões de dólares, com a justificativa de auxiliar no combate a epidemias no continente, argumento agora reforçado em função da pandemia da Covid-19. A iniciativa de construir o CDC desagradou o governo de Donald Trump, que afirmou através de um diplomata norte-americano que a China desrespeitou pactos de cooperação entre EUA e África na área de saúde para financiar o prédio, além de ameaçar cortar a cooperação técnica com o CDC caso a sede seja construída pela China. O argumento de Washington é que o prédio poderá ser usado pela China para espionagem, no entanto o que está implícito é uma retórica que busca combater a influência da China no continente, uma vez que em plena guerra comercial, as exportações chinesas cresceram 7,9% no mercado africano. Já as norte-americanas caíram um terço desde 2014 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

A crise provocada pela pandemia da Covid-19 teve um grande impacto sobre a economia global, aprofundando as dificuldades econômicas dos países da periferia. Se as principais potências demonstram uma capacidade maior para mobilizar recursos para enfrentar a diminuição do ritmo das atividades econômicas, os países que operam com bases econômicas precárias são obrigados a recorrer às organizações internacionais para evitar a queda acentuada do PIB. Essa será a tendência para a maioria dos países africanos e o apelo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) tem sido um dos caminhos, assemelhando-se à década de 1980, quando fizeram empréstimos com a mesma instituição e o Banco Mundial para enfrentar a crise das dívidas.

No final dos anos 1970, a alta do preço do petróleo, das taxas de juros e a queda de preços de outras commodities comprometeram sistematicamente a capacidade dos Estados africanos de gerar renda, elevando as dívidas a cerca de 500% dos valores da exportação dos países do continente.

Essa combinação de fatores colocou os africanos em uma espiral de crise econômica, diminuindo de maneira acentuada a participação no comércio internacional. A dependência da importação de produtos manufaturados desregulou completamente as balanças comerciais, transformando o FMI em uma das poucas alternativas para a tomada de empréstimos. Os africanos foram obrigados a seguir o Programa de Ajuste Estrutural da instituição, que estabelecia que o credor deveria promover a) privatização de estatais e cortes nos gastos governamentais b) liberalização do mercado de capitais; c) promover mercados baseados nos preços e d) aumentar as taxas de juros.

QUESTÃO EVANGÉLICA E A DIPLOMACIA

O recuo do Brasil em sua agenda estratégica para a África teve consequências não somente para a operação de empresas brasileiras, mas também para outros atores que desfrutaram do contexto

de projeção do país sobre o continente. A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por exemplo, que se instalara em Angola no início da década de 1990, impulsionou seus negócios no país na década seguinte, acompanhando a agenda da política externa brasileira.

A instituição religiosa, em seu processo de internacionalização do proselitismo, expandiu o número de fiéis em um momento de reorganização política da sociedade angolana após anos de conflitos civis. A crise mundial que teve impacto negativo para brasileiros e angolanos obrigou a IURD a reconsiderar seus investimentos no país e, como observa Mathias Alencastro, dar início à sua própria política de austeridade, revelando os problemas internos sempre presentes na relação entre os bispos brasileiros e angolanos.

RELIGIÃO E COLONIZAÇÃO

A atual crise da revolta dos bispos e pastores contra a IURD pode ser melhor entendida no contexto que levou ao expansionismo do neopentecostalismo em Angola, resultando nas mais de 230 igrejas da IURD existentes hoje no país e que garantem para a instituição uma de suas dez maiores arrecadações. Relembrando ainda a partilha da África em 1880, é importante ressaltar que a Angola, assim como o continente africano, teve a religião como um dos meios fundamentais para a colonização do seu território, na premissa de que o ato missionário, partindo da raça branca “superior”, salvaria o continente. Assim, deve-se compreender que, ainda na época do reino do Kongo, com a presença missionária de europeus no século XVI e, depois, com a colonização portuguesa e introdução do cristianismo, a religião foi a principal instância de organização política e social (SILVA; ROSA, 2020).

No início, as práticas cristãs eram reservadas ao poder real para que fosse possível reorganizar o reino em torno dessa religião. Apenas mais tarde, práticas como o batismo se tornaram comuns à população, o que desencadeou uma mistura de costumes africanos e cristãos, especialmente naqueles colonizados por portugueses, como a Angola.

Dessa forma, é possível compreender a aproximação do povo angolano com as religiões cristãs, o que facilitou a expansão pentecostal e seu segmento, o neopentecostalismo, principalmente a partir de 1990.

A IURD, fundada no Rio de Janeiro em 1977 pelo bispo Edir Macedo, é atualmente uma das principais representantes desta última vertente que se pauta pela Teologia da Prosperidade; ou seja, prega que os cristãos devem buscar a felicidade e realização de seus empreendimentos, enquanto lutam contra o Diabo e seus seguidores ainda na Terra. Para isso, a IURD se baseia na estratégia de oferecer serviços mágicos religiosos, de cunho terapêutico e taumatúrgico, prometendo realizações materiais e pessoais. Tais promessas atraem e convertem, principalmente, populações mais vulneráveis de lugares mais pobres e carentes. Partindo desses fundamentos, estudiosos chamam a atenção para o protagonismo brasileiro no que se refere à reconfiguração global do sagrado, muito devido à expansão do neopentecostalismo, justamente pela pregação simbólica e pragmática de um evangelho que foca em prosperidade, saúde e riqueza.

AÇÕES SOCIAIS E IRREGULARIDADES

Com inúmeras ações sociais empreendidas pela IURD em Angola, que vão desde coleta de sangue à construção de centros profissionalizantes, a igreja neopentecostal cativa hoje 2,7% de sua população. Contudo, também se vê no centro de debates polêmicos, como o evento por ela organizado em 31 de dezembro de 2012, num estádio esportivo, que prometia entregar o fim dos problemas vividos pelos cristãos.

Devido à falta de estrutura e segurança no local do evento, seis adultos e quatro crianças faleceram encurralados pela multidão. Além disso, a igreja é alvo de críticas quanto ao desrespeito aos costumes africanos, com a imposição da vasectomia aos pastores, por exemplo, e por atitudes racistas e preconceituosas que partem geralmente dos líderes para com os fiéis africanos.

Os conflitos internos da IURD são de longa data, mas se acentuaram e trouxeram à tona as diversas contradições da instituição a partir de um manifesto pastoral assinado por bispos e pastores angolanos, em novembro de 2019, demandando que a administração da instituição passasse a ser angolana.

Além das acusações de racismo descrita pela reserva aos africanos de postos mais baixos da hierarquia, foram ressaltados a evasão de divisas para o Brasil através do envio ilegal do dinheiro arrecadado, a lavagem de dinheiro por meio de transações de imóveis, bem como irregularidades no pagamento de segurança social aos pastores e a proibição de que estes visitassem seus familiares.

O conflito ganhou um novo capítulo quando os pastores reformistas tomaram cerca de 40% dos templos espalhados pelo país e declararam que as catedrais estariam sob controle angolano para reaver as injustiças e desvios cometidos pelos brasileiros. Por outro lado, a ala brasileira encabeçada pelo bispo Honorilton Gonçalves identifica os angolanos reformistas como rebeldes e os acusa de xenofobia, desvios de condutas morais e atos criminosos, acrescentando que estes teriam expulsado os membros brasileiros de suas residências e os agredidos. Logo, segundo a ala brasileira, a manifestação dos pastores angolanos é motivada por questões individuais e financeiras que nada tem a ver com o “ganho de almas” (FELLET, 2020).

INTERVENÇÃO DE AUTORIDADES

Em meio a essa disputa, vê-se uma mudança de postura das autoridades em relação à IURD e, também, às outras instituições do segmento neopentecostal, como consequência da crescente preocupação acerca da mudança de configuração da sociedade angolana que essas instituições protagonizam. Isso foi expresso pela abertura de um inquérito no fim do ano passado pela Procuradoria-Geral da República visando apurar a situação da IURD no país africano. Além disso, com a cisão recente, o governo angolano abriu uma investigação para apurar a denúncia feita por ambas as partes envolvidas e chegaram a fazer buscas nos templos e nas casas de membros brasileiros para procurar alguma prova material que corroborasse as denúncias feitas (CAPAPA, 2020).

Da perspectiva do Estado angolano, a relação com as instituições religiosas, dentre elas a IURD, foi sempre complicada. As lideranças da Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) sempre olharam com desconfiança para a popularização de movimentos religiosos.

O governo Jair Bolsonaro, que conta com bastante apoio de Edir Macedo, foi pressionado a intervir. Bolsonaro enviou uma carta ao presidente de Angola, João Manoel Lourenço, expressando sua preocupação com os episódios recentes e pedindo uma maior proteção aos membros brasileiros da igreja, sob a justificativa da reciprocidade de tratamento a qual os cidadãos de ambos os países usufruem em outro território.

Após a aprovação na Comissão de Relações Exteriores do pedido de envio de parlamentares brasileiros à Angola para apurar o impasse, uma comissão de deputados e senadores poderá visitar o país no próximo mês para garantir a proteção dos membros brasileiros da Universal (BBC, 2020).

Dessa forma, o que se delineava como uma disputa interna de uma instituição de cunho religioso com certo potencial de promover transformações no âmbito nacional de Angola, poderá se escalar e vir a se tornar uma questão política, religiosa, multifacetada e capaz de promover transformações nas relações Brasil-Angola com a interferência do governo brasileiro, dependendo de como os próximos eventos irão se delinear.

CONCLUSÃO

No ano de 2020, o Brasil, além de apresentar a tendência de desarticulação de políticas que fundamentam a sua agenda para os países africanos, experimentou o aprofundamento do distanciamento com a pandemia da Covid-19. Esse contexto de refluxo do comércio internacional foi acompanhado, paralelamente, por cooperações na esfera das integrações regionais para o combate ao vírus. O Brasil, durante o período em que tinha uma agenda estratégica para a África, procurou promover políticas públicas na área da saúde em alguns países, principalmente para os africanos de língua oficial portuguesa. Contudo, o desengajamento brasileiro no continente, associado ao corte sistemático de políticas públicas domesticamente, deixou um vácuo na contenção da Covid-19, que em anos anteriores seria preenchido por ações em cooperação com os africanos. Nesse sentido, o Brasil deixa de ser uma referência de excelência de políticas públicas para países em desenvolvimento e perde protagonismo no Sul Global. Seja nas relações comerciais e, até mesmo, no suporte a atores privados que atuam no continente africano, como os empreendimentos da Igreja Universal do Reino Deus, o governo brasileiro se manifestou de maneira tímida sem apresentar qualquer iniciativa ambiciosa para a África.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICA UNION, 2020a. Africa CDC deploys 28 frontline responders to Burkina Faso, Cameroon, Mali and Niger using African Union strategic lift capability. **Africa Union**, 25 maio 2020. Disponível em: <<https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-deploys-28-frontline-responders-to-burkina-faso-cameroon-mali-and-niger-using-african-union-strategic-lift-capability/>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

AFRICA UNION, 2020b. Africa CDC establishes a continent-wide task force to respond to global coronavirus epidemic. **Africa Union**, Addis Ababa, 05 fev. 2020. Disponível em: <<https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-establishes-continent-wide-task-force-to-respond-to-global-coronavirus-epidemic>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

AFRICA UNION, 2020c. Africa Joint: Continental Strategy for COVID-19 OUTBREAK. **Africa Union**, Addis Ababa. Disponível em: <<https://au.int/sites/default/files/documents/38264-doc-africa-joint-continental-strategy-for-covid-19-outbreak.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

AL JAZEERA. Coronavirus: What is Madagascar's 'herbal remedy' Covid-Organics? 05 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.theafricareport.com/27787/coronavirus-tanzanias-handling-of-pandemic-raises-eyebrows/>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

AL JAZEERA. Tanzania president questions coronavirus kits after animal test. **Al Jazeera**, 03 maio 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/05/tanzania-president-questions-coronavirus-kits-animal-test-200503174100809.html?utm_source=website&utm_medium=article_page&utm_campaign=read_more_links>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BANGA, Karishma. Boosting African regional value chain development in response to COVID-19: The catalysing role of the AfCFTA. **Trade for Development News**, 14 set. 2020. Disponível em: <<https://trade4devnews.enhancedif.org/en/op-ed/boosting-african-regional-value-chain-development-response-covid-19-catalysing-role-afcfta>>. Acesso em: 14 set. 2020

BBC, 2020b. South Africa's coronavirus lockdown: Doubts creep in. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-52619308>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

BRASIL, Henrique. **Relações Externas Brasil-África: Da política Externa Independente ao Governo Lula**. São Paulo: Catálogo USP, 2016, 193 p.

CAPAPA, António. CASO IURD: O pecado, o caos e a reforma. **Jornal de Angola**, 05 jul. 2020. Disponível em: <<http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/caso-iurd-o-pecado-o-caos-e-a-reforma>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

COMEX BRASIL, 2020. Estudo da CNI mostra queda nas exportações para a África do Sul mesmo após acordo com o Mercosul. **COMEX Brasil**, 14 set. 2020. Disponível em: <<https://www.comexdobrasil.com/estudo-da-cni-mostra-queda-nas-exportacoes-para-a-africa-do-sul-mesmo-apos-acordo-com-o-mercosul/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Etiópia é o trampolim da ajuda médica chinesa na África. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,etiopia-e-trampolim-da-ajuda-medica-chinesa-na-africa,70003283146>>. Acesso em: 12 set. 2020.

FELLET, João. Pastores da Universal em Angola rompem com Edir Macedo e pedem expulsão de bispos brasileiros. **BBC News Brasil**, São Paulo, 29 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50566599>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Pandemia acirra disputa geopolítica entre Estados Unidos e China pela África.**, São Paulo, 22 ago. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/pandemia-acirra-disputa-geopolitica-entre-estados-unidos-e-china-pela-africa.shtml>>. Acesso em: 12 set. 2020.

GALA, Irene Vida. **Política externa como ação afirmativa: projeto e ação do governo Lula na África 2003-2006.** Santo André: Editora UFABC, 2019.

KIRUGA, Morris. CORONAVIRUS: Tanzania's handling of pandemic raises eyebrow. **The Africa Report**, 12 maio 2020. Disponível em: <<https://www.theafricareport.com/27787/coronavirus-tanzanias-handling-of-pandemic-raises-eyebrows/>>. Acesso em 04 jun. 2020.

NARANJO José. Pandemia e pobreza, o duplo desafio aterrador da África. **El País**, 04 abr. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-04/pandemia-e-pobreza-o-duplo-desafio-aterrador-da-africa.html>>. Acesso em: 13 set. 2020.

NASCIMENTO, Gilberto. Edir Macedo atribui a dois ex-bispos brasileiros um “golpe” em Angola. **Pública**, [S. l.], 6 jul. 2020, p. 1-0. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/07/edir-macedo-atribui-a-dois-ex-bispos-brasileiros-um-golpe-em-angola/>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

NASCIMENTO, Gilberto. A pressão de Bolsonaro e parlamentares para ajudar a Igreja Universal em Angola. **BBC News Brasil**, São Paulo, 17 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53452735>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

OLIVEIRA, Fabiana de; PENNAFORTE, Charles; MARTINS, Marco Antonio Fávaro. Da crise de governabilidade à crise de legitimidade: os impactos da crise política sobre a política externa brasileira, **Revista de Estudios Brasileños**, v. 5, n. 9, 2018, pp. 148-160.

PAGET, Dan. KWAYU, Aikande C. COVID-19 is casting Magufuli in the worst light, in an election year. **The Africa Report**, 20 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.theafricareport.com/28434/covid-19-is-casting-magufuli-in-the-worst-light-in-an-election-year/>>. Acesso em: 04. jun. 2020.

ROCHA, Camilo. A ascensão e influência das igrejas neopentecostais no Brasil. **Nexo Jornal**, 19 abr. 2020, p. 1-0. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/04/19/A-ascens%C3%A3o-e-influ%C3%Aancia-das-igrejas-neopentecostais-no-Brasil#section-48>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

SILVA, Anaxsuell Fernando; ROSA, Karen Susan Silva Pititinga. A Igreja Universal do Reino de Deus em Angola: faces da nova cartografia religiosa global. **Ciências Sociais Unisinos**, [S. l.], maio-ago. 2020, p. 223-241.

THE CONVERSATION. The IMF's \$4bn loan for South Africa: the pros, cons and potential pitfalls. Disponível em: <<https://theconversation.com/the-imfs-4bn-loan-for-south-africa-the-pros-cons-and-potential-pitfalls-143553>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020. Covid-19 outbreak situation Report - May 2020.

World Health Organization, Maio 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/332199/SITREP_COVID-19_WHOAFRO_20200527-eng.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018. Strategic Health Emergency Operations Annual Report Saving Lives and Reducing Suffering: Who'S Work in Emergency Response Operations in the Who African Region in 2017, 2017, p. 1–26.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020. African countries move from COVID-19 readiness to response as many confirm cases. **World Health Organization**. Disponível em: <<https://www.afro.who.int/pt/node/12206>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Brasil e América Latina, anos de retrocesso na integração regional

Gustavo Mendes de Almeida
Ingrid Meirelles
João Victor Pennacchio
Nicole Lima
Rafael Osório Reis Sales
Talita de Paula Duarte
Thauany Nazarethe Cirino¹
Gilberto Maringoni²

Ao fim de seu segundo ano de governo, é possível afirmar que a política externa do governo Jair Bolsonaro colhe várias derrotas e retrocessos em suas relações com os países da América Latina. Isso se dá não apenas pela mudança da conjuntura continental, com as eleições de Alberto Fernández na Argentina, em outubro de 2019, e de Luís Arce na Bolívia, um ano depois, ambos pilotando alianças de centro-esquerda, mas pelo isolamento que colhe até mesmo entre presidentes de direita na região. Seu principal revés no plano externo, contudo, se dá com a derrota eleitoral de seu maior aliado, Donald Trump, nas eleições presidenciais dos Estados Unidos. Quando se fala em “derrotas”, vale frisar, tratam-se de derrotas em metas estabelecidas pelo próprio governo brasileiro.

Apesar de vagas, essas metas foram rapidamente enunciadas pelo chanceler Ernesto Araújo nas poucas linhas em que se referiu ao continente no discurso de posse, em 3 de janeiro de 2019:

“Admiramos os Estados Unidos da América, aqueles que hasteiam sua bandeira e cultuam seus heróis. Admiramos os países latino-americanos que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo. Admiramos nossos irmãos do outro lado do Atlântico que estão construindo uma África pujante e livre. Admiramos os que lutam contra a tirania na Venezuela e em outros lugares”.

1. Alunos de Graduação da UFABC.

2. Professor dos Bacharelados de Ciências Humanas e Relações Internacionais da UFABC. Coordenador do grupo de América Latina do OPEB.

A mensagem era clara: todas as articulações regionais seriam mediadas por Washington, em um grau que se mostra maior do que nas gestões Eurico Gaspar Dutra (1946-50) e Castelo Branco (1964-67), esta última nos tempos da ditadura militar.

Donald Trump tinha dois grandes objetivos para a América Latina em sua gestão: deter a entrada da China em forma de investimentos e disputas de mercados, e derrubar Nicolás Maduro do governo venezuelano. Na primeira frente, tornara-se vital impedir a entrada da Huawei nos leilões de tecnologia 5G. No Brasil, a disputa está no interior do próprio governo. No caso da Venezuela, além de duas tentativas golpistas terem fracassado, em 2019, a principal peça de Washington no tabuleiro local, Juan Guaidó, chega ao final de 2020 fora de jogo. Jair Bolsonaro e Iván Duque, da Colômbia, que se associaram a tais objetivos, falharam na empreitada conjunta. Mesmo a grande articulação conservadora continental, o Grupo de Lima, formado em 2017, tem atuação cada vez mais limitada. Na virada de 2020, nada indica que Bolsonaro receberá alguma atenção especial da administração democrata eleita nos EUA.

Além de tudo, o isolamento do governo brasileiro no continente, a despeito de representar quase 70% do PIB regional, tem sua face mais visível, na conduta atabalhoada que o Brasil apresenta no combate à pandemia do novo Coronavírus.

A seguir, os pontos principais do regressismo diplomático do ano II da Era “Bolsonárica”.

RELAÇÃO COM OS EUA

Ao longo de 2020, tornou-se claro que Jair Bolsonaro colocara sua política externa a serviço do projeto de reeleição de Donald Trump. Caso faltassem evidências, seu discurso na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, em 22 de setembro, dirimiu todas as dúvidas. Nas poucas menções feitas à América Latina, Bolsonaro mirou o principal alvo de Washington na região. Classificou o governo venezuelano como “uma ditadura” e, sem provas, culpou o país pelo derramamento de petróleo no litoral nordestino, em setembro de 2019.

A acusação era previsível. Quatro dias antes, o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, aterrissara em Roraima, onde permaneceu por quatro horas. Vinha de um périplo que incluía Suriname, Guiana e Colômbia, numa clara viagem voltada para o público interno de seu país. Em encontro com o chanceler Ernesto Araújo, que saiu de Brasília para encontrá-lo, Pompeo exibiu como pauta principal ataques ao governo de Nicolás Maduro. Na ocasião, Araújo e Pompeo reiteraram apoio a Juan Guaidó, até então deputado na Assembleia Nacional venezuelana.

O périplo do secretário gerou reações negativas no sistema político brasileiro. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, publicou dura nota, assinalando que a visita teria afrontado “as tradições de autonomia e altivez de nossas políticas externa e de defesa”. Uma carta de chanceleres de governos anteriores - Fernando Henrique Cardoso, Francisco Rezek, Celso Lafer, Celso Amorim, José Serra e Aloysio Nunes Ferreira, além do embaixador Rubens Ricupero - condenou “a utilização espúria do solo nacional por um país estrangeiro como plataforma de provocação e hostilidade a uma nação vizinha”.

Dois dias depois da visita, em 24 de setembro, Ernesto Araújo compareceu à Comissão de Relações Exteriores do Senado. Em seu depoimento, afirmou:

“Hoje o parceiro que mais pode nos ajudar a cumprir a Constituição, a independência, os direitos humanos e outros objetivos são os EUA. Não tenho vergonha nenhuma de que seja um parceiro tão importante, eles podem nos ajudar a transformar o Brasil do jeito que queremos fazer, numa real democracia e economia de mercado, respeitados no planeta”.³

O alinhamento automático do Brasil aos EUA se mostrou ainda mais claro na escolha do novo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 12 de setembro.

Fundado em 1959, o BID é uma das principais fontes de financiamento para a América Latina e o Caribe e visa promover a integração comercial em toda região. Administra um volume anual de empréstimos de cerca de US\$ 12 bilhões e tem os Estados Unidos como seu maior acionista, que detém 30% do poder de voto.

Como forma de contrabalancear o peso econômico dos EUA, a presidência do banco fora chefiada por latino-americanos ao longo de toda sua história. Mas tal tradição rompeu-se com a vitória de Mauricio Claver-Carone, que se tornou o primeiro dirigente estadunidense do organismo.

Pela tradição, o Brasil ou a Argentina teriam as maiores chances de nomearem o presidente. Contudo, em um ato de clara subordinação, o Brasil abriu mão de fazer sua própria indicação e foi um dos primeiros a apoiar o norte-americano, que também teve os votos da Colômbia, Bolívia e Paraguai. Em contrapartida, o governo argentino solicitou - sem sucesso - o adiamento da escolha para depois das eleições nos EUA e criticou a convergência regional em favor de Washington.

O comércio exterior brasileiro também tem sido afetado diretamente pelos interesses de Trump em agradar seu eleitorado. Em 2018, com o objetivo de preservar a indústria siderúrgica americana, os Estados Unidos anunciaram restrições às importações de aço e alumínio de diversos países, fixando uma taxa de 25% e 10% ao aço e alumínio importados pelo país, respectivamente. Naquele ano, o mandatário anunciou que seriam reduzidas as cotas de importação de aço semiacabado do Brasil a partir de agosto ano, dificultando a entrada do produto no país, que é o segundo maior exportador de aço para os Estados Unidos.

A despeito disso, ainda em setembro de 2020, o Brasil renovou para até o final deste ano a isenção de tarifa vigente desde o ano anterior sobre a cota de etanol estadunidense, contrariando os interesses dos produtores brasileiros. O país expandiu em mais de 187 milhões de litros a quantidade de etanol americano, que poderia entrar em território brasileiro sem pagar imposto de importação.

A derrota de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos impôs sério revés a Bolsonaro. Não se sabe ainda como se comportará Joe Biden em relação à política externa brasileira, mas o fato só aumenta o isolamento brasileiro no plano global.

3. Senado Notícias. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/24/os-eua-podem-fazer-do-brasil-um-pais-melhor-afirma-ernesto-araujo-na-cre>>.

BOLSONARO E A AMÉRICA DO SUL

No final de 2018, era de se imaginar que a direita sul-americana formaria uma coalizão encabeçada pelo chileno Sebastián Piñera, pelo argentino Mauricio Macri, pelo colombiano Iván Duque e pelo brasileiro Jair Bolsonaro. Isso se daria através do esvaziamento dos organismos de integração, criados em décadas anteriores – em especial a Unasul - e o fortalecimento do Grupo de Lima e da criação do Prosul (Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul), em 2019, de rarefeita atuação prática. Entretanto, movimentações políticas brasileiras acabaram por isolar o país. Entre elas estão as distintas visões do enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

CONSERVADORES AFASTAM-SE DO EXTREMISMO

Os posicionamentos de Bolsonaro e sua postura negacionista diante da pandemia o isolam entre os vizinhos e frustram articulações que deveriam incluir o Brasil. Ao mesmo tempo, vale reconhecer que alguns dos governos de direita no continente enfrentaram derrotas eleitorais e problemas internos, o que também inibe suas articulações além-fronteiras.

É arriscado afirmar que a chamada onda conservadora, observada na região desde meados da última década, entrou em crise. Apesar disso, ela enfrenta algumas turbulências. A oposição de direita se dividiu na Venezuela e foi derrotada em eleições legislativas de 2020. Por mais que alegue uso da máquina governamental por parte de Nicolás Maduro – o que de fato aconteceu – o fato é que Juan Guaidó, autoproclamado presidente da República no início de 2019, perdeu espaço interno. Na Argentina, a vitória peronista, em outubro de 2019, levou Bolsonaro a não cumprimentar o presidente eleito Alberto Fernández.⁴ A eleição de Luis Arce, do mesmo partido de Evo Morales, na Bolívia, afastou do poder as organizações responsáveis pelo golpe de 2019. E, no Chile, Sebastián Piñera se vê acossado por um crescente movimento de massas que o obrigou a convocar eleições para uma Constituinte, que deve pôr termo à Carta promulgada pelo ditador Augusto Pinochet, em 1980.

A integração regional sob o controle da direita tomou seus primeiros - e únicos - passos com a criação do Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul). A iniciativa do Chile e Colômbia, a que se juntaram o Brasil, o Equador, a Argentina, o Peru e o Paraguai, tem como objetivo substituir a Unasul. Apesar de seus líderes pretenderem evitar um caráter ideológico, o fórum trabalha em pautas caras às diretrizes do Departamento de Estado dos EUA. O Prosul mostrou-se, até o final de 2020, desarticulado, não apresentando movimentações relevantes.

A ascensão da direita no continente visou uma contraposição aos rumos traçados pelos governos progressistas eleitos entre 1998 e 2014 e uma adesão mais clara a políticas neoliberais. Mesmo assim, tais aspectos não foram suficientes para promoverem um alinhamento entre os líderes da direita continental.

4. Em sua live semanal no dia 8 de outubro de 2020, Bolsonaro criticou Alberto Fernández e sua vice, Cristina Kirchner, e disparou contra o povo argentino: “[...] *ta aí, povo argentino, lamento, é o que vocês merecem. Ta aí.*” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OXvxplVfihY&t=8s>.

Lacalle Pou, ainda na disputa eleitoral, rejeitou o apoio expressado por Jair Bolsonaro, declarando que governos de outros países não deveriam interferir na eleição local.⁵ Quando se trata de Sebastián Piñera, a aversão ao passado ditatorial manifestado pela maior parte da sociedade chilena, o afasta de Bolsonaro. Em visita ao Chile, em 2019, este exaltou a ditadura e chegou a atacar o pai da ex-presidente Michelle Bachelet, que foi torturado e morto naquele período. Piñera garantiu não compactuar com essas declarações e considera os posicionamentos de Bolsonaro “tremendamente infelizes”.⁶

Por fim, a política ambiental de Bolsonaro acentua discordâncias com Iván Duque. Em 2019, o governo colombiano propôs uma agenda de proteção ambiental global diante do grande incêndio na Amazônia, que contrariava fundamentalmente a agenda antiglobalista de Bolsonaro. O único tema que parece unir a direita sul-americana parece ser a Venezuela, que ainda enfrenta imensa crise econômica e política, considerada como o inimigo comum à democracia na região.

Esses eventos, junto com os protestos contra governos neoliberais no Chile, Equador e Colômbia, além das crises políticas no Peru e Paraguai, em conjunto com o fracasso do governo brasileiro no combate à pandemia e a incapacidade de articulação dos líderes da direita na América do Sul parecem condenar Jair Bolsonaro ao isolamento político na região.

O NEGACIONISMO NA CRISE SANITÁRIA

A pandemia da Covid-19 esteve no centro das articulações entre os países da América Latina ao longo de 2020. Suas decorrências invadem as searas econômica, política, social e cultural. Embora a infecção tenha origem em esfera exterior à política, são as decisões de Estado que impactam sua difusão entre as populações.

No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro minimizou desde o início a gravidade do vírus, contrariando as dinâmicas de distanciamento social e quarentena recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sob a justificativa de que tais medidas prejudicariam a economia e levariam ao caos social. Dessa forma, o governo federal não decretou quarentena, adotada apenas por iniciativa dos governos estaduais. Diante dessa visão negacionista acerca da magnitude do vírus, em menos de um mês dois ministros da Saúde renunciaram a pasta, no primeiro semestre, e Bolsonaro decidiu nomear um general sem experiência em saúde pública para substituí-los. No final de maio, o Brasil se tornou o novo epicentro da doença em escala global.

Em junho, o presidente criticou pesadamente o trabalho da Organização Mundial da Saúde (OMS) e aventou a possibilidade de o país desligar-se da organização, a exemplo do que fizera Donald Trump. No mesmo mês, o governo brasileiro alterou a forma de divulgação dos dados sobre infecção, omitindo da página oficial do Ministério da Saúde informações relevantes. Só voltaria atrás após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

5. *Folha de S. Paulo*, 31.10.2019, “Candidato de centro-direita à presidência do Uruguai rejeita apoio de Bolsonaro”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/uruguai-convoca-embaixador-brasileiro-para-explicar-declaracao-de-bolsonaro.shtml>>.

6. *Folha de S. Paulo*, 24.03.2019, “Frasas de Bolsonaro sobre ditadura são infelizes”, afirma Piñera. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/frases-de-bolsonaro-sobre-ditadura-sao-infelizes-afirma-pinera.shtml>>.

No final de março, o presidente da Argentina, Alberto Fernández, criticou a postura do governo brasileiro em se opor à quarentena e a outras medidas mais severas. Em março, após decretar um rigoroso *lockdown* em todo o país, Fernández fechou fronteiras com o Brasil. Elas foram reabertas apenas no final de outubro, mas a entrada de turistas está condicionada a apresentação de um teste PCR com resultado negativo para Covid-19.

No Paraguai, o presidente Mario Abdo Benítez afirmou, no início de maio, que o Brasil é “a principal ameaça na luta contra a pandemia” devido ao alto número de infecções e mortes. O Paraguai foi o primeiro país da região a decretar quarentena total em 11 de março. O país fechou as fronteiras com o Brasil por sete meses, reabrindo somente em 15 de outubro, com horários especiais de funcionamento.

O Ministro da Saúde colombiano, Fernando Ruiz, por sua vez, afirmou em maio que a ausência de uma estratégia conjunta entre Brasil e Colômbia é um dos fatores responsáveis pelo aumento na quantidade de casos do vírus na cidade de Letícia - que faz divisa com a brasileira Tabatinga - um dos principais pontos de comunicação entre os dois países. A Colômbia estendeu o fechamento de suas fronteiras terrestres e fluviais, em vigor desde março, para até 16 de janeiro de 2021.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, em um pronunciamento no início de dezembro, sem mencionar o Brasil, criticou países que insistem em negar as recomendações e alertas dados pela Organização Mundial de Saúde: “Desde o início, a OMS fornece informações factuais e orientações científicas que deveriam ter sido a base para uma reação global coordenada. (...) Quando os países seguem seu próprio direcionamento, o vírus vai em todas as direções”, afirmou.

A alta comissária da ONU para Direitos Humanos e ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, também comentou a situação: “A Covid-19 teve um impacto devastador no Brasil, (...) onde vimos um impacto desproporcional em grupos em situação vulnerável, como pessoas vivendo na pobreza, afrodescendentes, indígenas, LGBTI, pessoas privadas de sua liberdade e pessoas vivendo em locais informais”.

Nove meses depois da confirmação do primeiro caso do novo coronavírus, o Brasil apresentava cerca de 6 milhões de infecções por Covid-19 e mais de 180 mil mortes, segundo o Ministério da Saúde (dados de 13.12). Nesse quadro, a opção do governo Bolsonaro deteriorou a imagem do país internacionalmente e foi alvo de críticas por diversos países em seu entorno regional. Não há esforços de coordenação e nem de atuação conjunta em meio à doença.

A ATUAÇÃO DOS VIZINHOS PRÓXIMOS

ARGENTINA

O ano de 2020 foi o primeiro do governo peronista de Alberto Fernández. O novo presidente se depara com dois problemas de alta magnitude: uma recessão profunda legada por seu antecessor e a pandemia. Apesar disso, o governo Fernández encontrou espaço para o avanço da agenda progressista.

Além de um imposto sobre grandes fortunas para abastecer os cofres da saúde pública durante a pandemia (MOLINA, 2020), outra vitória foi a aprovação da legalização do direito ao aborto pela Câmara dos Deputados, em dezembro de 2020. O projeto deve ser votado no Senado em 2021 e prevê a possibilidade da interrupção da gravidez até a 14ª semana de gestação (CENTENERA, 2020).

Com a notícia, Bolsonaro voltou a tecer críticas a Fernández. Foi apenas no final de novembro de 2020, que os dois presidentes tiveram a primeira reunião bilateral desde a eleição de Fernández, no ano anterior.

BOLÍVIA

Na Bolívia, as eleições presidenciais deram vitória a Luís Arce do MAS (Movimento ao Socialismo), um ano após o golpe de Estado de novembro de 2019. Arce, ex-ministro da economia de Morales no período mais próspero da economia boliviana, enfrenta um cenário econômico no qual projeções do FMI mostram que o PIB deve encolher 7,9% em 2020 (El Diálogo, 2020).

Uma das questões que devem entrar em pauta entre Brasil e Bolívia, em 2021, é a revisão de pontos do acordo firmado entre os dois países, em março de 2020, em relação ao gás. Na visão de Arce, falta legitimidade ao tratado fechado entre a Petrobras e a estatal boliviana YPFB durante a administração golpista. O Brasil é um dos principais parceiros econômicos da Bolívia e rusgas nessa relação não são bem vistas. A Bolívia é um importante importador de manufaturados do Brasil.

CHILE

No Chile, os reflexos da histórica insurreição popular de 2019 se materializaram por meio do plebiscito, que definiu a convocação de uma nova Constituição. A disputa entre governo e oposições é pelo fim da herança de Pinochet na organização do Estado. No plebiscito realizado em 25 de outubro de 2020, 78% dos eleitores votaram a favor da elaboração de uma nova Carta, que terá seus constituintes eleitos em 2021, com equidade de gênero entre os 155 eleitos (MONTES, 2020).

MERCOSUL E COMÉRCIO

O Mercosul vem demonstrando certa paralisia, em especial pelos impactos da crise brasileira a partir de 2015 – recessão e golpe – e da negativa em se permitir que a Venezuela assumisse a presidência do bloco, em 2016. Nos anos seguintes, com a eleição de Mauricio Macri, na Argentina, e com os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, no Brasil, a tendência à desarticulação aumentou.

Instrumentos de financiamento em infraestrutura do bloco, como o Fundo Estrutural de Convergência (Focem), têm tido seus repasses atrasados pelos principais depositantes, Brasil e Argentina. Os motivos são políticos (minimização da importância do bloco) e econômicos (crises internas). Em 2019, as eleições para os legisladores do Parlamento do Mercosul (Parlasul) foram suspensas até que os mecanismos de integração no bloco fossem melhorados.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

As estatísticas comerciais mais atuais divulgadas pelo Ministério da Economia e pelo portal Comex do Brasil indicam que, até a terceira semana de novembro, o Brasil apresentou um superávit comercial de US\$ 50.3 bi. Uma análise primária atribui o resultado às exportações do setor agropecuário e, principalmente, à queda das importações de petróleo, ferro e seus derivados. Simultaneamente, em relação à 2019, o ano marcou queda nas exportações relativas à Indústria de Transformação (-13,58%) e Automobilística (-7.1%, segundo a Anfavea).

Tais números permitem especular sobre uma possível deterioração das relações comerciais entre o Brasil e o restante da América Latina, nosso principal destino de exportações de alto valor agregado. A Argentina, importadora de manufaturados brasileiros, barrou no dia 3 de dezembro a entrada de 328 mil calçados brasileiros no país, representando um prejuízo de US\$ 3 milhões, segundo Haroldo Ferreira, presidente executivo da Abicalçados. Ferreira entende a ação do governo argentino como um meio de preservar as reservas cambiais em um momento de crise.

ACORDO COM A UNIÃO EUROPEIA

No início da pandemia, a Argentina anunciou seu afastamento dos processos comerciais do Mercosul com exceção das negociações com a União Europeia (UE) e a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta). Devido a tal suspensão, o governo brasileiro sugeriu mudanças de regras atuais relacionadas ao estabelecimento de acordos. As novas normas foram aventadas para proteger os membros que continuam ativos no bloco, enquanto a Argentina se mantém de fora dos novos tratados. Porém o Brasil quer uma cláusula que permita a volta do país vizinho às negociações caso ocorra uma mudança de governo ou em sua política externa.

Enquanto outros blocos regionais se articulavam em torno de iniciativas para mitigar os impactos da Covid-19, o Mercosul se manteve inerte sobre tal questão. Demais blocos regionais como União Africana, União Europeia e Sistema de Integração Centro-Americano se apoiaram em seus regimes para promover uma maior integração regional e pensar as bases de uma retomada econômica. A falta de um protagonista tem feito com que os projetos regionais tenham se mantido em banho-maria.

Nem mesmo o acordo Mercosul-União Europeia, a maior aposta do bloco para o governo Bolsonaro, tem avançado. O empecilho maior é o Brasil e sua política ambiental. O desmatamento na Amazônia, que vem batendo recordes em relação aos últimos dez anos, e o não cumprimento do Acordo de Paris é um dos pontos destacados pelos países que se mantêm reticentes em relação à ratificação. Países como França (com quem o governo Bolsonaro já se desentendeu ao tratar da questão amazônica), Bélgica, Holanda e Áustria são os países que já demonstraram seu descontentamento com a política ambiental brasileira publicamente, seja por meio de declarações ou pelo posicionamento do parlamento sobre o acordo entre os blocos.

PARANÓIAS MILITARES

Veio à público, em fevereiro, uma minuta elaborada pelas Forças Armadas brasileiras, intitulada *Cenários de Defesa 2040*. O documento traça prospecções que se afastam das características da política externa brasileira, principalmente as de não intervenção e de resolução pacífica dos conflitos. O texto alude à supostas ameaças francesas na fronteira amazônica, através da Guiana. Faria parte de tais metas a partir de fora o apoio à emancipação dos Yanomami e até um atentado com coronavírus, disseminado pelo Sudeste Asiático no Rock in Rio de 2039.

O alinhamento aos EUA aparece em mais de um dos cenários, corroborando movimentações bélicas iniciadas no governo Bolsonaro. O documento apresenta o Brasil ajudando diplomaticamente na resolução de possíveis guerras entre Bolívia e Chile e também entre Colômbia e Venezuela. Na Argentina, o Brasil conseguiria desincentivar a instalação de uma possível base chinesa no país vizinho. Há preocupação com crimes transnacionais ligados ao tráfico de drogas que impulsionaria uma militarização no Atlântico Sul. Há muito de paranóia militar carregada de lógicas da Guerra Fria no documento. Trata-se de uma produção do Ministério da Defesa sem nenhuma especificação metodológica.

Outra situação, mais concreta e recente, foi a elaboração do Projeto Barão do Rio Branco, que partilha de ideias semelhantes. Neste, há a visão de que ONGs, ambientalistas, indígenas e quilombolas são inimigos do governo e do progresso na região. O que mais surpreende é a ideia de que o Brasil pode ser invadido pela China através do Suriname, algo sem evidência real.

PERSPECTIVAS

O World Economic Outlook, divulgado pelo FMI em outubro de 2020 vê uma retração da economia brasileira da ordem de 5,8%, no ano de 2020, em meio a uma queda de 4,4% da economia global. Para 2021, o Fundo prevê uma expansão global de 5,2%, enquanto o Brasil deve crescer 2,8%, a partir de uma base comparativa extremamente baixa. Na edição anterior, de junho, essas previsões eram de 5,4% e 3,6%, respectivamente.

O governo Bolsonaro não apresenta nenhum plano de recuperação da economia nacional e também não traça planos para sua política externa, diante do novo cenário aberto com a eleição de Joe Biden, nos Estados Unidos. A ausência de seu principal tutor – é difícil falar em parceria neste caso – no plano externo, deixa o governo e o Itamaraty sem bússola clara. Tudo aponta para a falta de rumos nas relações continentais e para um isolamento maior, num quadro em que políticas de vacinação em massa podem reduzir o desastre humanitário provocado pela pandemia.

Atropelado por sua própria incompetência e amadorismo nas movimentações regionais e globais, o governo Bolsonaro pode transformar as tendências regressivas na política externa em perdas reais não apenas nas relações políticas com os vizinhos, mas também nas transações comerciais, num tempo em que se acirra a disputa comercial entre Estados Unidos e China.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTINA. [Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto]. Día de la Amistad Argentino-Brasileña: El Presidente encabezó un acto virtual junto a su par, Jair Bolsonaro. 2020. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/destacados/dia-de-la-amistad-argentino-brasilena-el-presidente-encabezo-un-acto-virtual-junto-su-par>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Bolivia registrará recesión de 7,9 % y el 2021 crecerá 5,6 %. 2020. El Diario. Disponível em: <https://www.eldiario.net/noticias/2020/2020_10/nt201014/economia.php?n=13&-bolivia-registrara-recesion-de-7-9-y-el-2021-crecera-5-6>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. [Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços]. ComexVis. 2020. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

CENTENERA, Mar. La Cámara de Diputados argentina aprueba la legalización del aborto. 2020. *El País*. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2018/06/14/argentina/1528953336_217393.html>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MOLINA, Federico Rivas. Argentina aprueba un impuesto a la riqueza para financiar la lucha contra el coronavirus. 2020. *El País*. Disponível em: <<https://elpais.com/internacional/2020-12-06/argentina-aprueba-un-impuesto-a-la-riqueza-para-financiar-la-lucha-contra-el-coronavirus.html>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MONTES, Rocío. Chile inicia el camino hacia un nuevo modelo de país sin el lastre de la dictadura. 2020. *El País*. Disponível em: <<https://elpais.com/internacional/2020-10-26/chile-inicia-el-camino-hacia-un-nuevo-modelo-de-pais-sin-el-lastre-de-la-dictadura.html>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

MONTES, Rocío. De presidente da direita à filha de Allende, Chile rechaça declarações de Bolsonaro sobre Bachelet. 2019. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/05/politica/1567645826_846115.html>. Acesso em: 13 dez. 2020.

Piñera é primeiro líder da América Latina a conversar com Biden após vitória, e democrata defende ação para economia e clima. 2020. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/piñera-primeiro-líder-da-américa-latina-conversar-com-biden-apos-vitoria-democrata-defende-acao-para-economia-clima-24752267>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Relações Brasil-China durante a pandemia: balos no pragmatismo

Ana Tereza Lopes Marra de Sousa¹,
Bruna Belasques Souza²,
Bruno Castro Dias da Fonseca³,
Gabriel Santos Carneiro⁴,
Rafael Almeida Ferreira Abrão⁵,
Vitor Hugo dos Santos⁶.

INTRODUÇÃO

Se a pandemia do coronavírus, na condição de crise global, consistiu numa conjuntura que atravessou toda a política internacional de 2020, a China, inequivocamente, foi um dos atores centrais nesse contexto. Assim, a Covid-19 aparece como conteúdo fundamental para a análise das relações bilaterais entre o país asiático e o Brasil. Enquanto no primeiro ano do governo Bolsonaro o pragmatismo prevaleceu sobre as relações Brasil-China, tornando-a, na avaliação de um importante diplomata brasileiro, uma “primavera diplomática” (VASCONCELOS, 2019), em 2020, grupos do governo com forte visão anti-China causaram tensões nas relações bilaterais, centralizando como plataforma de atritos os contornos da crise sanitária global e a disputa tecnológica entre China e EUA.

Neste capítulo, analisamos o desenvolvimento das relações Brasil-China ao longo de 2020. Argumentamos que as tensões nas interações foram provocadas pelo aprofundamento do alinhamento

-
1. Doutora em Relações Internacionais (PPG-RI San Tiago Dantas). Docente do BRI e PRI da UFABC. Vice-Coordenadora do OPEB.
 2. Graduada em Relações Internacionais e em Ciências & Humanidades pela Universidade Federal do ABC. Integrante do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB).
 3. Mestrando em Sociologia (FFLCH-USP). Bacharel em Relações Internacionais e em Ciências & Humanidades (UFABC). Membro do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB).
 4. Bacharel em Relações Internacionais e em Ciências & Humanidades pela Universidade Federal do ABC. Membro do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB).
 5. Doutorando em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC. Bolsista de Doutorado da CAPES e membro do Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB).
 6. Graduando em Ciências & Humanidades pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Monitor e membro do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB).

da Política Externa Brasileira (PEB) com o governo de Donald Trump. Contudo, o aumento da dependência do Brasil nas relações comerciais com a China, a continuidade da cooperação no seio do BRICS, em especial o uso pragmático do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), e os esforços de grupos de interesse e aprofundamento da cooperação dos governos subnacionais com a China contrabalancearam em partes o impacto negativo provocado pela ala anti-China do governo.

O presente capítulo é organizado em 6 seções, incluindo esta introdução. A segunda parte consiste em uma retrospectiva das relações bilaterais entre Brasil e China no ano de 2020. A terceira enfatiza as relações multilaterais e contextualiza a relação do Brasil com a China nos BRICS e no NBD. A quarta se dedica especificamente ao conteúdo econômico das relações, abarcando os dados de comércio e investimento. A quinta parte analisa a emergência de novos atores nas relações Brasil-China. A sexta, por fim, empreende um balanço geral do conteúdo das relações entre os dois países, apontando as continuidades e descontinuidades advindas de 2020 e da pandemia.

TENSÕES NAS RELAÇÕES BILATERAIS

O ano de 2020 foi marcado pelo tensionamento das relações políticas entre o Estado brasileiro e o chinês. Pode-se atribuir isso à continuidade do alinhamento de alguns quadros de alto escalão do Estado brasileiro à retórica sinofóbica de Donald Trump, presidente dos EUA, que vem, de um lado, tentando pressionar terceiros países a prejudicar empresas de Tecnologia da Informação chinesas, dentro do quadro da disputa tecnológica entre EUA e China e, de outro, atribuindo à China a culpa pela pandemia da Covid-19. O interesse em aprofundar o alinhamento com os EUA de Trump levou no ano de 2020 a uma maior radicalização do discurso anti-China no Brasil, importando-se de Trump as críticas contra o país.

O grupo pró-Trump e que possui retórica anti-China com influência no governo brasileiro é representado, sobretudo, pelo filho do presidente, deputado federal e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Eduardo Bolsonaro (sem partido); pelo Ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo; pelo assessor de assuntos internacionais da Presidência da República, Filipe Martins; pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub e pelo próprio presidente, Jair Bolsonaro (sem partido). Estes atores do alto escalão, alinhados também a blogueiros de páginas de extrema-direita, podem ser chamados de “ala olavista”, em virtude da influência do filósofo Olavo de Carvalho (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019).

Em 2020, as tensões políticas com a China iniciaram-se logo no início do ano. Após voltarem de uma viagem aos EUA, na qual o Brasil assinou um acordo bilateral de cooperação militar com tal país, Eduardo Bolsonaro e Weintraub defenderam no *Twitter*, em março e abril, a retórica endossada por Trump de que a Covid-19 seria um “vírus chinês”. Isto resultou em resposta agressiva do perfil da Embaixada chinesa ao deputado: “Lamentavelmente, você é uma pessoa sem visão internacional nem senso comum, sem conhecer a China nem o mundo. Aconselhamos que não corra para ser o porta-voz dos EUA

no Brasil, sob a pena de tropeçar feio”.⁷ As tensões ficaram ainda piores quando o Ministério das Relações Exteriores (MRE), em vez de apaziguar o atrito com a embaixada chinesa, exigiu que ela pedisse desculpas por ter interagido nas redes sociais com *posts* que seriam desrespeitosos ao presidente Bolsonaro.

Mal-estar parecido voltou a ocorrer em novembro, logo após a visita ao Brasil do Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA. Eduardo Bolsonaro acusou, no *Twitter*, que a tecnologia 5G da *Huawei* traria ao Brasil problemas de espionagem e cibersegurança. Ainda que o *post* tenha sido apagado, a Embaixada chinesa, mais uma vez, subiu o tom e afirmou que o posicionamento de Eduardo poderia acarretar “consequências negativas e carregar a responsabilidade histórica de perturbar a normalidade da parceria China-Brasil” (EMBAIXADA DA CHINA, 2020). Novamente, o MRE não agiu para pacificar a situação, preferindo por meio de nota criticar a China por ter sido ofensiva e desrespeitosa na divulgação de sua indignação por meio de redes sociais.

O tom duro da resposta por parte da China – nas duas ocasiões – chamou a atenção de analistas, pois, costumeiramente, o país tende a apaziguar as críticas que sofre. Contudo, em especial desde o início da pandemia e, ainda, devido ao acirramento da disputa com os EUA, orientações têm sido dadas pelo governo chinês para que seus diplomatas respondam de forma mais ativa às narrativas anti-China que estão surgindo em vários países. No caso do Brasil, interpreta-se que o objetivo da ala sinofóbica do governo é, ao criar tensões nas relações bilaterais entre os países, oportunizar um aprofundamento do alinhamento com o governo Trump e reforçar China e EUA como opções excludentes de política externa – por mais que tal fato se choque com a realidade da importância da China para o Brasil.

Há grupos dentro do governo – ligados a setores econômicos interessados nas relações Brasil-China, como o agronegócio e o mineral – representados pela Vice-Presidência da República, por alguns atores do Ministério da Economia, Ministério da Infraestrutura e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que são mais conscientes da importância chinesa para o país e rechaçam a sinofobia de certos atores do governo. A cada episódio de tensão, houve por parte deles mobilização para pacificar as relações bilaterais, contudo, diante da escalada de críticas à China vociferada por atores ligados a Eduardo Bolsonaro e as próprias contradições de tomadas de decisões do governo, criaram-se incertezas nas relações bilaterais.

As questões que envolvem o leilão nacional do 5G, que definirá a implementação de tal infraestrutura no país, tornaram-se, em 2020, um dos aspectos no qual as tensões provocadas com a China pelo alinhamento do Brasil com os EUA mais se ilustraram. Após as tensões causadas pelas postagens de Eduardo Bolsonaro no *Twitter*, em março, o presidente Jair Bolsonaro telefonou para Xi Jinping e, dias depois, afirmou que permitiria a participação da *Huawei* no leilão do 5G. Contudo, a decisão passou por uma série de atropelos ao longo do ano *vis-a-vis* as pressões dos EUA. Visando forçar o Brasil a limitar a participação da *Huawei* no certame, Todd Chapman, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, chegou a afirmar que o país não sofreria represálias, mas teria que lidar com “consequências”,

7. Reprodução segundo o perfil da Embaixada da China no Twitter. Disponível em: <<https://twitter.com/embaixadachina/status/1240444169497260034?lang=pt>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

caso optasse pela infraestrutura de tal empresa (G1, 2020). Além disso, buscando incentivar a não adesão à tecnologia chinesa, o conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Robert O'Brien, firmou um memorando com o Ministério da Economia em que se prevê a oferta de crédito de US\$ 1 bilhão concedidos via Eximbank dos EUA para financiamento de projetos a diferentes áreas no Brasil, inclusive para implantação do 5G com a exclusão da empresa chinesa.

Embora atores mais pragmáticos do governo afirmem que seria do interesse do Brasil não tomar qualquer partido nas disputas entre EUA e China, a institucionalidade da decisão sobre o leilão do 5G sofreu alteração durante o ano, foi retirada da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para, primeiro, ficar a cargo do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), comandado por Augusto Heleno e, depois, foi para a presidência da república, em setembro, definindo-se assim que a decisão – quando tomada – será política. Se, por um lado, a área técnica da Anatel finalizou em novembro uma proposta de regras que não excluiu a Huawei, por outro, também em novembro o MRE sinalizou uma possível adesão a *Clean Network*, programa da administração Trump que visa restringir a participação de empresas chinesas em redes digitais. O MRE já afirmou que o Brasil apoia os princípios de tal programa em que se afirma, explicitamente, contrariedade à intrusão nas redes de atores malignos, “como o Partido Comunista Chinês” (US DEPARTMENT OF STATE, 2020).

Contudo, cabe mencionar que, no Brasil, a *Huawei* já é atualmente uma fornecedora relevante de equipamentos para as empresas de telecomunicação, o que deve tornar muito custoso para o setor qualquer decisão que exclua a participação da empresa, motivo pelo qual as teles têm se negado a apoiar uma decisão que prejudique a empresa chinesa, tendo todas elas rejeitado um encontro privado proposto pelo governo dos EUA. A expectativa era de que o leilão do 5G ocorresse entre o final de 2020 e início de 2021. Contudo, até o momento da redação deste texto, não há data. Em alguma medida, a demora decorre da pandemia da Covid-19, mas é evidente que as contradições da posição do Brasil com relação à China e aos EUA também podem ser apontadas como motivo. O fato é que, enquanto isso, o Estado brasileiro está em prejuízo a cada minuto ao não aderir à infraestrutura do 5G, tecnologia essencial para o desenvolvimento da nova revolução industrial.

AS RELAÇÕES MULTILATERAIS E O BRICS

Também no âmbito multilateral, o alinhamento do Brasil com os EUA produziu contradições. De um lado, viu-se a adoção de retórica anti-China principalmente nas questões que envolveram a pandemia, mas, de outro, em situações em que estar junto com a China reforçava agendas nacionais de interesse do governo, o comportamento do país foi mais conciliatório com o chinês. No âmbito dos BRICS, as contradições se expressaram no contraste entre a crescente utilização do NBD pelo país, ao lado do também crescente desdenho ao papel geopolítico do agrupamento.

Um dos posicionamentos multilaterais mais agressivos em relação à China, no ano de 2020, foi o reforço da retórica estadunidense na OMS acerca da responsabilidade chinesa pela pandemia.

Consistiu na formalização na ONU da retórica sinofóbica nacional empreendida pelo alto escalão do governo. Nessa organização multilateral, esse discurso ambicionou impedir que a China assumisse o cargo de liderança na Organização Mundial da Saúde (OMS).

Por outro lado, o Brasil não hesitou em tomar partido da China em situações que se alinhassem aos interesses do governo. Um exemplo desse fenômeno foi a participação do Brasil no grupo de países que pressionou pela reativação das discussões na Organização Mundial do Comércio (OMC), órgão que desde dezembro de 2019 tem sido paralisado pelos EUA. Entre os membros desta iniciativa, figuram a União Europeia e a China. No Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, por sua vez, o Brasil também apoiou a China, quando ela, juntamente com a Síria, Cuba, Venezuela e Irã propuseram uma resolução que enfraquecia a capacidade de pressão da ONU a casos de desrespeito aos direitos humanos. Ressalta-se que o apoio brasileiro se deveu ao interesse do governo de Bolsonaro de enfraquecer, nacionalmente, a agenda dos direitos humanos.

No âmbito dos BRICS, a estratégia de esvaziamento político e de delimitação do agrupamento como mero fórum para questões econômicas e financeiras – movimento que se iniciou ainda no governo Temer – teve continuidade e se aprofundou. O projeto multipolar sobre o qual se construiu o grupo, diante do alinhamento do Brasil com os EUA, viu-se abandonado, mas as cúpulas permaneceram como oportunidade de um palanque de projeção para os governos participantes (STUENKEL, 2020), e a própria institucionalidade já existente, em torno do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) e, principalmente, do NBD tem se provado capaz de conferir razoável funcionamento ao grupo.

Em novembro, ocorreu a XII Cúpula dos BRICS, sediada pela Rússia e realizada virtualmente em decorrência da pandemia. Em uma declaração que se manteve fiel ao credo da PEB de Araújo, o presidente Bolsonaro iniciou sua fala na cúpula de modo improvisado e, em alusão ao discurso anterior de Xi Jinping⁸, afirmando que o Brasil também estaria desenvolvendo uma vacina própria, sobre a qual não deu mais detalhes. Em seguida, Bolsonaro teceu críticas à OMC, ao tratamento da pandemia realizado pela OMS e reiterou a habitual demanda brasileira por reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Ressaltando a importância das soberanias nacionais e defendendo a prática do unilateralismo, o discurso do governo brasileiro apresentou profunda antítese com relação ao posicionamento chinês, que, por sua vez, enfatizou a defesa do multilateralismo e do sistema internacional centrado na ONU, assim como enalteceu a atuação da OMS no combate à pandemia.

Não obstante as divergências nos discursos, a Declaração de Moscou da XII Cúpula dos BRICS manteve grande semelhança com as declarações dos últimos anos. O Brasil, tal como na XI Cúpula em 2019, foi forçado na declaração escrita a reconhecer a importância do multilateralismo do Sistema das Nações Unidas (BRICS, 2019). Além disso, em uma provável represália chinesa ao episódio em que o Brasil tomou partido contra a China na OMS, o apoio formal da China e Rússia à inclusão do Brasil, da Índia e da África do Sul ao Conselho de Segurança da ONU foi retirado, apesar do documento ainda demandar reformas no Conselho.

8. Em sua declaração, Xi Jinping afirmou que a China se compromete a providenciar vacinas a todos os membros dos BRICS.

Apesar desse quadro de algumas dificuldades de cooperação entre os membros dos BRICS, contudo, o NBD tratou de conferir maior materialidade às iniciativas do agrupamento em 2020. Durante o ano, o Brasil submeteu sete projetos requisitando financiamento. Com a eleição em julho do brasileiro Marcos Troyjo para a presidência do banco, espera-se que o NDB empreste até R\$11 bilhões por ano para projetos de investimentos no Brasil até 2025 (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Além disso, ressaltam-se as aprovações, no congresso nacional, da abertura do escritório nacional do NBD em São Paulo e de uma representação em Brasília.

QUADRO 1 - PROJETOS BRASILEIROS SUBMETIDOS AO NBD EM 2020

Ano	Projeto	Montante	Contraparte	Setor	Status
2020	SABESP - Plano de Investimento Suporte	US\$ 300 milhões	SABESP	Saneamento Básico	Proposto
2020	BNDES-NBD Projeto de Infraestrutura Sustentável	US\$ 1,2 bilhões	BNDES	Infraestrutura Sustentável	Proposto
2020	PARA II - Infraestrutura de Transporte para Desenvolvimento Regional	US\$ 153 milhões	Estado do Pará	Transporte	Proposto
2020	Programa de Assistência Emergencial ao Combate da COVID-19	US\$ 1 bilhão	Governo Federal	Segurança Social (utilizado para o auxílio emergencial)	Aprovado
2020	Aperfeiçoamento do BRT de Curitiba	US\$ 75 milhões	Município de Curitiba	Transporte	Proposto
2020	Programa de Infraestrutura Sustentável do BRDE	US\$ 150 milhões	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	Infraestrutura sustentável	Proposto
2020	Desenvolve SP	US\$ 200 milhões	Governo Federal	Infraestrutura sustentável	Proposto

Fonte: Novo Banco do Desenvolvimento (2020). Elaboração própria

O NBD, dessa forma, começou a aparecer como uma alternativa a outras fontes oficiais de recursos, possibilitando aos membros dos BRICS acessar valores para projetos de desenvolvimento ou mesmo para lidar com situações de emergência, como é o caso da pandemia, colocando-se como uma instituição que pretende assumir maior papel na recuperação e expansão das economias do agrupamento e, também, de outras economias em desenvolvimento, no cenário pós-pandemia (SIMÕES *et al.*, 2020). Entretanto, cabe acompanhar se o desenrolar da escalada de atritos diplomáticos entre as nações dos BRICS, particularmente entre Brasil e China, e Índia e China⁹, vai levar a dificuldades de funcionamento do banco.

9. Destaca-se também o conflito fronteiriço entre China e Índia na região do Himalaia, que passou por uma escalada de tensões no mês de junho de 2020 (CHAGAS, 2020).

RELAÇÕES ECONÔMICAS

A despeito da recessão econômica mundial resultante da pandemia e das tensões nas interações Brasil-China, as relações comerciais entre os países cresceram em 2020, destacando-se os seguintes aspectos: i) as trocas mantiveram o padrão norte-sul; ii) o saldo comercial permaneceu favorável ao Brasil, e; iii) a importância comercial da China para o país cresceu.

QUADRO 2 - RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA

Componentes	2019	2020 ¹
Participação chinesa nas exportações brasileiras	28,1%	33%
Participação chinesa nas importações brasileiras	20,7%	21,9%
Superávit do Brasil com a China (US\$ milhões)	28.086,7	32.372,5
Participação do superávit com a China no saldo geral do Brasil	58,47%	63,43%

Fonte: BRASIL (2020a). Elaboração própria.

Como mostra o quadro 2, houve crescimento da importância da China para o Brasil em todos os componentes analisados. Tal fato isolou ainda mais a China, em relação ao segundo lugar (os EUA), como a primeira parceira comercial brasileira.¹⁰ Mesmo em meio a uma redução geral da corrente de comércio (houve queda de 10,7%, entre jan.-nov. 2020, da corrente do Brasil com o mundo), nas trocas com a China houve elevação de 4% no mesmo período (BRASIL, 2020a). Os produtos mais vendidos pelo Brasil foram da indústria extrativa e agropecuária, com destaque para a soja, minério de ferro e petróleo, que corresponderam respectivamente a 33%, 26% e 17% do total exportado para a China (jan.-nov. 2020), ressaltando-se que tanto da soja, como do minério de ferro, houve aumento dos valores exportados (BRASIL, 2020a).

No caso do petróleo, vale ressaltar que embora tenha havido uma variação negativa de 19,5% das exportações em relação a 2019 (considerando jan.-nov.) (BRASIL, 2020a), tal fato é explicado pela queda do valor do produto. Houve, na realidade, um aumento quantitativo das exportações de petróleo, uma vez que, durante a pandemia, a China expandiu as suas importações, mesmo com a queda na sua demanda interna, dado que as refinarias chinesas viram na diminuição dos preços uma oportunidade de abastecer seus estoques. Como resultado, a China passou a ser o destino de 70% das exportações de petróleo do Brasil (SMITH, 2020).

No que se refere às importações brasileiras da China, 99,5% (entre jan.-nov. 2020) se concentraram em produtos da indústria da transformação, com destaque para equipamentos de telecomunicações; válvulas e tubos termiônicos; plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes. Tais itens

10. Tanto em 2019 (dados do ano todo), como em 2020 (dados de jan.-nov.), os EUA foram o 2º maior parceiro comercial brasileiro. Contudo, decaiu de 2019 para 2020 tanto na participação nas exportações brasileiras (de 13,2% para 9,93%), como nas importações (de 17% para 15,7%). Além disso, a corrente de comércio entre os países, considerando de jan.-nov. de 2019 em comparação com jan.-nov. de 2020, caiu 25,3% (BRASIL, 2020a).

corresponderam respectivamente a 13%, 6,4% e 6,1% das importações brasileiras da China (BRASIL, 2020a), percentuais pequenos se comparados àqueles dos produtos mais exportados pelo Brasil, o que mostra como as vendas chinesas possuem maior diversificação em relação às brasileiras. Ressalta-se que tanto os produtos mais vendidos pelo Brasil (soja, minério e petróleo), como os mais vendidos pela China foram os mesmos de 2019, apenas com pequenas variações nas porcentagens.

Observou-se, assim, que no ano da pandemia persistiu a dinâmica assimétrica nas relações comerciais sino-brasileiras, em que um país assume a posição de fornecedor de bens de maior complexidade produtiva, no caso da China, e o outro se resume aos produtos primários, como identificado nas exportações do Brasil, ressaltando-se que para o país, a China se tornou ainda mais importante para os resultados comerciais. Embora tenha havido algum esforço de grupos interessados nas relações comerciais bilaterais para se tentar promover uma diversificação da pauta brasileira para o país, não se vislumbra mudanças no padrão estabelecido.¹¹

No que se refere a investimentos chineses no país, no início de 2020, a expectativa era de que o Brasil pudesse ser um importante destino, com a perspectiva de continuidade de aquisições no setor elétrico, além de outros serviços essenciais como tratamento de água e esgoto e projetos de infraestrutura, como construção e operação de estradas e ferrovias, que seriam ainda fortalecidos pela abertura do banco do Xuzhou Construction Machinery Group (XCMG), voltado ao financiamento de maquinários para construção civil e mineração. Destacou-se ainda o interesse em ativos da Petrobras, que tem privatizado parte de suas subsidiárias, e a expansão dos investimentos em energias renováveis.

Contudo, o contexto de pandemia, que refreou no mundo todo os investimentos diretos externos, bem como as próprias opções da PEB, em especial o aprofundamento do alinhamento com os EUA, causaram incertezas sobre o investimento chinês no país. Alguns analistas argumentaram que o alinhamento do governo brasileiro aos Estados Unidos passou a resultar na criação de barreiras ao investimento chinês por meio de “travas técnicas” nos setores de energia, telecomunicações e comércio (WIZIACK, 2020). No caso, por exemplo, da usina nuclear de Angra 3, o governo brasileiro estaria tentando favorecer a americana Westinghouse em detrimento da *China National Nuclear Corporation*. Além disso, continuam as preocupações sobre a participação da Huawei na construção das redes de 5G.

Enquanto o Embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, declarou o otimismo das empresas chinesas para os investimentos no Brasil e reafirmou a intenção da China de que o país pudesse integrar a *Belt and Road Initiative* (BRI) (AGÊNCIA O GLOBO, 2020), o governo brasileiro aderiu, em março de 2020, ao Programa América Cresce, uma iniciativa dos Estados Unidos que pode ser vista como uma tentativa de conter o crescimento dos investimentos chineses na América Latina, especial-

11 A título de exemplo, um recente estudo da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) apresenta produtos brasileiros que sofrem barreiras na China, que, caso retiradas, poderiam contribuir para a diversificação e agregação de valor nas exportações (EQUIPE COMEX DO BRASIL, 2020). Contudo, quando se observa os produtos citados no estudo (frango, café, suco de laranja, rochas, couro, cosméticos e comida para *pet*) percebe-se que por mais que possam ser relevantes para cada um dos setores, os ganhos com as exportações não seriam capazes de alterar a estrutura da relação comercial bilateral.

mente em infraestrutura, e se contrapor ao BRI. Vários analistas vêm alertando para o fato de que se o governo brasileiro optar por abandonar a regra de não discriminação e do tratamento nacional com relação à China, deverá haver refreio de investimentos chineses (ROSITO, 2020).

Em termos de estatística, é difícil chegar a qualquer conclusão sobre os investimentos chineses no Brasil em 2020, uma vez que ainda não há dados consolidados. Até o momento, números compilados no relatório de anúncio de investimentos pelo Ministério da Economia¹² mostram que, de janeiro até maio, foram anunciados cerca de US\$487 milhões em investimentos chineses no Brasil, mas não se sabe ainda se foram concretizados (BRASIL, 2020b). No geral, espera-se que os investimentos chineses para a América Latina diminuam em 2020, uma vez que no cenário de pandemia optou-se por congelar e atrasar investimentos (GOMBATA, 2020).

Uma análise das relações econômicas, como ora apresentada (portanto, sem os dados sobre investimentos), evidencia que, apesar das tensões nas relações Brasil-China, o dia-a-dia das relações materiais não foi diretamente afetado. Apesar de a China ter começado a fomentar a produção de soja em outros países¹³, o Brasil é atualmente muito difícil de ser substituído como fornecedor de tal produto dado o tamanho de sua produção; o aumento da compra do petróleo brasileiro e o próprio crescimento das exportações de carne para a China em 2020 (Brasil, 2020a) mostram que, até o momento, a dinâmica comercial mantém e aprofunda-se, em clara manifestação do usual pragmatismo chinês nas relações econômicas.

A ASCENSÃO DE OUTROS ATORES NAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA

A visão sinofóbica de Ernesto Araújo, bem como a constante tensão fomentada pelo Itamaraty nas relações com a China, em 2020, em apoio à ala anti-China do governo, acentuaram um movimento que já era visível em 2019: a transferência de canais de diálogos e mecanismos de cooperação entre o Brasil e a China para outros atores, com destaque para os governos subnacionais (Estados e municípios) e outras organizações não-centrais, como o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

GOVERNOS SUBNACIONAIS E O CASO DA CORONAVAC

No caso dos governos subnacionais, o contexto de pandemia funcionou como principal motivador para a busca de relações diretas com a China, em clara contraposição à postura de fricção do governo federal com tal país. Entidades como o Consórcio Nordeste e o Consórcio da Amazônia Legal solicitaram apoio da China para o enfrentamento da pandemia. Além disso, buscaram no país a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), respiradores e serviços necessários para a devida manutenção desses aparelhos médicos. Várias doações de governos subnacionais chineses foram reali-

12. Até o momento, o Ministério da Economia não publicou – como seria costumeiro – nenhum Boletim de Investimentos Estrangeiros sobre o ano de 2020.

13. Divulgou-se amplamente que a China está incentivando países da África a produzir o grão, com destaque para a Tanzânia.

zadas a brasileiros, a exemplo do governo de Fuzhou que doou máscaras para a cidade de Campinas (EPTV 1, 2020), e a cidade de Guangzhou que doou a Recife (G1 PE, 2020).

Contudo, a iniciativa subnacional de maior impacto no âmbito das relações Brasil-China foi a parceria realizada entre o Laboratório *Sinovac Biotech* com o Instituto Butantan e o Estado de São Paulo (SP) para a realização da Fase 3 do ensaio clínico da vacina intitulada “*Coronavac*”. A *Sinovac* é um laboratório privado chinês focado em pesquisa, desenvolvimento, produção e comercialização de vacinas. A empresa, com sede em Pequim, foi fundada em 2001 e é responsável pela produção e comercialização de diversas vacinas na China. Em decorrência do acordo com SP, cerca de 9 mil voluntários, oriundos de todo o Brasil, estão sendo testados nessa fase do ensaio clínico e caso seja comprovada a eficácia da vacina, também está previsto que o Instituto Butantan produzirá doses em larga escala, que serão distribuídas gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de SP, sendo que Colômbia, Bolívia, Peru e Argentina já iniciaram conversações com o Butantan para verificar a possibilidade de comprar a vacina do instituto.

A possibilidade de novos tipos de relação entre os governos subnacionais e a China, entretanto, não passou ilesa às tensões nas relações Brasil-China, tendo a vacina da *Sinovac* se tornado um novo elemento a catalisar o discurso anti-China. A ala de seguidores mais fiéis ao bolsonarismo, fomentada pelos atores sinofóbicos do governo¹⁴, tem manifestado repulsa à parceria sino-brasileira para a produção desta vacina, afirmando ser a pandemia culpa do Partido Comunista Chinês, que teria patrocinado a criação do vírus (TAJRA, 2020), e que haveria um complô entre o governador de SP, João Dória (PSDB), e o governo chinês contra o presidente Bolsonaro (ELLER, 2020). Tais ilações mostram como o discurso anti-China de parte do governo, em 2020, também passou a ser instrumento para mobilizar parte de uma base social de apoio ao presidente, impulsionando a politização da vacina em função de sua origem chinesa e pelo fato de a parceria ser com um Estado da federação que é governado por um adversário político de Bolsonaro.

O próprio presidente Bolsonaro atuou de forma a boicotar a vacina chinesa, desautorizando, no dia 21 de outubro, um protocolo de intenções – que havia sido anunciado com pompas pelo ministro da Saúde, Eduardo Pazuello – para a compra de 46 milhões de doses do imunizante fabricado pela Sinovac, argumentando que “qualquer vacina antes de ser disponibilizada à população deverá ser comprovada cientificamente pelo Ministério da Saúde e certificada pela Anvisa” (BOLSONARO apud UOL, 2020b), mesmo o governo já tendo assinado uma medida provisória que libera R\$1,9 bilhão para a compra, produção e distribuição de 100 milhões de unidades da vacina de Oxford, que semelhante a Coronavac também está na fase 3 de testes e não possui eficácia comprovada, nem autorização da Anvisa para o uso. A sinofobia não foi disfarçada pelo presidente nas suas considerações sobre a vacina: “Da China não compraremos. Não acredito que ela transmita segurança para a população pela sua origem. Esse é o pensamento nosso” (BOLSONARO apud PARAGUASSU, 2020).

14. Entre declarações críticas à vacina chinesa, destacam-se os tweets realizados por personalidades políticas como o presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, e o presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e aliado de Jair Bolsonaro, Roberto Jefferson.

Outro momento de tensão com o governo federal envolvendo a vacina chinesa foi a suspensão momentânea promovida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), entre os dias 9 e 11 de novembro, dos testes da Coronavac, por conta de um “evento adverso” ocorrido com um voluntário – que se provou não ter relação com a vacina. Antes de os testes serem retomados, Bolsonaro comentou em seu *Facebook* atacando o governador João Dória, afirmando que “Mais uma vez Jair Bolsonaro ganha” (BOLSONARO apud UOL, 2020a), o que denota que a vacina chinesa passou a ser um aspecto da competição política entre os ex-aliados Bolsonaro e Dória. Em meio a disputas, a adoção da *Coronavac* em um calendário nacional de vacinação contra a Covid-19, ainda permanece incerta, mesmo a vacina tendo as características logísticas preconizadas como ideais pelo Ministério da Saúde. Enquanto isso, o Estado de SP se prepara para proceder a imunização com previsão para início em janeiro.¹⁵

O CEBC

Em 2015, o CEBC foi reconhecido no Plano de Ação Conjunta entre o Brasil e a China como o principal interlocutor dos governos na promoção das relações empresariais entre os países (CEBC, 2020), mas, desde antes disso, tem se transformado em um ator relevante na tentativa de orientar a pauta das relações econômicas bilaterais. Em 2020, em especial, o Conselho parece ter se colocado como uma alternativa para a continuidade da promoção de temas de interesse comum em tempos de hostilidade da diplomacia oficial em relação à China. Em documento divulgado em novembro de 2020, com a presença do Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, o CEBC destacou a visão de longo prazo para a definição dos interesses estratégicos brasileiros na sua relação com a China, especialmente em um cenário de acirramento das tensões internacionais oriundas da disputa entre Estados Unidos e China. O documento aponta que a competição está relacionada, de um lado, à ascensão da China e, de outro, aos esforços de manutenção da hegemonia estadunidense. De acordo com o Presidente do CEBC, o embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, a expectativa é que “esse trabalho possa ser de grande utilidade para os formuladores da política exterior do Brasil para a China” (NEVES, 2020, p. 7).

O papel do Conselho torna-se ainda mais relevante em um momento em que instituições como a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), criada para fortalecer um canal de comunicação entre a diplomacia e setores da sociedade, passou a ser usada de forma a defender posições do chanceler Araújo. As atribuições da FUNAG, ao longo de 2020, passaram a ser a promoção de eventos questionando o papel da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das medidas de contenção da Covid-19, além de tentarem criar uma suposta relação entre o Partido Comunista Chinês e a pandemia, classificando a situação como um plano de “globalistas e comunistas”, cujo “comunavírus” seria uma oportunidade para construir uma nova ordem mundial socialista, conforme termo cunhado pelo próprio Ernesto Araújo (MARINS, 2020).

15. Em 19 de novembro, foi recebido no Aeroporto Internacional de Guarulhos o primeiro lote de 120 mil doses da Coronavac vindas diretamente da China. Este carregamento faz parte de uma encomenda composta por 6 milhões de unidades previstas para chegarem no Brasil até o fim de dezembro. Também foi recebido em São Paulo um lote com insumos para a produção da vacina no Instituto Butantan, sendo ainda esperado, até o começo de 2021, a importação de insumos suficientes para a produção de 40 milhões de unidades que serão envasadas e rotuladas no Butantan. Espera-se que a eficácia da Coronavac seja divulgada ainda em dezembro e que a Anvisa aprove a vacina para uso a tempo de começar a imunização no fim de janeiro.

O estudo do CEBC, elaborado pela diplomata e economista Tatiana Rosito (2020, p. 14), busca assumir um papel de interlocução para Brasil e China. Define-se como principal objetivo “discutir as bases de visão estratégica de longo prazo do Brasil para a China que incorpore aspectos políticos, econômicos e institucionais”, contribuindo para que essa estratégia seja debatida “pelos setores relevantes do empresariado, do setor público em suas três esferas, da academia, da imprensa e do terceiro setor”.

O documento indica que, apesar da rivalidade entre China e Estados Unidos e das comparações com a Guerra Fria, os países não deveriam tomar decisões a favor de uma das partes buscando um favorecimento ou alinhamento com as potências envolvidas na disputa. Segundo a autora, cabe ao Brasil tomar decisões estratégicas de acordo com seus interesses nacionais e, em tom diplomático, o texto pontua que as relações diplomáticas entre o Brasil e a China continuam a se desenvolver “amistosamente”, apesar das incertezas pontuais quanto ao seu futuro, como no caso do leilão do 5G (ROSITO, 2020).

CONCLUSÕES

No ano marcado pela pandemia, as relações Brasil-China passaram por tensões diplomáticas, que aumentaram as incertezas quanto à amistosidade com relação ao futuro das interações. Contudo, percebeu-se que até o momento a dinâmica econômica entre os países não foi afetada pelos problemas políticos, tendo havido um aprofundamento da dependência econômica brasileira da China perante a pandemia.

Observou-se ainda que, apesar de alguns desentendimentos na arena multilateral, a cooperação dos países por meio dos BRICS, em especial com maior uso do NBD, teve continuidade, bem como outros atores, com destaque para os governos subnacionais, deram maior dinamicidade às relações. Ressalta-se, assim, a tendência, devido a orientação anti-China do Itamaraty, de as relações de cooperação do Brasil com a China repousarem cada vez mais na ação de atores não-centrais como forma de contornar as orientações sinofóbicas da PEB.

Por fim, cabe questionar qual será o impacto que a saída de Donald Trump da presidência dos EUA terá sobre as relações Brasil-China. Como apresentado, as relações Brasil-EUA foram uma variável essencial para compreendermos o motivo dos problemas nas relações Brasil-China em 2020. Foi o alinhamento do governo Bolsonaro com o de Trump – não essencialmente com os EUA – que incentivou os piores ataques sinofóbicos. Embora não se espere que vá haver um arrefecimento das disputas de poder entre China e EUA no governo Biden – o 5G deve continuar a ser uma questão a sofrer pressão estadunidense – espera-se que outras táticas sejam utilizadas. Contudo, tais meios podem se chocar com as orientações antiglobalistas e conservadoras da PEB que serviram bem a aproximação com Trump, mas que podem afastar o Brasil dos EUA de Biden. Não seria a hora de retomar o pragmatismo nas relações com a China?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Marcos Troyjo é eleito presidente do Banco do Brics**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/marcos-troyjo-e-eleito-presidente-do-banco-do-brics>>. Acesso em: 04 dez.2020.

AGÊNCIA O GLOBO. **Chineses estão otimistas com investimentos no Brasil, diz embaixador da China**. In: IG, 08 jul. 2020. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2020-07-08/chineses-estao-otimistas-com-investimentos-no-brasil-diz-embaixador-da-china.html>> Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL. **ComexVis**. 2020a. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>> Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL. **Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI)**. 2020b. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjZmYzFmMTgtZDk4MS00NzAzLWJiYTUyNmM3O-DE1NDQ2M2RiIiwidCI6ImNmODdjOTA4LTRhNjUtNGRlZS05MmM3LTEwZWE2MTVjN-jMyZSIsmiOjR9>> Acesso em: 05 dez. 2020.

BRICS. **Declaração de Moscou da XII Cúpula do BRICS**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-moscou-da-xii-cupula-do-brics>. Acesso em: 04 dez. 2020.

ELLER, Johanns. **Nas redes sociais, apoiadores de Bolsonaro atacam parceria entre Instituto Butantan e China teste da vacina contra a COVID-19**. 12 jun. 2020 In: **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/nas-redes-sociais-apoiadores-de-bolsonaro-atacam-parceria-entre-instituto-butantan-china-para-teste-de-vacina-contracovid-19-24476423>>. Acesso em: 04 dez. 2020.

EMBAIXADA DA CHINA. **Declaração do porta-voz da Embaixada da China no Brasil sobre comentários difamatórios de um deputado federal brasileiro**. 2020. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/sghds/t1835292.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

EPTV 1. **Coronavírus: cidade chinesa doa 30 mil máscaras para Campinas distribuir a profissionais de saúde**. In: **G1**, 19 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/05/19/coronavirus-cidade-chinesa-doa-30-mil-mascaras-para-campinas-distribuir-a-profissionais-de-saude.ghtml>> Acesso em: 07 dez. 2020.

EQUIPE COMEX DO BRASIL. **Na relação com a China, maior parceiro do Brasil, desafio é buscar balança comercial equilibrada**. In: **Comex do Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://www.comexdo-brasil.com/na-relacao-com-a-china-maior-parceiro-do-brasil-desafio-e-buscar-balanca-comercial-equilibrada/>> Acesso em: 05 dez. 2020.

G1. **Acordo prevê crédito de US\$ 1 bilhão dos EUA para financiar projetos no Brasil, incluindo 5G**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/20/acordo-preve-credito-de-us-1-bilhao-dos-eua-para-financiar-projetos-no-brasil-incluindo-5g.ghtml>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

G1 PE. **Recife recebe de cidade chinesa doação de 100 mil máscaras para uso hospitalar**. In: **G1**, 04

- mai 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/05/04/recife-recebe-de-cidade-chinesa-doacao-de-100-mil-mascaras-para-uso-hospitalar.ghtml>> Acesso em: 07 dez. 2020.
- GOMBATA, Marsílea. Pandemia congela planos da Nova Rota da Seda na América Latina. In: **Valor**, 25 ago. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/08/25/pandemia-congela-planos-da-nova-rota-da-seda-na-america-latina.ghtml>> Acesso em: 05 dez. 2020.
- MARINS, C. Sob Bolsonaro, a fundação do Itamaraty vira palco de fake news sobre covid-19. **UOL**, 5 out. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2020/04/22/chanceler-brasileiro-diz-que-mundo-enfrenta-comunavirus.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- NEVES, L. A. C. Prefácio. In: ROSITO, T. **Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China**. CEBC: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://cebc.org.br/2020/11/26/bases-para-uma-estrategia-de-longo-prazo-do-brasil-para-a-china/>>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- NOVO BANCO DO DESENVOLVIMENTO. **List of All Projects - New Development Bank**. Disponível em: <<https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- PARAGUASSU, Lisandra. Bolsonaro questiona credibilidade da China para vacina e diz que Pazuella fica. In: **Reuters**, 22 out. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/reuters/2020/10/22/bolsonaro-questiona-credito-da-china-para-vacina-e-diz-que-pazuella-fica.htm?-cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 07 dez. 2020.
- ROSITO, Tatiana. **Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China**. Conselho Empresarial Brasil-China, 2020. Disponível em: <<https://cebc.org.br/>>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- SCHUTTE, G. R.; FONSECA, B. C. D.; CARNEIRO, G. S. Jogo de dois níveis voltado ao eleitorado: uma análise da política externa bolsonarista. **Revista Conjuntura Global**, v. 8, n. 2, 2019, p. 97-116.
- SIMÕES *et al.* **XII Cúpula do BRICS: esforços para o multilateralismo frente aos impactos da COVID-19**. Disponível em: <<https://potenciasmedias.com/2020/12/03/analise-da-xii-cupula-dos-brics/>>. Acesso em: 02 dez. 2020.
- SMITH, Matthew. Low Oil Prices Haven't Derailed Brazil's Offshore Boom. In: **Oil Price**. Sep, 21, 2020. Disponível em: <<https://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/Low-Oil-Prices-Havent-Derailed-Brazils-Offshore-Boom.html>>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- STUENKEL, Oliver. Why the BRICS Grouping Is Here to Stay. **The Diplomat**. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2020/11/why-the-brics-grouping-is-here-to-stay/>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- TAJRA, Alex. Coronavírus não foi criado em laboratório do Partido Comunista. **UOL**. 30 de mar. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2020/03/30/coronavirus-nao-foi-criado-em-laboratorio-pelo-partido-comunista-da-china.htm>>. Acesso em: 04 dez. 2020.
- UOL. **Após Anvisa suspender Coronavac, Bolsonaro diz que “ganhou” de Doria**. 2020a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/11/10/apos-anvisa-suspender-coronavac-bolsonaro-diz-que-ganhou-de-doria.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

UOL. **Governo vai comprar qualquer vacina que for aprovada por Saúde e Anvisa, diz Bolsonaro.** 2020b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/reuters/2020/11/09/governo-vai-comprar-qualquer-vacina-que-for-aprovada-por-saude-e-anvisa-diz-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

US DEPARTMENT OF STATE. The Clean Network. 2020. Disponível em: <<https://www.state.gov/the-clean-network/>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

VASCONCELOS, Gabriel. Relação com China vive ‘primavera diplomática’, diz Marcos Caramuru. 19 set. 2020. In: Valor, 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/16/relacao-com-china-vive-primavera-diplomatica-diz-marcos-caramuru.ghtml>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

WIZIACK, Júlio. Brasil cria travas que dificultam investimento chinês no país. In: **Folhapress, Valor**, 09 ago. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/08/09/brasil-cria-travas-que-dificultam-investimento-chins-no-pas.ghtml>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

Notas sobre o comércio internacional em meio aos desafios do multilateralismo e da disputa comercial e tecnológica entre Estados Unidos e China

Lucas Tasquetto¹
Mikael Servilha²

INTRODUÇÃO

A política de comércio internacional do governo de Jair Bolsonaro apresenta logo no seu início, em sua primeira visita oficial aos Estados Unidos, a renúncia do país ao tratamento especial e diferenciado nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), em linha com a proposta estadunidense para a Organização. Em paralelo, são concluídas as longas negociações em torno do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia e é dada continuidade aos esforços de ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2020, o governo avançou em suas propostas de liberalização de outros campos. Em maio, apresentou o pedido de adesão ao Acordo sobre Compras Governamentais (GPA), depois de ter aderido ao acordo como membro observador no segundo semestre de 2017. Nas negociações plurilaterais sobre comércio eletrônico aproximou-se ainda mais das propostas dos Estados Unidos, com uma “posição ofensiva” sobre a matéria. A tentativa de consolidar os laços com os Estados Unidos passa também por um documento conjunto, que delinea o que os dois países consideram como condições *market-oriented* visando a China, e pelo Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica bilateral assinado entre ambos. Neste são colocados dispositivos de facilitação de comércio e cooperação aduaneira, boas práticas regulatórias e medidas anticorrupção.

1. Professor do Bacharelado em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFABC.

2. Aluno do Bacharelado em Relações Internacionais da UFABC.

No âmbito internacional, o país também acompanha os desenvolvimentos no multilateralismo, com a renúncia do brasileiro Roberto Azevêdo e a escolha da primeira Diretora-Geral da OMC. A saída antecipada do Diretor-Geral reforçou as incertezas dos últimos anos em torno do papel da organização. Em paralelo, a pandemia da Covid-19 levou os países a uma série de restrições às exportações e diminuição ou eliminação de tarifas de importação para produtos essenciais no enfrentamento da crise sanitária, mas sobretudo anuncia um cenário de grave recessão econômica, para o qual a ortodoxia do comércio internacional parece não oferecer respostas. Somado a isso, houve a intensificação das tensões entre Estados Unidos e China. A pandemia serviu de arena para Washington promover a escalada de tensões com os chineses, que já encontravam seu ápice no ataque deliberado à expansão global da Huawei em torno da tecnologia 5G. A guerra comercial entre ambos e a competição tecnológica estabelecida gera pressões sobre terceiros países para que orbitem em torno de seus interesses específicos.

Para o Brasil, o mundo em transformação impôs sérios desafios e evidenciou as controvérsias que marcaram a política externa do país em 2020. A política ambiental do governo Bolsonaro coloca em questão a ratificação do acordo de comércio com os europeus, celebrado pela mesma administração. Países como Bélgica, França e Holanda expressaram resistência à ratificação do texto e dirigiram críticas ao governo Bolsonaro e sua política ambiental. Por outro lado, as hostilidades públicas à China, principal compradora das exportações brasileiras, desafiam os interesses comerciais do país. O alinhamento à agenda do presidente estadunidense, Donald Trump, em seus últimos momentos no governo, e os sinais de enquadramento das decisões relacionadas à tecnologia 5G como questão de segurança nacional, potencializam fissuras com a China.

Este capítulo elenca três grandes questões no campo do comércio internacional ao longo de 2020. Em particular, enfrenta em primeiro lugar a saída de Roberto Azevêdo da direção da OMC, o papel do(a) Diretor(a)-Geral na instituição e o processo de escolha de sua substituta. Na sequência, apresenta o relatório da UNCTAD, *“From global pandemic to prosperity for all: avoiding another lost decade”*, que dá conta de como a pandemia da Covid-19 expôs uma série de fragilidades inerentes à economia mundial e propõe medidas relativas ao comércio internacional. Por fim, a partir de texto de Evgeny Morozov, discute as medidas relativas a Huawei em um cenário de disputa geopolítica e comercial entre Estados Unidos e China e os direcionamentos no Brasil em meio a tais ações.

A RENÚNCIA DE ROBERTO AZEVÊDO E O PROCESSO DE ESCOLHA DA NOVA DIRETORA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Em reunião de todos os membros da OMC, em 14 de maio, o então Diretor-Geral da Organização, o brasileiro Roberto Azevêdo, anunciou que renunciaria ao cargo em 31 de agosto, um ano antes do previsto para o término de seu mandato. A saída se deu no contexto de pandemia, profunda recessão, intensificação das tensões entre Estados Unidos e China e crescente adoção de mecanismos de

proteção das economias nacionais. De imediato, a OMC deu início ao processo de escolha de seu sucessor, ainda em tempo para a preparação da 12ª Conferência Ministerial, adiada para junho de 2021.

Roberto Azevêdo foi o sexto Diretor-Geral da OMC, além de três outros dirigentes que comandaram o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), organismo multilateral que a precedeu. Dentre esses, foi o primeiro latino-americano no posto, sucedendo no total a seis europeus, um neozelandês e um tailandês. Assumiu a posição em 1º de setembro de 2013, cumprindo um mandato de quatro anos, estendido para um novo mandato a partir de 01 de setembro de 2017. Em seu período como Diretor-Geral, supervisionou três Conferências Ministeriais da OMC – Bali, em 2013; Nairóbi, em 2015; e Buenos Aires, em 2017.

Roberto Azevêdo ingressou no corpo diplomático brasileiro em 1984 e, desde então, acumulou ampla experiência em questões de economia internacional e política comercial, em especial no âmbito da solução de contenciosos comerciais. Foi Coordenador-Geral de Contenciosos (2001-2005) no Itamaraty, em um processo no qual a experiência acumulada do Brasil nos litígios comerciais internacionais e a complexidade crescente dos assuntos discutidos conduziram à tentativa de melhor estruturar a participação brasileira no contencioso da OMC. Posteriormente, ainda em Brasília, foi Subsecretário-Geral para Assuntos Econômicos e Tecnológicos no Ministério das Relações Exteriores (2006-2008), em uma posição na qual desempenhou o papel de principal negociador comercial do Brasil durante a Rodada Doha, além de supervisionar as negociações comerciais do Mercosul com outros grupos regionais ou países de fora da América Latina. Em 2008, foi nomeado Representante Permanente do Brasil junto à OMC e outras Organizações Econômicas Internacionais em Genebra.³

O nome de Roberto Azevêdo foi apresentado pelo Brasil como candidato ao cargo de Diretor-Geral da OMC em um período marcado pela posição proativa da política externa brasileira, quando o país se transformou em um dos principais negociadores e litigantes da organização, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a partir da estruturação do G20 comercial. Visto como de perfil técnico, com experiência e trânsito na comunidade negociadora de Genebra, Azevêdo saiu vitorioso do processo depois de uma concorrida disputa com o mexicano Hermínio Blanco, candidato apoiado pelos Estados Unidos, contando com os votos fundamentais dos países em desenvolvimento, sobretudo dos BRICS e dos países africanos.⁴

Comparativamente com o período das rodadas do GATT, que se estenderam até a criação da OMC (1995), a expansão do conjunto de Membros da organização combinada com a expansão da cobertura dos seus acordos para além de questões tarifárias relativas ao comércio de bens e mercadorias, levou a tensões organizacionais. Ao tempo da Rodada Doha, o trabalho do Diretor-Geral de conduzir os membros ao consenso tornava-se muito mais difícil, com as negociações envolvendo países com interesses comerciais profundamente divergentes entre si em torno de questões cada vez mais complexas.

3. Informações disponíveis em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/dg_e/dg_e.htm>.

4. FARIAS, Rogério de Souza. O Brasil e a OMC (2008-2015). In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; FLORENCIO, Sérgio Abreu e Lima; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; SILVA FILHO, Edison Benedito. *Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008*. Brasília: Ipea e FUNAG, 2018, p. 115.

Com efeito, aponta-se que o Diretor-Geral da OMC já não exercia a mesma influência que o Diretor-Geral do GATT nos anos anteriores.⁵

Em termos formais, o Diretor-Geral de fato detém pouco poder. Seu papel não está definido no Acordo de Marrakesh, de 1994, que cria a OMC, o que o tornaria excessivamente dependente do clima político predominante e muitas vezes efêmero dos Membros.⁶ A despeito de não poder reformar a organização sozinho, forçar os governos a tomarem qualquer ação específica ou até mesmo ditarem a agenda, sua posição desempenha um papel importante no avanço do comércio internacional e da cooperação global.⁷ Para Tinline e Prazeres, ao combinar conhecimento técnico com criatividade e discernimento político, o Diretor-Geral exerce um grande soft power, além de potencialmente ser a diferença entre o sucesso e o fracasso em uma negociação e tornar as discussões mais inclusivas e democráticas. Mais do que nunca, atualmente se viu na tarefa de chamar a atenção para a importância do multilateralismo comercial, suas regras e do locus para a solução de controvérsias comerciais.

Em uma situação normal, com o mandato se encerrando naturalmente dentro do prazo previsto, o processo de nomeação do Diretor-Geral deve ser iniciado nove meses antes do término do mandato. Com a situação posta pela renúncia de Roberto Azevêdo, o presidente do Conselho-Geral da OMC, o neozelandês David Walker, informou aos Membros, em 20 de maio, que o processo de nomeação para o próximo Diretor-Geral começaria formalmente em 8 de junho. A partir dessa data, os membros tiveram um mês para nomear candidatos de seus próprios países. Após a apresentação aos membros da lista consolidada de todos os candidatos, se dará um encontro com estes em uma sessão especial do conselho, seguido de um processo de consultas conduzido pelo órgão nos dois meses finais, com o intuito de restringir o número de candidatos para chegar à escolha de sua nomeação.⁸ No processo de escolha do Diretor-Geral de 2013, participaram, de início, nove candidatos em uma campanha que se desenvolveu ao longo de seis meses.

Com o decurso do prazo, foram apresentadas oficialmente oito candidaturas: pelo México, Jesús Seade Kuri, subsecretário de Relações Exteriores para a América do Norte; pela Nigéria, Ngozi Okonjo-Iweala, economista do desenvolvimento e ex-Ministra das Finanças e das Relações Exteriores do país; pelo Egito, Abdel-Hamid Mamdouh, consultor sênior da King & Spalding LLP e ex-Diretor da Divisão de Comércio de Serviços e Investimentos da OMC; pela Moldávia, Tudor Ulianovschi, ex-Ministro das Relações Exteriores do país; pela Coreia do Sul, Yoo Myung-hee, atual Ministra do Comércio do país; pelo Quênia, Amina Mohamed, atual Secretária do Gabinete do Esporte, Patrimônio e Cultura, ex-Ministra das Relações Exteriores e do Comércio Internacional e ex-Embaixadora do país na OMC; pela Arábia Saudita, Mohammad Maziad Al-Tuwaijri, atual Ministro que assessora a corte real

5. JONES, Kent. *Reconstructing the World Trade Organization for the 21st Century: An Institutional Approach*. New York: Oxford University Press, 2015, p. 97-99.

6. SUTHERLAND, Peter et al. *The Future of the WTO: Addressing Institutional Challenges in the New Millennium*, Report of the Consultative Board to the Director-General Supachai Panitchpakdi. Geneva: World Trade Organization, 2004.

7. TINLINE, David; PRAZERES, Tatiana Lacerda. 5 reasons why the role of WTO Director-General matters. *European Business Review*, 05 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.europeanbusinessreview.eu/page.asp?pid=3905>>.

8. OMC. General Council. Appointment of the next Director-General communication from the chairman of the General Council to members. JOB/GC/230, 20 de maio de 2020.

em questões de estratégia econômica internacional e local; e pelo Reino Unido, Liam Fox, membro do Parlamento do Reino Unido e conselheiro privado, ex-Secretário de Comércio Internacional.⁹

Frente ao quadro de crise de confiança no multilateralismo comercial e aos oito nomes postos como possíveis alternativas, alguns dos quais já haviam participado do processo anterior e com profundo conhecimento da instituição, apresentaram-se diversas variáveis. De um lado, uma mulher nunca ocupou a posição de Diretora-Geral da OMC, ao mesmo tempo em que se ressalta a pressão das delegações africanas por um nome oriundo de seu continente no comando da organização. Como não se conta propriamente com um princípio de rotação geográfica, isso dependia da capacidade dos países da África se unirem em torno de uma candidatura em um determinado momento.

Em primeiro lugar, os Membros se atêm às qualificações individuais. Em termos gerais, os candidatos e candidatas devem ter ampla experiência em relações internacionais, abrangendo experiência econômica, comercial e/ou política; um firme compromisso com o trabalho e os objetivos da OMC; liderança comprovada e capacidade gerencial; e habilidades de comunicação.¹⁰ Uma das grandes questões envolvidas no processo de seleção é o peso dado pelos Membros a fatores informais, como diversidade regional e status de desenvolvimento.

Após a apresentação aos Membros da lista consolidada de todos os candidatos e de todas as candidatas, houve um encontro com estes e estas em sessão especial do Conselho, de 15 a 17 de julho. Entre os dias 07 e 16 de setembro, Walker, junto com o hondurenho Dacio Castillo, Presidente do Órgão de Solução de Controvérsias, e o islandês Harald Aspelund, Presidente do Órgão de Exame de Políticas Comerciais, consultou todos os Membros da OMC para avaliar suas preferências e determinar os nomes mais suscetíveis à obtenção do consenso. Em seguida, no dia 18 de setembro foram anunciados os nomes de Ngozi Okonjo-Iweala, Yoo Myung-hee, Amina Mohamed, Mohammad Maziad Al-Tuwaijri e Liam Fox, que tiveram apoio mais amplo dos Membros durante a primeira rodada de consultas.

A segunda rodada de consultas se deu entre os dias 24 de setembro e 06 de outubro. Nela, confidencialmente, os Membros expressaram aos facilitadores dois nomes de preferência, com o objetivo de diminuir o número de candidatos de cinco para dois. No dia 08 de outubro foram definidas Ngozi Okonjo-Iweala e Yoo Myung-hee como as candidatas que avançaram para a terceira e última rodada de consultas que determinarão a sucessora de Roberto Azevêdo. O Brasil teria endossado a candidatura de Okonjo-Iweala e de Mohammad Maziad Al-Tuwaijri, este último após um pedido do príncipe herdeiro da Arábia Saudita ao presidente Jair Bolsonaro.¹¹

Yoo Myung-hee é Ministra do Comércio da Coreia do Sul desde março de 2019. Advogada, iniciou sua carreira no comércio internacional em 1995, quando assumiu o comando dos assuntos da OMC no Ministério do Comércio, Indústria e Energia sul-coreano. Trabalhou de 2007 a 2010 na

9. As biografias e as declarações dos candidatos e das candidatas ao Conselho Geral da OMC estão disponíveis em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/dg_e/dgssel20_e/dgssel20_e.htm>.

10. OMC. General Council. Procedures for the appointment of Directors-General, WT/L/509, 20 de janeiro de 2003.

11. COLETTA, Ricardo Della. Após pedido de príncipe árabe, Bolsonaro apoia saudita para sucessão na OMC. Folha de São Paulo, 07 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/apos-pedido-de-principe-arabe-bolsonaro-apoia-saudita-para-sucessao-na-omc.shtml>>.

Embaixada na China e de 2010 a 2014 na Secretaria da APEC, em Cingapura. Liderou várias negociações bilaterais de ALC da Coreia do Sul, incluindo os acordos com a UE, ASEAN, Índia e Cingapura. Como negociadora-chefe, finalizou as negociações do ALC Coreia-China, em 2014, e concluiu a revisão do KORUS, em 2018. Enquanto Ministra, desempenhou papel fundamental na conclusão das negociações para o RCEP e do ALC Coreia-Reino Unido, ambos em 2019. Sua visão dos desafios e das tarefas à frente da OMC foi apresentada em torno da organização da 12ª Conferência Ministerial; da reforma da organização, com a atualização das regras e acordos com impacto econômico real, a restauração do sistema de solução de controvérsias, a implementação de acordos e o aumento da transparência; e da promoção de prosperidade econômica e melhora dos níveis de vida, com iniciativas inclusivas de comércio que abranjam questões gerais de desenvolvimento, bem como questões transversais específicas, como “PMEs, empoderamento econômico das mulheres e meio ambiente”.¹²

Ngozi Okonjo-Iweala é a atual Presidente do Conselho de Administração da Gavi, a Aliança Global para Vacinas e Imunização, e foi nomeada como enviada especial da União Africana para mobilizar apoio financeiro internacional para o enfrentamento da Covid-19. Economista, teve uma carreira de 25 anos no Banco Mundial, foi duas vezes Ministra das Finanças – nos períodos 2003-2006 e 2011-2015, e brevemente Ministra das Relações Exteriores em 2016 na Nigéria. Apresentou-se ao Conselho Geral como uma negociadora habilidosa que intermediou negociações complexas, com grandes interesses políticos envolvidos, como programas de reforma econômica, incluindo reformas de política comercial em uma variedade de países de renda média e baixa, e negociações de alívio da dívida com os clubes de Paris e Londres. Além de menções ao poder do comércio para superação da pobreza nos países em desenvolvimento e à necessidade de superar as divisões digitais entre países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, elencou suas prioridades: a organização com sucesso da 12ª Conferência Ministerial, com bons resultados em pescas, agricultura e outras áreas; a atualização das regras da organização; o desbloqueio do sistema de solução de controvérsias; o trabalho com questões de transparência e notificações; o aprimoramento do trabalho dos órgãos regulares e o fortalecimento da Secretaria.¹³

Na reunião dos Chefes de Delegação, realizada em 28 de outubro, foi anunciado que, com base na avaliação das consultas realizadas com todas as delegações, a candidata Ngozi Okonjo-Iweala obteve maior amplitude de apoio. Cabe destacar que uma decisão final deveria ser tomada pelos membros da organização em reunião do Conselho Geral, que estava agendada inicialmente para 9 de novembro. Porém, a conclusão desse processo de seleção foi adiada para 2021. No dia 06 de novembro, David Walker anunciou que a reunião seria adiada “até nova ordem”. A decisão para o adiamento se deu em razão do dissenso envolvendo Donald Trump e sua preferência pela candidata sul-coreana. Com a saída do republicano do governo dos EUA em janeiro de 2021, a OMC espera alcançar o consenso.

12. OMC. Presentation to the WTO General Council by H.E. Yoo Myung-hee. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/dg_e/dgssel20_e/stat_kor_e.pdf>.

13. OMC. Dr. Ngozi Okonjo Iweala, Final GC Statement, 15 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/dg_e/dgssel20_e/stat_nga_e.pdf>.

Em meio à pandemia do coronavírus (Covid-19) e a uma recessão global, com efeitos ainda mais perversos para países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos, a nova Diretora-Geral deverá buscar reabilitar o multilateralismo comercial, ainda que a conflituosa relação entre Estados Unidos e China prometa permanecer no centro da realidade política para a OMC. De imediato, se deparará com o Órgão de Apelação paralisado devido à ausência de quórum mínimo, agendas de reformas da instituição e a organização da 12ª Conferência Ministerial, em junho de 2021.

RELATÓRIO DA UNCTAD – DA PANDEMIA GLOBAL À PROSPERIDADE PARA TODOS: EVITANDO OUTRA DÉCADA PERDIDA

O relatório da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) de 2020 argumenta que a pandemia da Covid-19 expôs uma série de fragilidades inerentes à economia mundial e alerta para a importância de repensar o caminho que foi seguido após a crise financeira global de 2008. Segundo o documento, a experiência da última década reforçou as desigualdades e fragilidades, sob um contexto de fraca demanda agregada e crescimento fraco.¹⁴

Em abril de 2020, o FMI estimou uma perda cumulativa do PIB global entre 2020 e 2021 de aproximadamente US\$ 9 trilhões, com a renda *per capita* encolhendo em cerca de 170 países, na pior recessão desde a Grande Depressão, de 1929.¹⁵ A OMC previu uma queda de 9,2% no volume do comércio mundial de mercadorias em 2020, seguida de um aumento de 7,2% em 2021, estimativas ainda amplamente incertas dada a dependência em relação à evolução da pandemia e das respostas a ela. Por sua vez, a UNCTAD estimou que a economia global irá se contrair em mais de 4% em 2020, com uma oscilação estimada de 6,8 pontos percentuais, com déficit na produção global ao final do ano de mais de US\$ 6 trilhões.¹⁶

Os dados do primeiro semestre de 2020 mostram que a produção mundial retraiu mais do que no período 2008-2009 e, em alguns casos, apresentou queda mais acentuada que a registrada na Grande Depressão do século anterior. Para a América Latina e Caribe, a expectativa é de uma queda de 7,6% no PIB da região em 2020. O próximo ano poderá apresentar uma melhora que, porém, será lenta e desigual. Segundo a UNCTAD, os países em desenvolvimento deverão encontrar maiores dificuldades de recuperação e concentrar grande parte das perdas econômicas e sociais, na medida em que as políticas de austeridade adotadas, o alto nível de informalidade e a dependência de *commodities* e turismo prejudicaram as respostas à crise.

Sob a perspectiva comercial, o documento apresenta a posição de que o forte impulso em direção ao livre comércio, que continuou mesmo durante a pandemia, aprofundou as desigualdades e teria colaborado com o crescente déficit de confiança no multilateralismo. A captura da linguagem do

14. UNCTAD. *Trade and Development Report 2020*. From Global Pandemic to Prosperity For All: Avoiding Another Lost Decade. United Nations: Geneva, 2020.

15. GOPINATH, Gita. The Great Lockdown: Worst Economic Downturn Since the Great Depression, 14 de abril de 2020. Disponível em: <<https://blogs.imf.org/2020/04/14/the-great-lockdown-worst-economic-downturn-since-the-great-depression/>>.

16. OMC. Trade shows signs of rebound from COVID-19, recovery still uncertain. Press/862 Press Release, 06 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.wto.org/english/news_e/pr862_e.htm>.

livre comércio pelas corporações multinacionais e pelas plataformas digitais em favor de uma “integração profunda” reduziria de modo considerável o alcance regulatório e o espaço político disponível para governos eleitos democraticamente.

Nesse sentido, a UNCTAD propõe uma “cláusula de paz” temporária na OMC e nos acordos de livre comércio às ações governamentais relacionadas ao enfrentamento à pandemia, permitindo ações de apoio à indústria doméstica e de geração de empregos em cada país. Uma paralisação permanente também seria necessária em todos os fóruns relevantes de reclamações contra medidas governamentais implementadas no contexto da Covid-19, o que ajudaria a criar o espaço político necessário para apoiar os esforços de recuperação.

A GUERRA EM TORNO DA HUAWEI

De natureza privada e com sede na cidade chinesa de Shenzhen, a Huawei foi colocada no centro dos debates sobre a implantação da tecnologia 5G em diversos países. O sucesso da empresa que em 2020 lidera em número de patentes relacionadas à nova geração de internet móvel, é emblemático e ameaça o domínio estadunidense na economia global. A problemática, assim, extrapola a esfera do mercado de tecnologia digital. Em artigo publicado no *Le Monde Diplomatique*, Evgeny Morozov defende que o cenário envolvendo a nova geração de rede móvel e a Huawei corresponde apenas a uma parte em um quadro maior de disputa geopolítica e geoeconômica entre Estados Unidos e China.¹⁷

O artigo destaca que o êxito da Huawei no segmento deve-se, em parte, ao seu compromisso com a inovação. No período 2014-2018, o orçamento destinado à pesquisa cresceu 149%, ultrapassando o crescimento dos investimentos da Apple, Microsoft e da Samsung, em ações de P&D, no mesmo período. Como resultado, em 2019, mais de US\$ 15 bilhões foram investidos em pesquisa e inovação pela companhia asiática.¹⁸ A proeminência da Huawei, maior fornecedora de equipamentos para redes de telecomunicação do mundo, é emblemática, pois concretiza as aspirações do Estado chinês para a sua indústria de tecnologia. Durante muito tempo, a China esteve restrita à condição de linha de montagem de indústrias transnacionais. Frases como “fabricado na China, projetado na Califórnia”, expressas em aparelhos da Apple, por exemplo, reforçaram a condição de subdesenvolvimento da indústria do país. Nesse sentido, segundo Morozov, o progresso da empresa indica que “uma nova era está surgindo, na qual esse slogan poderia finalmente ser atualizado para *projetado na China, fabricado no Vietnã*”.

Na avaliação dos Estados Unidos, essa transformação coloca em xeque a manutenção da sua hegemonia. No pós-guerra, outros países, como a Alemanha, o Japão e os Tigres Asiáticos, conseguiram um expressivo crescimento econômico e industrial, mas esses processos foram possibilitados, em parte, por meio de estratégias dos Estados Unidos. No caso da China o cenário é oposto. A potência asiática

17. MOROZOV, Evgeny. The Huawei War. *Le Monde diplomatique*, Novembro 2020. Disponível em: <<https://mondediplo.com/2020/11/10huawei>>.

18. BLOOMBERG. No Pay, No Gain: Huawei Outspends Apple on R&D for 5G Edge, Abril 2019. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-04-25/huawei-s-r-d-spending-balloons-as-u-s-tensions-flare-over-5g>>. Acesso em: 10 nov.2020.

conseguiu esse feito com sua própria agenda geopolítica, enquanto os Estados Unidos perdem o seu protagonismo tecnológico. A China, líder em número de patentes, concentra 34% dos registros relacionados à tecnologia 5G, em 2020. A Coreia do Sul possui 24,5%, a União Europeia (UE) 17% e os Estados Unidos aparecem em quarto na classificação, com 13%.

Em razão dessa disparidade, o governo estadunidense intensificou os esforços para limitar o avanço das empresas chinesas na implementação da tecnologia 5G. A campanha contra a tecnologia da China inclui empresas como a estatal ZTE, outro *player* importante no setor de telecomunicações, WeChat, TikTok e diversas outras companhias não tão conhecidas. Entretanto, a Huawei é o principal alvo. Para Morozov os Estados Unidos vêem a empresa como um “exemplo do comportamento desonesto chinês”. O autor destaca, também, que os Estados Unidos afirmam que a Huawei contribui para a “diplomacia da armadilha da dívida” operada pela China, da qual o Estado credor chinês utiliza do endividamento de outros países para alcançar seus objetivos estratégicos. Tanto a Huawei quanto a ZTE combinaram seus projetos de construção de redes na África e na América Latina com a disponibilidade de empréstimos chineses para muitos governos locais.

Foram adotadas medidas retaliatórias por parte dos Estados Unidos contra o setor de tecnologia chinês. A grande dificuldade do país asiático é a dependência de componentes, em especial semicondutores, fabricados em Taiwan ou nos Estados Unidos. Contudo, a China busca tornar sua produção tecnológica cada vez mais resiliente. Para Pequim, a independência da indústria de tecnologia é condição necessária para a independência nacional.

Washington levantou acusações de que os equipamentos produzidos pela Huawei poderiam ser utilizados como aparato de espionagem do Estado chinês. As acusações invocam a Lei de Inteligência Nacional da China, de 2017, que obriga que empresas e cidadãos chineses colaborem com o governo quando requisitados. Esse instrumento jurídico objetiva, em parte, aproximar os setores militar e tecnológico e, de acordo com Morozov, é uma cópia da política dos Estados Unidos. A Huawei negou todas as acusações. Por outro lado, ofensivas estadunidenses de espionagem foram comprovadas em documentos da NSA (Agência de Segurança Nacional), vazados em 2013 por Edward Snowden. Foi revelado, inclusive, que a NSA monitorou conversas da presidente brasileira em exercício, Dilma Rousseff.¹⁹ Sobre isso, Morozov defende que “o domínio da Huawei em 5G seria um grande obstáculo para a supremacia dos Estados Unidos em inteligência”.

Evidências produzidas pelos Estados Unidos para apoiar as acusações de espionagem são escassas ou inexistentes. No entanto, por meio de pressões políticas e econômicas estadunidenses, diversos países vêm buscando se afastar da Huawei. O Chile deve desconsiderar a Huawei no seu projeto de cabos submarinos. A Índia ameaçou, como medida de retaliação, excluir a empresa chinesa do seu mercado. O Reino Unido exigiu que suas operadoras de redes móveis removessem todos equipamentos Huawei até 2027.

19. WATTS, Jonathan. NSA accused of spying on Brazilian oil company Petrobras. The Guardian, 9 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/sep/09/nsa-spying-brazil-oil-petrobras>>.

No Brasil, o leilão do 5G foi adiado para 2021 e até a primeira semana de dezembro de 2020 não houve definição sobre a exclusão ou permanência da Huawei no futuro da telecomunicação brasileira. Diante disso, o Brasil foi assediado pelos Estados Unidos, que buscam convencer o país a afastar a empresa chinesa de seu ecossistema de telecomunicações. Em 10 de novembro de 2020, o governo brasileiro declarou apoio aos princípios contidos no programa *Clean Network*, ação liderada pelos Estados Unidos a fim de bloquear os avanços das empresas chinesas na implantação da tecnologia 5G. No dia seguinte, o subsecretário de Donald Trump, Keith Krach, fez um apelo, em Brasília, para que os países aliados se unam para se protegerem dos interesses de segurança nacional do “Partido Comunista Chinês”. Cabe destacar que o alinhamento automático à Washington, marca dos primeiros anos da política externa do governo Bolsonaro, vai de encontro à principal parceira comercial brasileira, a China. O subsecretário também afirmou que a disputa pelo 5G é tema caro tanto para republicanos quanto para democratas. Ainda que o apoio ao Clean Network não implique necessariamente no banimento da Huawei na corrida pela instalação do seu padrão de 5G no Brasil, o país fez um forte aceno ao governo Trump, em suas últimas semanas no poder nos EUA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOMBERG. *No Pay, No Gain: Huawei Outspends Apple on R&D for 5G Edge*, Abril 2019. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-04-25/huawei-s-r-d-spending-bal-loons-as-u-s-tensions-flare-over-5g>>. Acesso em: 10 nov.2020.

COLETTA, Ricardo Della. Após pedido de príncipe árabe, Bolsonaro apoia saudita para sucessão na OMC. *Folha de São Paulo*, 07 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/apos-pedido-de-principe-arabe-bolsonaro-apoia-saudita-para-sucessao-na-omc.shtml>>.

FARIAS, Rogério de Souza. O Brasil e a OMC (2008-2015). In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; FLORENCIO, Sérgio Abreu e Lima; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; SILVA FILHO, Edison Benedito. *Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008*. Brasília: Ipea e FUNAG, 2018, p. 103-133.

GOPINATH, Gita. *The Great Lockdown: Worst Economic Downturn Since the Great Depression*, 14 de abril de 2020. Disponível em: <<https://blogs.imf.org/2020/04/14/the-great-lockdown-worst-economic-downturn-since-the-great-depression/>>.

JONES, Kent. *Reconstructing the World Trade Organization for the 21st Century: An Institutional Approach*. New York: Oxford University Press, 2015.

MOROZOV, Evgeny. The Huawei War. *Le Monde diplomatique*, Novembro 2020. Disponível em: <<https://mondediplo.com/2020/11/10huawei>>.

OMC. Dr. Ngozi Okonjo Iweala, Final GC Statement, 15 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/dg_e/dgsel20_e/stat_nga_e.pdf>.

OMC. General Council. Appointment of the next Director-General communication from the chairman of the General Council to members. JOB/GC/230, 20 de maio de 2020.

OMC. General Council. Procedures for the appointment of Directors-General, WT/L/509, 20 de janeiro de 2003.

OMC. Presentation to the WTO General Council by H.E. Yoo Myung-hee. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/dg_e/dgsel20_e/stat_kor_e.pdf>.

OMC. Trade shows signs of rebound from COVID-19, recovery still uncertain. Press/862 Press Release, 06 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.wto.org/english/news_e/pres20_e/pr862_e.htm>.

SUTHERLAND, Peter et al. *The Future of the WTO: Addressing Institutional Challenges in the New Millennium*. Report of the Consultative Board to the Director-General Supachai Panitchpakdi. Geneva: World Trade Organization, 2004.

TINLINE, David; PRAZERES, Tatiana Lacerda. 5 reasons why the role of WTO Director-General matters. *European Business Review*, 05 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.europeanbusinessreview.eu/page.asp?pid=3905>>.

UNCTAD. *Trade and Development Report 2020*. From Global Pandemic to Prosperity For All: Avoiding Another Lost Decade. United Nations: Geneva, 2020.

WATTS, Jonathan. NSA accused of spying on Brazilian oil company Petrobras. *The Guardian*, 9 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/sep/09/nsa-spying-brazil-oil-petrobras>>.

Política externa, direitos humanos e pandemia de Covid-19

Gilberto M. A. Rodrigues¹,
Isabela Montilha da Silva²
Mirella Sabião³

Os direitos humanos parecem ser a vítima preferencial do governo de Jair Bolsonaro e da atual política externa brasileira (PEB) de ultradireita. Percebidos como parte do chamado “marxismo cultural”, que o bolsonarismo elegeu como inimigo permanente, os direitos humanos são diariamente achacados pelo governo federal, dentro e fora do Brasil. Princípios tradicionais da PEB, incluindo os constitucionais, pelos quais o Brasil deveria se reger nas suas relações internacionais, integrantes da lista do artigo 4º da Constituição Federal, têm sido violados, retorcidos e negados. A cláusula constitucional da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais tornou-se “letra morta”, para usar um conhecido jargão jurídico. Vale lembrar que a desconstrução da PEB dos direitos humanos começou logo no início do mandato de Bolsonaro.⁴

Com uma pauta vasta e multidimensional, o tema dos direitos humanos ganhou centralidade na PEB com a problemática da pandemia de Covid-19, a partir de março de 2020. Mantida a coerência de uma PEB regressiva, vinculada a interesses ideológicos de ultradireita, e a posições subservientes ao trumpismo, a escalada negacionista e a gestão temerária do combate à pandemia da Covid-19 por parte do governo Bolsonaro alçaram o Brasil a patamar ainda mais elevado ao descrédito

1. Professor do Bacharelado em Relações Internacionais e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC) Co-coordenador do OPEB e de seu GT de Direitos Humanos.

2. Aluna do Bacharelado em Ciências e Humanidades da UFABC e integrante do GT de Direitos Humanos do OPEB.

3. Aluna do Bacharelado em Ciências e Humanidades da UFABC e integrante do GT de Direitos Humanos do OPEB.

4. Gilberto M. A. Rodrigues et al. A desconstrução dos direitos humanos na política externa brasileira. *Carta Capital*, 05.07.2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/observamundo/a-desconstrucao-dos-direitos-humanos-na-politica-externa-brasileira/>>

e à indignação internacional. Editoriais e artigos publicados no *Financial Times*, *Guardian*, *New York Times*, *Washington Post* e *El País*, entre outros, vêm denunciando os desmandos do governo Bolsonaro em tempos da Covid-19.

A prestigiosa revista britânica *The Lancet*, em editorial, afirmou que a maior ameaça ao Brasil no combate à pandêmica da Covid-19 é o seu presidente. A demissão de dois ministros da Saúde em pleno crescimento da epidemia convergiu com a posição assumida pelo país como novo epicentro da epidemia no mundo e o converteu numa possível ameaça à saúde global. O mais paradoxal é que o Brasil dispõe de um sistema universal de saúde – o SUS – bem estruturado e com larga experiência no combate a epidemias, com condições de enfrentar a crise sanitária, desde que não tivesse como principal obstáculo o próprio presidente da República.

Os países vizinhos da América do Sul mantêm suas fronteiras fechadas ou parcialmente fechadas. O governo do Paraguai – visto por Bolsonaro como “amigo” – foi instado pelo governo brasileiro a restabelecer o fluxo fronteiriço, mas se recusou a fazê-lo durante meses com justificado receio de colocar em risco de contaminação e morte sua população.

Nesse cenário, toda a população brasileira encontra-se em risco real e iminente pela má gestão da saúde (gestão temerária e criminoso) do governo Bolsonaro. Porém, há parcelas mais vulneráveis à catástrofe sanitária em curso. Entre elas, as populações pobres e negras das periferias das cidades e as populações indígenas. Em ambos os casos, especialistas, ativistas e organizações internacionais receiam que um genocídio social e étnico esteja em curso.

Enquanto a PEB de Bolsonaro decidiu eliminar de seu léxico diplomático a palavra “gênero” (uma vez que ela se enquadra no dispositivo do ‘marxismo cultural’), em todo o mundo, há uma crescente preocupação com os impactos que a Covid-19 gera para as mulheres, sendo o recorte de gênero um dos fundamentais aspectos da análise e implementação de políticas públicas na lida com a pandemia.

Em meio a um turbilhão de problemas gerados pela pandemia, agravados pelas confusões e omissões presidenciais, num ambiente de emergência humanitária que pede total dedicação aos governantes, Bolsonaro encontrou espaço na sua agenda (extraoficialmente) para receber um dos maiores criminosos da ditadura, o major Sebastião Curió, tratado como “herói” pelo presidente. É particularmente grave esse encontro, tendo em vista que o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por manter uma lei de anistia que confere imunidade a quem praticou crimes contra a humanidade, que são imprescritíveis. O Brasil é o único país do Sistema Interamericano a manter esse tipo de lei que impede a punição de criminosos da ditadura.

Dessa forma, no campo dos direitos humanos, em período da Covid-19, o cenário é devastador. Ele só não tem sido total e irreversivelmente catastrófico pela ação federativa e internacional de governadores e prefeitos que se recusam a seguir os descaminhos bolsonarianos. O Supremo Tribunal Federal em decisão histórica, em abril de 2020, reconheceu a competência concorrente dos entes federativos para lidar com a pandemia e decidir sobre medidas de isolamento social, abertura

de comércio e serviços e imposição de *lockdowns*. Essa decisão legítima, inclusive, ações de cooperação internacional subnacional e compras de equipamentos e testes de Covid-19 feitos pelos próprios governos estaduais.⁵

Como corolário do despropósito da PEB (anti) direitos humanos, Bolsonaro ameaçou retirar o Brasil da Organização Mundial da Saúde (e por extensão da Organização Pan-americana da Saúde – OPAS). Trata-se de mera cópia de ameaça feita pelo Presidente Donald Trump, em sua sanha de deslocar a culpa pelo desastre da gestão da pandemia da Covid-19 nos EUA (mais de 110 mil mortos na primeira quinzena de junho) para a OMS e, sobretudo, para a China. Mas como já afirmou a professora da USP, Deisy Ventura, a grande diferença – e *non sense* - desse caso reside em que os EUA são um dos maiores financiadores da OMS, enquanto o Brasil é recebedor de recursos.

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU, PEB E PANDEMIA DE COVID-19

Após três meses de congelamento das atividades devido à crise internacional causada pela Covid-19, as reuniões do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU foram retomadas para tratar de assuntos de suma urgência: o racismo sistêmico, a brutalidade policial e a violência contra as manifestações pacíficas, motivadas em prol do movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam). Apesar de predominantemente pacíficas, tais manifestações encontraram resistência policial em diversos países, resultando em ataques diretos aos grupos e uma alienação do caráter essencial do movimento. Diante desse cenário, vinte e dois líderes africanos de diferentes agências da ONU se reuniram e publicaram, em 12 de junho, um manifesto exigindo uma posição mais assertiva da ONU, que deve “intensificar e agir decisivamente para ajudar a acabar com o racismo sistêmico contra pessoas de ascendência africana e outros grupos minoritários”. Tal manifesto foi o ponto de partida para o reinício das atividades do Conselho.

Os líderes solicitaram a criação de uma comissão internacional independente que investigasse as ações dos governos acerca das manifestações, mais especificamente da polícia contra manifestantes e a imprensa. O foco se daria inicialmente nos EUA e, a posteriori, em países com grande índice de brutalidade policial a pessoas afrodescendentes e africanas; logo, seria de se esperar que a investigação viesse a incidir no Brasil. No ano de 2019, somente no estado do Rio de Janeiro, ocorreram o dobro de mortes por parte da polícia militar que em todo o país estadunidense. São operações violentíssimas em comunidades cariocas e consequentes homicídios de jovens negros e periféricos.

O Brasil é membro do CDH, tendo sido reeleito até 2022. A expectativa acerca do posicio-

5. STF conclui julgamento de MPs que regulamentam competência para impor restrições durante pandemia. STF. Brasília, DF, 06.05.2020. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442816&ori=1>>.

namento do Itamaraty pelos EUA, ao qual o Brasil se encontra estreitamente alinhado, era de vetar a resolução tal como descrita no texto original, contemplando tanto a resposta esperada por Washington quanto o desinteresse do governo brasileiro em ter sua polícia investigada. Assim, a representante brasileira na ONU em Genebra, Maria Nazareth F. Azevêdo, criticou a menção explícita à polícia dos EUA e defendeu o “papel indispensável da polícia para garantir o direito a segurança pública”. Outros aliados estadunidenses tomaram posicionamentos parecidos aos do Brasil, ainda que os EUA tenham se ausentado do debate. Após três dias de discussões e obstáculos colocados pelo grupo pró-EUA, a resolução foi aprovada de forma unânime, mas com inúmeras modificações em seu texto. Entre elas, excluiu-se o trecho que demandava uma investigação específica sobre a polícia dos EUA e trocou-se o termo “brutalidade policial” por “uso excessivo da força por agentes da lei”. Certamente uma vitória agridoce, insuficiente para as finalidades pretendidas como a da comissão de inquérito, porém mais assertiva que os meros informes sobre racismo sistêmico e violência policial, que seriam elaborados pela Organização caso a comissão fosse vetada.

Em outro campo, o do mandato do Conselho, a PEB mantém sua coerência reacionária e anti-Direitos Humanos, e não tem o menor problema em se alinhar a países que passou a rotular e a tratar como ditaduras comunistas – Cuba, Irã, Venezuela e China, além da Síria – para ajudar a aprovar uma resolução que diminui os poderes de monitoramento do Conselho, um dos principais atributos desse órgão em seu desenho aprovado, em 2005.

Finalmente, a PEB se alinhou novamente a países que desejam “ditar” comportamento para os outros países, sem assumir compromisso multilateral com os seus próprios comportamentos, e votou contra a resolução que estipulava que sanções unilaterais eram contrárias aos Direitos Humanos. Essa resolução foi vitoriosa e a PEB, desta vez, derrotada.

Nesses três casos em que o Conselho debateu e aprovou resoluções sobre temas cruciais dos Direitos Humanos que mobilizaram as relações internacionais, a PEB manteve sua coerência na desconstrução dos Direitos Humanos no âmbito da ONU, abandonando seus compromissos com o multilateralismo, reforçando seu alinhamento submisso aos EUA e negando princípios que compõem balizas existentes na Constituição Federal, como o repúdio ao racismo. No combate ao racismo, em particular, a PEB põe a perder sua credibilidade e reputação como grande e respeitado *player* diplomático da Conferência de Durban (2001) - Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância.

OIT DISCUTE TRABALHO E COVID-19 – BOLSONARO NÃO COMPARECEU

Integrante do Sistema das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com sede em Genebra, tem uma atuação central no tema dos direitos sociais e é considerada a mais democrática das organizações internacionais, tendo em vista seu mecanismo de representação tripartite

(Governo-Representação dos Trabalhadores-Representações dos Empregadores). Nos dias 7 a 9 de julho, a OIT promoveu o *virtual global summit on covid-19*, maior cúpula mundial *online* da história, que teve como objetivo principal discutir os efeitos econômicos e sociais da pandemia.

O evento contou com mais de 50 chefes de Estado e de governo, além de líderes empresariais e sindicais de todo o mundo, além do próprio Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, e representou uma oportunidade ímpar de diálogo entre os Estados-Partes sobre questões fundamentais neste novo período impactado pela pandemia. Entre as questões discutidas, destacou-se a importância conferida a possíveis medidas colaborativas visando mitigar a grande vulnerabilidade da dimensão do trabalho, exposta e agravada pela crise do coronavírus.

As previsões da organização estimam 305 milhões de empregos perdidos em escala global, refletidos em uma redução de 10,7% das horas trabalhadas.⁶ Tal redução também pode ser explicada pelas políticas de diminuição de jornadas de trabalho, ligadas a reduções salariais, que estão sendo adotadas por diversos países. Ademais, a OIT também chama atenção para um possível recuo nos direitos conquistados pelas mulheres em prol da igualdade de gênero no mercado de trabalho, visto que o impacto para elas aconteceu de forma mais direta. Como descrito na *concept note* do evento, a maioria da força de trabalho feminina se encontra empregada nos setores mais afetados, como os de entretenimento e trabalho doméstico. Diversas áreas da linha de frente à resposta ao coronavírus, como saúde e serviços sociais, possuem majoritariamente mulheres empregadas.

É interessante notar que o encontro não mereceu grande atenção por parte da imprensa brasileira. Talvez isso tenha se dado porque o presidente Bolsonaro dele não participou, ainda que ali se tenha discutido um tema supostamente primordial para o governo: a manutenção dos empregos. Segundo a OIT, a América Latina é uma das regiões mais afetadas pela pandemia, colocando todos os seus países em uma crise econômica e social sem precedentes, deixando um recorde de 41 milhões de desempregados, destes, 1,2 milhões somente no Brasil.⁷ Mesmo assim, apenas as taxas de desemprego não contemplam a magnitude da crise, já que esta possui como desdobramentos o crescimento de mercados informais e a inatividade, consequências da falta de oportunidades de emprego e antigos problemas da região.

Por isso, era de se esperar uma forte presença latino-americana no debate, o que se concretizou parcialmente, com a participação dos líderes de Equador, Cuba, Colômbia, Argentina e Uruguai. Sem a presença de Bolsonaro, representaram o Brasil o presidente da CUT, Sérgio Nobre, e o Secretário Especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco Leal, um funcionário de terceiro escalão do governo.

As recomendações da Organização para a saída da crise consistem no apoio a empresas e estímulo à economia, assim como a proteção dos empregados no local de trabalho e o diálogo social para a melhor solução dos problemas, pontos negligenciados pelo governo. Além disso, para o Diretor

6. OIT. Covid-19 and the World of Work. Concept note. 7-9.07.2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/meetingdocument/wcms_747931.pdf>.

7. UOL. OIT diz que América Latina atingiu recorde de 41 milhões de desempregados. 01.07.2020. Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/07/01/oit-diz-que-america-latina-atingiu-recorde-de-41-milhoes-de-desempregados.htm?cmpid=copiaecola>>.

Regional da OIT na América Latina e Caribe, Vinícius Pinheiro, a necessidade de uma reabertura da economia deveria ser acompanhada de protocolos rígidos na área da saúde até que uma vacina esteja disponível. Neste caso, são claras as divergências entre a OIT e o governo, já que a reabertura brasileira segue sendo estimulada sem a menor previsão do achatamento da curva de contágio.

BOLSONARO DENUNCIADO POR GENOCÍDIO E CRIMES CONTRA A HUMANIDADE EM HAIA

A Rede Sindical Brasileira UNISAÚDE, uma coalizão que representa mais de um milhão de profissionais de saúde, protocolou no Tribunal Penal Internacional (TPI), em 26 de julho, uma denúncia contra o presidente Jair Bolsonaro por crimes de genocídio e contra a humanidade na gestão da pandemia. O TPI tem sede em Haia, Países Baixos, e o Brasil está vinculado a ele por tratado internacional. Cabe lembrar que o Brasil participou ativamente da criação do TPI e assinou o Estatuto de Roma, de 1998, que cria e rege as normas do tribunal, o qual entrou em vigor no Brasil em 2002. Uma das características inovadoras desta corte é a independência de sua Procuradoria Geral (equivalente a uma promotoria criminal), que pode iniciar uma investigação *ex-officio*, ou seja, por iniciativa própria, a partir de denúncia levada ao TPI.

A revista *Época*, de 31 de julho, publicou entrevistas com Deisy Ventura, professora titular de Ética da Faculdade de Saúde Pública da USP e presidenta da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), e com Sylvia Steiner, ex-juíza do TPI (2003-2016) e desembargadora federal aposentada, atualmente pesquisadora de Direito da FGV. O objetivo era saber das chances de Bolsonaro ser efetivamente investigado. Ambas divergem sobre a possibilidade de a denúncia desencadear uma ação pela Procuradoria Geral, a jurista Fatou Bensouda, da Gâmbia. Deisy vê fortes indícios que ensejariam a abertura da investigação. Sylvia, por sua vez, não vê configurados os chamados elementos contextuais do crime contra a humanidade e a inexistência do elemento essencial do tipo penal do genocídio. Há, sem dúvida, um debate técnico-jurídico, amparado na jurisprudência do próprio tribunal, que pode sepultar uma série de denúncias que não logram atender as condições objetivas para uma investigação. Entretanto, se as balizas estritas do procedimento dentro do TPI podem favorecer Bolsonaro, as evidentes falhas deliberadas na responsabilidade de proteger a população brasileira pelo chefe de Estado diante da catástrofe de mortos e infectados na pandemia se fortalecem dia após dia. Há cerca de 100 mil mortos e quase três milhões de infectados, que colocam o Brasil como potencial ameaça global sanitária. O pano de fundo é o negacionismo da pandemia, o desrespeito às orientações da OMS, a utilização e o incentivo a medicamentos não comprovados ou vedados pelas autoridades internacionais e a falta de transparência na apresentação dos dados nacionais da doença. São todas ações deliberadas e conduzidas pelo ministro interino da Saúde – um general de exército totalmente alheio à área. As evidências transformam a denúncia em Haia em séria candidata a abrir um precedente de abertura de investigação. Além disso, o maior complicador da denúncia para o governo vem do Supremo Tribunal

Federal. O Ministro Gilmar Mendes declarou que a Constituição Federal não autoriza o presidente da República ou qualquer gestor da Saúde a implementar uma “política genocida na gestão da saúde”. Em outra ocasião, Mendes também declarou – causando um terremoto político em Brasília – que os feitos no Ministério da Saúde eram péssimos para a imagem das Forças Armadas, pois “o Exército está se associando a esse genocídio”. Essas declarações constam da denúncia em Haia.

Sylvia Steiner, com sua experiência de mais de uma década como juíza do TPI, embora seja cética em relação à denúncia dos profissionais da saúde, crê que, em tese, uma denúncia anterior protocolada contra Bolsonaro, por genocídio contra indígenas pelo governo, teria mais chances de prosperar para uma investigação, dado o elemento da etnicidade em relação aos povos indígenas.

Mesmo com as eventuais fragilidades jurídicas das denúncias contra Bolsonaro, elas constituem fatos políticos internacionais de enorme relevância para impactar negativamente a imagem e a credibilidade do governo perante a comunidade internacional. Tanto os investidores externos, cada vez mais preocupados com a sustentabilidade ambiental, quanto as agências de financiamento para o desenvolvimento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, podem vir a ser compelidas a retirar ou suspender seus investimentos diante do conjunto amplo das denúncias que, se bem podem não avançar como argumentos jurídicos, aumentam e agravam a fissura na reputação internacional do governo de Bolsonaro.

INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA OEA NA CIDH – BOLSONARO APOIOU

O Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luiz Almagro, decidiu de forma unilateral não renovar o contrato do Diretor Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o brasileiro Paulo Abrão, que havia sido reconduzido por unanimidade pela própria Comissão. Essa decisão violou a autonomia da CIDH, feriu princípios de direitos humanos garantidos por ela e abriu uma crise sem precedentes no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH). Em janeiro de 2020, a CIDH, um dos pilares do SIDH da OEA, prorrogou de forma unânime o mandato de seu Secretário Executivo, Paulo Abrão. O brasileiro estava à frente da Comissão desde 2016 e foi responsável pelo aumento exponencial da atuação do órgão no período, por meio da criação de planos estratégicos e de reestruturações administrativas. Ao final da sessão, o Secretário Geral da OEA foi informado do resultado por meio de nota oficial e não demonstrou nenhuma objeção. Esta postura se manteve durante meses até que, em 15 de agosto, último dia de mandato de Abrão, Almagro informou a CIDH sua decisão de vetar o processo de recondução do brasileiro para a Secretaria Executiva da Comissão, sem consulta prévia à CIDH.

Para justificar sua decisão, Almagro fez uso de um relatório confidencial elaborado pela *ombudsperson* da OEA, que contém 61 denúncias de ex-funcionários da CIDH contra a gestão de Abrão. Dentre elas, há denúncias de assédio moral, abuso de autoridade e conflito de interesses. Entretanto,

tal decisão, inédita na história da OEA, foi recebida com enorme surpresa e indignação, não apenas pelos Comissários da CIDH, mas por outros organismos multilaterais, como a ONU e a Unesco, por diversas organizações globais de direitos humanos e até mesmo por líderes políticos de diferentes países. Isso se deve ao entendimento de que a decisão unilateral de Almagro viola o caráter autônomo e independente da Comissão. O *timing* de apresentação do relatório contra Abrão - pronto desde 2019, mas entregue a Almagro apenas cinco dias antes da recondução do Secretário Executivo – foi visto como muito suspeito. Além disso, num cenário de grande polarização política no hemisfério, que se reflete dentro da OEA, há sérios indícios de viés ideológico na intervenção, dado que procedimentos formais básicos foram ignorados, como um processo normal de investigação para as acusações contra Abrão, garantindo-se o devido processo legal e o amplo direito de defesa ao acusado. Porém, nada foi recebido pela divisão de recursos humanos e as denúncias, portanto, não foram formalmente investigadas.

Durante o mandato de Abrão e a ação mais assertiva da CIDH sobre os Estados-membros, realizaram-se diversas denúncias e relatórios de violações de direitos humanos cometidas por vários países, nas mais diversas frentes. Tais relatórios deixaram insatisfeitos Estados-membros com dificuldades sistêmicas em respeitar as recomendações da Comissão, como o Brasil, que foi alvo de mais de 45 procedimentos em dois anos, acumulando o maior número de denúncias contra o país na história da CIDH. É aí, inclusive, em que se levanta outro questionamento sobre a posição de Almagro: as denúncias contra Abrão chegaram às vésperas de um relatório extraordinário sobre o Brasil, abrangendo violência policial e atuação de milícias, além de outras violações do sistema democrático, abrangendo o período de novembro a dezembro de 2018 (governo Temer) e janeiro a setembro de 2020 (governo Bolsonaro). Segundo funcionários da Comissão, entrevistados por veículos de comunicação, o Brasil, juntamente com outros países investigados pela CIDH - como os Estados Unidos, a Colômbia e a Bolívia - formaram uma coalizão lobista para tentar limitar sua atuação. Em 2019, o mesmo grupo já havia redigido uma carta à Comissão questionando o seu sistema e sugerindo que ele “respeitasse a autonomia dos Estados”, concedendo-lhes mais liberdade para lidar com questões internas de direitos humanos. Com o prosseguimento dos relatórios, este grupo teria encontrado uma segunda alternativa para frear a Comissão, apoiando a reeleição de Luis Almagro, em março de 2020, cujo resultado foi celebrado pelo Itamaraty. Havia uma especulação que o Brasil, em troca, indicaria alguém para um alto cargo na OEA, o que se confirmou com a nomeação de Arthur Weintraub para a Subsecretaria de Acesso a Direitos da OEA, em setembro de 2020.

Cabe recordar que Paulo Abrão atuou nos governos de Lula e Dilma, tendo sido Presidente da Comissão de Anistia, órgão menosprezado pelo governo de Bolsonaro, que exalta a ditadura e seu algozes. O Presidente da CIDH, o embaixador mexicano Joel Hernandez García, a primeira Vice-Presidente, a especialista chilena Antonia Urrejola Noguera, e a segunda Vice-Presidente, a professora brasileira Flavia Piovesan, com apoio dos demais comissários, não acataram a decisão de Almagro e seguiram apoiando a recondução de Abrão à Secretaria Executiva da CIDH. Porém, o ex-Secretário decidiu renunciar à sua pretensão, abrindo caminho para a escolha de novo Secretário-Executivo. Pos-

teriormente, em uma entrevista ao jornal *El País* (20.10.20), Abrão alertou que a democracia está sendo alvo constante dos governos com pautas populistas nacionalistas, que pendem para o autoritarismo, levando inegavelmente ao fascismo. Nesse cenário, se torna clara a relação entre a posição desses governos e a crise na CIDH e como ela corrobora a intensificação desses ataques, visto que a fiscalização de tais situações autoritárias é majoritariamente trabalho da comissão. Há uma tendência à intensificação do fundamento religioso no plano internacional em detrimento dos direitos humanos básicos levando a um retrocesso inegável e maior disseminação de discursos de ódio.

RELATOR ESPECIAL DA ONU PEDE INVESTIGAÇÃO SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E QUEIMADAS NA AMAZÔNIA

No início de setembro, o Relator Especial das Nações Unidas Sobre os Impactos das Substâncias e Resíduos Tóxicos para os Direitos Humanos, Baskut Tuncak, deu início a um processo formal para a abertura de uma investigação sobre o Brasil pelo Conselho de Direitos Humanos (CDH/ONU). O pedido é resultado de visitas realizadas ao país, em 2019, por enviados da ONU, nas quais foram constatadas diversas violações em direitos humanos relacionadas a obrigações ambientais. O processo também recomenda que a ONU abra uma sessão especial sobre a proteção da floresta Amazônica e direitos humanos para uma análise mais minuciosa, indicando que o Brasil poderá estar contribuindo para uma catástrofe global. Tais sessões são convocadas somente diante de crises graves, como a da Venezuela. Pela primeira vez desde o período da ditadura militar, o governo brasileiro é alvo de uma solicitação dessa magnitude. Queixas anteriores sobre o governo do presidente Bolsonaro, relacionadas à crise da Covid-19, foram encaminhadas ao Tribunal Penal Internacional (TPI) no decorrer da pandemia e arquivadas temporariamente (aguardando a juntada de outras provas), dias antes do expediente da relatoria de Baskut Tuncak. Em contraste, esse novo inquérito da ONU avalia situações mais abrangentes, como o desastre com a barragem em Mariana, Minas Gerais, em 2015, e o uso de pesticidas em situações extremas, servindo como arma química contra indígenas, os quais foram também acusados de serem responsáveis pelas queimadas no Pantanal. O inquérito igualmente aponta o alto índice de mortes de defensores de direitos humanos, alcançando uma situação crítica acerca deste tema. Caso o pedido do Relator Tuncak seja aceito, o país será inserido de forma permanente na agenda do Conselho de Direitos Humanos da ONU. O pedido da Relatoria de Substâncias Tóxicas encaminhada à CDH aponta a incapacidade da gestão do governo em proteger sua população, inclusive por meios legais. Destaca-se, também, o possível impacto nocivo em escala internacional, por conta da destruição desencadeada da maior floresta tropical do planeta. Entretanto, apesar da contundência do texto, especialistas em política internacional são céticos quanto à aprovação dessa investigação, já que para tal o Conselho necessitaria de um projeto de resolução e da aprovação da proposta de Tuncak pela maioria dos Estados-membros. De qualquer maneira, a mera elaboração de tal recomendação por parte do Relator Especial

demonstra não só um mal-estar entre o governo brasileiro e os enviados das Nações Unidas, como também a rápida e profunda deterioração da reputação do Brasil dentro do sistema multilateral da ONU. O Itamaraty, que não havia se pronunciado sobre o assunto até então, manifestou seu desgosto por meio de um duro discurso da embaixadora Maria Nazareth F. Azevedo, representante permanente do Brasil na ONU em Genebra, em 21 de setembro. O repúdio a averiguações internacionais e a defesa da soberania brasileira foram pontos insistentemente ressaltados por Azevedo, que afirmou: “o Brasil não vai se submeter à tutela politizada, disfarçada de um mandato técnico”. Disse também que este tipo de investigação não condiz com a tradicional colaboração brasileira com o Conselho e com a Organização em geral, rogando a necessidade de haver “críticas construtivas”. Entretanto, o Relator Especial deixou explícito que se tratava de recomendações e não de ataques, enfatizando que a lógica do Brasil é puramente econômica.

BRASIL SE ALINHA A PAÍSES QUE APOIAM O FIM DO DIREITO AO ABORTO

No dia 20 de outubro, o país apoiou, juntamente com Chile e Estados Unidos, proposta da Bolívia – governada ainda por Jeanine Añez - apresentada à OEA, que autorizaria a pais e familiares a imposição da educação moral-religiosa aos seus filhos e protegidos. Esta pauta foi respaldada, especialmente, pela chamada Aliança Internacional para Liberdade Religiosa, coalizão lançada em 2019 em prol de todas as religiões, mas veiculada sobretudo por grupos religiosos católicos e evangélicos. O tom do texto inicialmente abria espaço para a adoção do ensino domiciliar - que porventura impediria o acesso de crianças a temas científicos, como a teoria da evolução - foi amenizado após grandes críticas vindas de outros países do bloco, como Argentina, Canadá e México. O apoio a tal proposta é consensuado com a defesa cristã do governo Bolsonaro, contida em seu discurso realizado na Assembleia Geral da ONU em setembro.

Em seguida, alinhando-se ao trumpismo - e a Estados governados por conservadores como Egito, Hungria, Uganda e Indonésia -, o Brasil agora é adepto a uma declaração política antiaborto. Esta, nomeada “Declaração de Consenso de Genebra”, foi apresentada à ONU no dia 22 de outubro pelo secretário de saúde estadunidense Alex Azar e pelo secretário de Estado, Mike Pompeo, como documento basilar para a retomada dos valores familiares tradicionais. Em um texto extremamente heteronormativo, foi ressaltado que “uma parceria harmoniosa entre homem e mulher é fundamental para o seu bem-estar e o de suas famílias”. Por meio de um vídeo pré-gravado, os ministros Ernesto Araújo e Damares Alves se mostraram contemplados pela declaração.

Esses dois acontecimentos na OEA e na ONU, ocorridos sob justificativas de liberdade de expressão e proteção ao direito à vida, revelam o que há de mais sórdido na atual política externa brasileira: a tentativa de silenciamento da ciência e a desconstrução dos avanços dos últimos anos em defesa aos corpos femininos e a pluralização dos “tipos de famílias” dos lares brasileiros. É importante lembrar que

as resoluções da OEA e da ONU não são vinculantes e os países do bloco não são obrigados a seguir as orientações, mas é evidente a tentativa de disrupção que tais apoios planejam causar em assuntos até então consensuais no sistema internacional.

VACINAS ENFRENTAM GUERRA IDEOLÓGICA DE BOLSONARO

O primeiro lote de vacinas CoronaVac chegou ao Brasil em 19 de novembro, desembarcando no aeroporto André Franco Montoro, em Guarulhos. São cento e vinte mil doses da vacina, desenvolvida pelo laboratório chinês SinoVac Biotech, em parceria com o Instituto Butantan, que refletem a maior disputa política em torno da Covid-19 desde o início dos casos no Brasil, em 26 de fevereiro. Com uma abordagem antidiplomática, o presidente Jair Bolsonaro colocou em xeque a credibilidade da CoronaVac, criticando a sua procedência e declarando-se contra a validação dos protocolos de intenção de compras, pelo documento assinado em 19 de outubro entre governadores e o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Para “não abrir mão de sua autoridade”, Bolsonaro politizou um assunto de saúde pública, chocando-se com o governador do estado de São Paulo e chegando a comemorar sua “vitória” sobre João Dória, logo após a interrupção dos testes de CoronaVac pela Anvisa, fundamentada no falecimento de um voluntário (que se comprovou não ter falecido devido à vacina), entre os milhares que serviram à testagem. O tema das vacinas está colocado no centro de uma guerra ideológica envolvendo a disputa eleitoral de 2022, em que o presidente e o governador paulista se apresentam como adversários.

Segundo a pesquisa *Global Attitudes on a Covid-19 Vaccine*, conduzida pela empresa Ipsos, o índice de intenção de vacinações está decrescendo de forma global.⁸ Em outubro, entre os dias 8 e 13, a Ipsos entrevistou cerca de 19 mil pessoas, de 15 países e de idades variadas (entre 16 e 74 anos). Pode-se observar uma diminuição global de intenção de vacinação de cinco pontos percentuais em apenas um mês, caindo de 77% em agosto para 73% em outubro de 2020. A situação é peculiarmente preocupante no caso brasileiro, o país com o quarto maior índice de queda de intenções de vacinação - atrás apenas de China, Austrália e Espanha -, de 7% no mesmo período. Pode-se concluir, assim, que um em cada quatro brasileiros não aceitaria ser vacinado contra a Covid-19, sob diferentes justificativas - sendo a mais comum entre elas a rapidez do avanço de testes clínicos.

Em evento online sobre o coronavírus promovido pela Comissão de Epidemiologia da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em 24 de novembro, Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, afirmou que a recuperação global será atrasada caso as pessoas não se vacinem. Com a livre circulação de populações no mundo interconectado e globalizado, o vírus continuará circulando, caso as vacinas não sejam capilarizadas de maneira a complementar outras medidas de proteção e saúde pública, como o distanciamento social. A comunidade internacional deve assegurar o amplo acesso à vacinação e, para tal, iniciativas como a Covax são indispensáveis para o diretor-geral em prol

8. COVID-19 vaccination intent is decreasing globally. Ipsos, 5 November 2020. Disponível em: <<https://www.ipsos.com/en/global-attitudes-covid-19-vaccine-october-2020>>. Acesso em: 25nov.2020.

da distribuição de vacinas para países com populações em situação de vulnerabilidade. “Compartilhar é do interesse de cada país e de todos eles. Não é caridade. É a maneira mais rápida e inteligente de acabar com a pandemia e acelerar a recuperação econômica global”, afirmou Tedros.

Ao contrário do que afirmou o presidente Bolsonaro, as questões sobre a vacinação contra o coronavírus não estão adstritas às fronteiras de nenhum país. Apesar da descrença quanto à efetividade de vacinas contra a Covid-19 não figurar, segundo a pesquisa da Ipsos, como a principal causa de relutância das populações quanto à imunização, a descrença sobre vacinas em geral figura em 20% das declarações dos entrevistados em nível global. As travas ideológicas colocadas pelo presidente na credibilidade dos processos de imunização incitam, hoje, ao crescimento do movimento antivacina no Brasil. Superado o patamar de 170 mil mortos pela Covid-19 no Brasil é latente o fato de que a comunidade internacional não conseguirá dar seguimento à imunização em escala global sem a efetiva participação do Brasil e de outras nações com líderes negacionistas, que privilegiam a ideologia em detrimento da sobrevivência.

BOLSONARO NO G20: VACINAS NÃO-OBRIGATÓRIAS E INEXISTÊNCIA DE RACISMO NO BRASIL

Na última cúpula do G20, sediada pela Arábia Saudita, que ocorreu virtualmente no dia 21 de novembro, Bolsonaro destacou que o Brasil “acertou” na gestão da pandemia (sem explicar o porquê de o Brasil estar entre os mais afetados em número de mortes e infectados do planeta) e frisou que a vacina não deve ser obrigatória, com o argumento de proteger as “liberdades individuais”. Mas não foi apenas no tema da pandemia que Bolsonaro mais uma vez promoveu versões mentirosas e realizou a antidiplomacia. O mesmo ocorreu diante da enorme repercussão internacional sobre o caso de João Alberto, rapaz negro morto no dia 19 de novembro em um supermercado da rede Carrefour, na cidade de Porto Alegre. No G20, Bolsonaro pediu licença para “uma rápida defesa do caráter nacional brasileiro”, em que negou a existência de racismo no país, afirmando que tal ideia está sendo implantada devido a um jogo de interesses e busca de poder dentro do país. Em contraposição a Bolsonaro, a Alta-Comissária da ONU para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, pronunciou-se por meio de uma nota afirmando que “o governo tem uma especial responsabilidade de reconhecer o problema do racismo persistente no país, pois este é o primeiro passo essencial para resolvê-lo”, enfatizando ainda que o racismo brasileiro é documentado por dados oficiais, não sendo uma mera especulação pretensiosa, como afirma o presidente. Já no início de 2020, a Coalizão Negra por Direitos denunciou a conduta brasileira na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a organização condenou as ações policiais violentas no Brasil contra a população negra, insistindo para que o governo adote medidas para combater a discriminação social e racial. Sem surpresa, tais apelos e recomendações foram amplamente ignoradas pelo governo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política externa do Presidente Bolsonaro na pandemia agravou o processo de desconstrução da agenda externa de direitos humanos, já observada no primeiro ano de mandato, com o avanço da regressividade de direitos e de proteção à população brasileira, a partir de posições negacionistas e anticientíficas nos foros multilaterais. As posições contrárias aos protocolos da OMS/OPS, subalternas ao governo de Donald Trump, alinharam o país ao reduzido grupo de países retrógrados e violadores de direitos humanos em relação à proteção da população, não apenas brasileira, mas regional e global, no período da pandemia. O Brasil tornou-se um dos líderes em contaminação e mortes pela pandemia da Covid-19 e a PEB seguiu insistindo que “fez a coisa certa”, de acordo com o discurso do Presidente no G20. Mesmo com a derrota de Donald Trump e a perspectiva de tornar-se um pária internacional, o governo de Bolsonaro vai mantendo suas posições ideológicas, que passaram a contaminar o planejamento e a estratégia de compras e aplicação de vacinas contra a Covid-19 na população no país. Trata-se de cenário catastrófico pelos números de perdas humanas ocorridas e que, ameaçadoramente pela posição do Presidente, colocam o Brasil num caminho desprovido de prevenção e de contenção à maior crise humanitária planetária desde a Segunda Guerra Mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- EL PAIS. Paulo Abrão: “Há um grave incremento de ataques à atuação de defensores de Direitos Humanos”. Entrevista a Jamil Chade, 20.10.2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-20/paulo-abrao-ha-um-grave-incremento-de-ameacas-e-ataques-a-atuacao-de-defensores-de-direitos-humanos.html>
- G1-MS. Exército do Paraguai fecha a fronteira com o Brasil em MS. 18.03.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/03/18/exercito-do-paraguai-fecha-a-fronteira-com-o-brasil-em-mato-grosso-do-sul.ghtml>
- IPSOS. COVID-19 vaccination intent is decreasing globally. Ipsos, 5 November 2020. Disponível em: <https://www.ipsos.com/en/global-attitudes-covid-19-vaccine-october-2020>.
- KLEIMAN, Alberto; RODRIGUES, Gilberto M. A. Covid-19: Una nueva oportunidad para el multilateralismo? *Foreign Affairs Latinoamérica*, Vol. 20, n.3, Julio/Septiembre 2020. Disponível em: <http://revistafal.com/numeros-anteriores/fal-20-3/>
- KOMINISKI, M. V. *Conselho de Direitos Humanos e a atuação do Brasil*. São Paulo: Educ, 2017.
- OIT. Covid-19 and the World of Work. *Concept note*. 7-9.07.2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/meetingdocument/wcms_747931.pdf
- OIT. *OIT diz que América Latina atingiu recorde de 41 milhões de desempregados*. 01.07.2020. Disponí-

vel em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/07/01/oit-diz-que-america-latina-atingiu-recorde-de-41-milhoes-de-desempregados.htm?cmpid=copiaecola>.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de; RODRIGUES, Gilberto M. A. Brazil and Covid-19. The President against the Federation. *UACES Territorial Politics*, 5th June 2020. Disponível em: <https://uacesterrpol.wordpress.com/2020/06/05/brazil-and-covid-19-the-president-against-the-federation/>

REVISTA ÉPOCA. Juristas discutem chances de Bolsonaro ser julgado no Tribunal Penal Internacional. 31.07.2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/juristas-discutem-chances-de-bolsonaro-ser-julgado-no-tribunal-penal-internacional-1-24560144>

RODRIGUES, Gilberto M. A. *et al.* A desconstrução dos direitos humanos na política externa brasileira. *Carta Capital*, 05.07.2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observamundo/a-desconstrucao-dos-direitos-humanos-na-politica-externa-brasileira/>

SILVA, Silvio J. A. *Combate ao Racismo*. Brasília, DF: Funag, 2008. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/449-Combate_ao_Racismo.pdf

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF conclui julgamento de MPs que regulamentam competência para impor restrições durante pandemia. STF, Brasília, DF, 06.05.2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442816&ori=1>

THE LANCET. Editorial. Covid-19 in Brazil: “So what?”, Vol. 395, Issue 10235, P1461, May 09. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)31095-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)31095-3/fulltext)

UNAIDS. 20 lideranças da ONU pedem mais ações da organização pelo fim do racismo no mundo. 16.06.2020. Disponível em: <https://unaids.org.br/2020/06/20-liderancas-da-onu-pedem-mais-acoes-da-organizacao-pelo-fim-do-racismo-no-mundo/>

UOL. Bolsonaro recebe ‘Major Currió’ no Planalto. 06.05.2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/06/bolsonaro-recebe-major-curio-no-planalto.htm>

UOL. Brasil ataca ONU e rejeita investigação sobre Amazônia e direitos humanos. Jamil Chade, 21/09/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/09/21/itamaraty-na-onu-brasil-nao-se-submetera-a-tutela-politizada.htm>

UOL. Denúncias contra Bolsonaro são suspensas no Tribunal Penal Internacional, 18/09/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/09/15/denuncias-contra-bolsonaro-sao-suspensas-no-tribunal-penal-internacional.htm>

UOL. Relatoria da ONU propõe inquérito internacional contra Brasil. Jamil Chade, 18/09/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/09/16/relatoria-da-onu-propoe-inquerito-internacional-contra-brasil.htm>

Relações Brasil-EUA e a pandemia

Tatiana Berringer
Ana Paula Fonseca Teixeira
Gabriel Soprijo
Gabrielly Almeida Santos do Amparo¹

No ano marcado pela explosão da pandemia do Coronavírus (2020), as relações entre os governos Trump e Bolsonaro se mostraram ser uma aliança neofascista (BOITO, 2020), pautada no obscurantismo, especialmente no ataque à ciência e na defesa do antiglobalismo e no anticomunismo, expressos na posição de descrédito à Organização Mundial da Saúde (OMS), no discurso anti-China e, de certa forma, numa não defesa da preservação das vidas. Essa aliança configura uma **subordinação passiva e explícita** do Estado brasileiro aos Estados Unidos e está atrelada a uma plataforma de governo neoliberal que pretende não apenas aprovar as reformas (previdenciária, administrativa e tributária), como pretende abrir para o capital externo diversos setores estratégicos como petróleo e gás, saneamento, infraestrutura etc.

A aproximação umbilical entre os dois Estados teve início em 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil e começaram as declarações contundentes de veneração aos Estados Unidos feitas pelo presidente, por seus filhos e pelo Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, ao modelo de sociedade defendido pelo então presidente dos Estados Unidos. A principal expressão disso é o texto “Trump e o Ocidente”, publicado por Araújo, em 2017. Ali afirma-se que a defesa da fé, de Deus e da família deve ser o pilar da política nacional e internacional e a base da formação da sociedade ocidental, que fora rompida com a Revolução Francesa.

1. Tatiana Berringer (Professora de Relações internacionais da Ufabc e coordenadora do GT Estados Unidos do OPEB), Ana Paula Fonseca Teixeira (graduanda em Relações Internacionais pela UFABC), Gabriel Soprijo (graduando em Relações Internacionais pela UFABC); Gabrielly Almeida Santos do Amparo (doutoranda em Economia Política Mundial pela UFABC).

O sentido estratégico regional resume-se à guerra contra o governo de Nicolás Maduro na Venezuela e a tentativa de pôr fim ao chamado ciclo de governos progressistas na América do Sul. As principais ações da política externa brasileira relacionadas aos Estados Unidos, em 2020, foram: a assinatura do acordo de salvaguardas tecnológicas para a cessão da Base de Alcântara do Maranhão, à candidatura do Estado brasileiro à membresia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e à chamada “Agenda da Prosperidade” que engloba acordos de comércio e cooperação na luta contra corrupção. Todas essas pautas foram negociadas na visita do presidente Bolsonaro e de sua equipe aos EUA, em março de 2019, e desdobraram-se no ano de 2020, como demonstraremos neste texto.

É importante analisar essa relação bilateral dentro da cena política internacional, pautada pelo conflito entre Estados Unidos e China, que tem como motivação material salutar o controle da tecnologia 5G. Assim, apesar de não haver uma ruptura das relações entre o Estado brasileiro e o chinês, há um forte tensionamento, especialmente em relação aos contratos com a Huawei, empresa chinesa que controla o 5G, em função da pressão que os Estados Unidos impõem para que o Estado brasileiro desista dessa iniciativa. Esse quadro de disputa internacional de poder ficou ainda mais acirrado com a pandemia da Covid-19, quando o filho do presidente decidiu encampar os discursos e afirmações xenófobos contra os chineses e as origens do vírus.

Dividiremos o texto em cinco partes, tentando apresentar um panorama cronológico dos fatos que marcaram as relações bilaterais em 2020. Na primeira parte, resumiremos as questões relativas à Covid-19 e à aliança neofascista. Na segunda parte, falaremos das eleições nos EUA e o envolvimento do Brasil, especialmente as celeumas em torno do desmatamento da Amazônia e a posição de Biden. Na terceira parte, falaremos da “Agenda da Prosperidade” concluída em outubro de 2020; na quarta parte, abordaremos a guerra contra a Venezuela. E, nas considerações finais, deixaremos alguns apontamentos sobre o que pode acontecer em 2021 com a nova presidência nos EUA. Esperamos com isso contribuir para futuras análises e interpretações acadêmicas e políticas sobre a subordinação do Estado brasileiro aos Estados Unidos durante os governos Bolsonaro e Trump.

BRASIL-ESTADOS UNIDOS E A COVID: A ALIANÇA NEOFASCISTA

Na segunda semana de março, quando fora declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a existência da pandemia da COVID-19, conceito e vírus que até então poucos conheciam, Jair Bolsonaro estava nos Estados Unidos acompanhado de uma grande comitiva de seu governo. Esperam-se avanços em acordos de cooperação na área de defesa, parte da agenda dos dois Estados, mas acabou virando palco para as afirmações mais vexatórias dos dois presidentes sobre um fato que marcaria a história do século XXI, evidenciando a ideologia neofascista que compartilham. Bolsonaro proferiu frases como: “O coronavírus não é isso tudo, muito do que se fala sobre crise é fantasia, e é melhor o preço

do petróleo cair do que subir”. Ao retornarem ao Brasil, 23 membros da comitiva brasileira testaram positivo para a Covid-19. O que demonstra que, na verdade, o encontro entre os dois presidentes foi uma ameaça à segurança (física e nacional) de ambos.

Pouco tempo depois da visita, os Estados Unidos começaram a acusar o Estado chinês de ter criado o vírus em laboratório. Essas afirmações acabaram sendo reverberadas pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, e pelo filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, levando a embaixada chinesa no Brasil a exigir pedido de desculpas. Os dois presidentes passaram a acusar a mídia e a oposição de quererem criar pânico social e defendiam, sem comprovações científicas, o uso da hidroxicloroquina como medicação e prevenção à COVID-19, o que causou uma corrida às farmácias e minimizou a importância do isolamento social.

Outro ponto que chamou a atenção foi a disputa para aquisição de equipamentos, evidenciando a postura competitiva e auto-interessada dos Estados Unidos. O consórcio Nordeste² realizou uma compra de 600 respiradores artificiais no valor de R\$42 milhões com uma empresa chinesa, tendo o governo da Bahia como representante. A carga ficou retida no aeroporto de Miami, onde fazia conexão. Além disso, devido às instabilidades geradas pelo presidente Jair Bolsonaro e seu filho Eduardo Bolsonaro, o Ministro da Saúde, Henrique Mandetta, pediu que os governadores buscassem realizar compras sem o intermédio do Itamaraty. Aderindo à recomendação, o estado do Pará acertou a compra no valor de R\$48 milhões de 400 leitos de UTI pré-montados com respiradores com prazo de entrega de 15 dias. Em São Paulo, o governador João Dória, afirmou a relação absolutamente excepcional com o governo chinês e informou que o Estado está em busca de camas de UTIs, respiradores, e equipamentos de proteção.

Em seguida, no dia 24 de maio, o presidente Donald Trump suspendeu a entrada de qualquer estrangeiro, sendo ele imigrante ou não, que esteve presente no Brasil durante 14 dias. Ele afirmou que o Brasil é uma ameaça à segurança dos EUA devido à transmissão da doença, entretanto, ressaltou que as relações comerciais entre os dois países ainda eram prioritárias (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2020). Em função disso, o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em sua conta oficial do Twitter apenas retuitou os *tweets* da Agência de Segurança Nacional (NSA) e afirmou que a relação entre EUA/Brasil está ótima e que, em uma conversa com integrantes da Casa Branca, recebeu a notícia que foram doados mil respiradores para o Brasil (OLIVEIRA, 2020).

No dia 18 de junho, Abraham Weintraub, polêmico Ministro da Educação, anunciou que deixaria o cargo no MEC e iria para o Banco Mundial (BM). Dois dias depois, no dia 20 de junho, ele chegou aos Estados Unidos, local da sede do Banco e, mesmo com a restrição de entrada de brasileiros nos EUA estando em pleno vigor, ele conseguiu entrar no país. A emissão de visto e a entrada dele nos Estados Unidos foi investigada pelo Ministério Público no Tribunal de Contas da União (MP-TCU) (REUTERS, 2020). Os indícios são de que ele teria usado o passaporte diplomático concedido à Ministros e chefes de governo, sem estar em exercício do cargo. Além disso, o anúncio da saída do cargo

2. Grupo criado em março de 2019, reunindo nove estados da região, que pretende coordenar projetos políticos. A unidade destes governadores se dá na oposição ao governo federal.

do MEC foi feito após as declarações preconceituosas em relação à China e se posicionando contra o Supremo Tribunal Federal (STF), que acabaram gerando processos contra o então ministro. Por isso, a viagem dele aos EUA, motivada por assumir o cargo na instituição internacional, pode também ser vista como uma medida de trapaça e fuga da justiça brasileira, além de reforçar os vínculos do grupo mais ligado ao presidente com o governo Trump.

ELEIÇÕES NOS EUA: BRASIL, O DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA E A AMEAÇA À SOBERANIA

Em agosto, o Brasil se tornou um pária internacional em dois aspectos: o não controle da pandemia e o elevado número de mortes, causados pelo descaso do presidente, e o desmatamento e queimadas em larga escala de florestas e áreas de preservação ambiental. Isso levou Joe Biden, ainda candidato à presidência dos Estados Unidos, a declarar que: “O presidente Bolsonaro deve saber que, se o Brasil falhar em ser o guardião responsável da floresta amazônica, então meu governo reunirá o mundo para garantir que o meio ambiente fique protegido”. Essa afirmação foi interpretada pelo governo brasileiro como uma ameaça à soberania nacional.

Além disso, uma carta assinada por 24 deputados democratas da Comissão de Orçamento e Assuntos Tributários destinadas ao representante comercial dos EUA, Robert Lighthizer, no começo de junho (2020), seguia na mesma linha dos candidatos à Presidência e Vice-presidência:

Nós nos opomos fortemente a buscar qualquer tipo de acordo comercial com o governo Bolsonaro no Brasil. O aprimoramento do relacionamento econômico entre os Estados Unidos e o Brasil, neste momento, iria minar os esforços dos defensores dos direitos humanos, trabalhistas e ambientais brasileiros para promover o Estado de Direito e proteger e preservar comunidades marginalizadas. (REUTERS, 2020).

A AGENDA DA PROSPERIDADE

Apesar da manifestação dos democratas, no dia 19 de outubro de 2020, o conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Robert O’Brien visitou o Brasil. Na agenda, estavam encontros com membros do governo e empresários em Brasília e em São Paulo. A visita teve como mote o anúncio da celebração de três acordos bilaterais, contidos na chamada “Agenda da Prosperidade”. Os acordos se colocam na área comercial e política e podem indicar muito sobre o tipo de aliança entre os dois governos. As negociações versam sobre facilitação de comércio, boas práticas regulatórias e medidas anticorrupção, e foram celebradas em meio ao pior índice da relação comercial Brasil-Estados Unidos dos últimos 11 anos, que teve queda de mais de 25% em 2020, em função dos efeitos da pandemia do coronavírus (AMCHAM,2020).

No que tange à **facilitação de comércio**, resumidamente, os acordos prevêem a abolição de algumas barreiras não-tarifárias no comércio bilateral, incluso a simplificação ou extinção de procedimentos burocráticos (ITAMARATY, 2020). Em relação às **boas práticas regulatórias**, o acordo prevê processos, sistemas, ferramentas e métodos reconhecidos internacionalmente para a melhoria da qualidade da regulação do Estado nas práticas econômicas. O acordo é o primeiro com cláusulas vinculantes que o Brasil adota sobre esse tema e prevê em seu artigo 9º a estipulação de um prazo de 60 dias para a apresentação de uma proposta de regulação que tenha impacto significativo sobre o comércio através da otimização das organizações regulatórias (RODRIGUES, 2020).

O protocolo segue a linha política do governo Bolsonaro, cuja plataforma política é o neoliberalismo. Assim, o objetivo é a abertura comercial e a atração de investimento externo, conforme estabelecido pela Lei nº 13.874 de 20 setembro de 2019 (BRASIL, 2019). O protocolo determina a implementação de práticas governamentais para promover qualidade regulatória através de maior transparência, análises objetivas, prestação de contas e previsibilidade com vistas a facilitar o comércio internacional, o investimento e o crescimento econômico, contribuindo para a capacidade de cada país para atingir seus objetivos de política pública - incluindo políticas de saúde, segurança e meio ambiente -.

O terceiro acordo aborda a pauta **anticorrupção**. Nele são reafirmadas as obrigações legislativas do Brasil e dos Estados Unidos, que se vincularam multilateralmente a uma série de convenções internacionais contra a corrupção. O acordo expande a atuação da esfera criminal, ao englobar o setor privado e sociedade civil nas pautas de anticorrupção. Algumas medidas apontadas neste anexo já tiveram um precedente político no cenário brasileiro. No “Artigo 4: Promoção da integridade entre funcionários públicos”, cada parte, deve “fornecer procedimentos adequados para a seleção e treinamento dos funcionários públicos”. O acordo em questão não especifica se pode ou não acontecer um intercâmbio nesse processo. O “Artigo 5: Participação do Setor Privado e da Sociedade Civil” afirma que cada parte deve tomar medidas que envolvam grupos de fora do setor público e as instituições podem “realizar atividades de informação ao público e programas de educação pública que contribuam para a intolerância à corrupção”.

Cabe lembrar que, segundo o documento revelado pelo Wikileaks (2009), o Juiz Sérgio Moro, ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro, chegou a realizar um treinamento de combate ao terrorismo (leia-se corrupção), sendo que o curso tinha o intuito de prestar uma formação prática, não teórica sobre o assunto. Fang (2017) menciona que alguns dos integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL-SP), protagonistas do *impeachment* de 2016, utilizaram muito bem das redes sociais, para direcionar a revolta das manifestações contra a presidenta Dilma. Além de que, é possível pontuar, segundo Baggio (2016), uma relação entre *think tanks* e a mídia brasileira, sendo esta responsável por defender uma série de protestos pró-*impeachment*. Nesse sentido, percebe-se que a ideologia de “combate à corrupção” não é algo recente no cenário político brasileiro. Ela foi utilizada para promover o golpe em 2016. Em suma, o presente acordo firmado entre Brasil e EUA, pode ser interpretado como uma medida que visa legitimar e ampliar uma prática de interferência externa já ocorrida no Brasil.

A GUERRA CONTRA A VENEZUELA: O SENTIDO ESTRATÉGICO DA ALIANÇA BRASIL-EUA

No dia 18 de setembro, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, visitou a Operação Acolhida, em Roraima. Essa visita evidencia o caráter estratégico da aliança entre os dois Estados. Trata-se da guerra contra a Venezuela. A visita de Pompeo aconteceu no meio do processo de disputa eleitoral nos Estados Unidos e de lá ele seguiu para três outros países que fazem fronteira com a Venezuela. Foram visitados Suriname, Colômbia e Guiana e, em todos eles, o discurso criticando o atual governo venezuelano esteve presente. Sendo assim, essa crítica ao governo Maduro, há menos de 40 dias das eleições dos Estados Unidos, também pode ser compreendida como uma manobra para conquistar votos de imigrantes latinos, sobretudo venezuelanos, que atualmente residem na Flórida, território eleitoral onde o embate entre Republicanos e Democratas é acirrado e pode decidir quem será o próximo presidente dos Estados Unidos.

No discurso virtual da Assembleia Geral da ONU³, dada a pandemia da COVID-19, Bolsonaro fez referência ao desastre ambiental e às críticas que vêm sofrendo em relação à política de desmatamento da Amazônia e das queimadas no Pantanal, dizendo que o derramamento de petróleo na costa brasileira em julho de 2019, cuja a origem ainda é desconhecida (MENGUE, 2020) mesmo passado mais de um ano, teria sido “um criminoso derramamento de óleo venezuelano”. A investigação da origem do óleo segue sendo realizada pela Marinha do Brasil e pela Polícia Federal, mas sem apontamentos de responsabilização oficiais (MONNERAT *et al*, 2020). A classificação de “ato criminoso” e da suposta culpabilização venezuelana do caso, são, portanto, somente afirmações levianas que compõem o conjunto de ações dessa semana de setembro de 2020.

Neste mesmo dia 22, o Ministro Ernesto Araújo participou de um evento da FUNAG com a FIEMG⁴ onde expôs que a política externa do governo Bolsonaro se assentava em 4 eixos: abertura comercial, valores, democracia e soberania. Sobre os dois últimos, analisou a articulação entre eles no que tange à segurança e defesa regional, dizendo que o foco é o combate ao crime transnacional, especialmente, ao narcotráfico e aos regimes como o de Nicolás Maduro que atentam contra a democracia e ameaçam a soberania nacional.

No dia 24 de setembro, Ernesto Araújo participou da Reunião da Comissão de Relações Exteriores do Senado⁵ para dar explicações sobre a visita de Mike Pompeo. O ministro pontuou que a visita de Mike Pompeo não teria qualquer relação com as eleições que aconteceram em novembro nos EUA, uma vez que existe um consenso por parte dos republicanos e democratas, sobre o posicionamento perante a Venezuela. Além disso, afirmou que o encontro partiu por uma iniciativa própria do secretário estadunidense e diz que os EUA já investiram mais de 64 milhões na Operação Acolhida

3. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l4K9Tk5z-po&feature=emb_logo&tab_channel=Estad%C3%A3o>.

4. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EltpsY-1Ot4&abchannel=Funda%C3%A7%C3%A3oAlexandredeGusm%C3%A3o>>.

5. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2020/09/acompanhe-ao-vivo-a-reuniao-da-comissao-de-relacoes-exteriores>>.

e são um dos maiores financiadores da ACNUR e OIM, o que faria sentido a visita em Roraima. Ele disse que após a visita, aconteceu uma reunião bilateral entre os dois e que chegaram a conversar sobre a situação da Venezuela. Em sua fala na Comissão comparou Nicolás Maduro a um ‘narcotraficante’, além de afirmar não o reconhecer como presidente, mas sim Juan Guaidó, e se referiu ao atual governo venezuelano como um “bando de facínoras” e que promove violação dos Direitos Humanos. Ernesto chegou a mencionar que aproximação do Brasil é com os EUA, não com o Trump, mesmo que Joe Biden vença as eleições a relação será mantida e pontuou que os EUA podem ajudar a fazer o Brasil um país melhor, cumprir a Constituição, Direitos Humanos, Independência e outros objetivos. Durante toda a reunião, houve críticas severas ao governo de Maduro, entretanto, quando questionado sobre 1964, o Chanceler evitou julgamento da ditadura brasileira e pontuou ter sido um golpe ou que não depende da definição usada. Além disso, mencionou que Eduardo Bolsonaro teria condições plenas para ser embaixador nos EUA.

UM NOVO CAPÍTULO PARA 2021?

O aço voltou a se tornar pauta entre os governos dos EUA e do Brasil⁶. Os EUA anunciaram que reduzirão as cotas para as exportações brasileiras do aço semi-acabado, dada a contração no mercado de aço estadunidense, em 2020 (NASCIMENTO, 2020). Segundo Donald Trump, houve uma redução de 15% nas exportações dos produtores estadunidenses e as empresas do setor estariam atuando com capacidade abaixo dos 70%, em 2020. Além disso, Trump alegou que as importações do Brasil não apresentaram grandes reduções diante da contração do setor, diferentemente do que aconteceu com as importações da maioria dos outros Estados. Os ministérios da Economia e das Relações Exteriores afirmaram, em nota conjunta, que, em dezembro de 2020, novas negociações serão feitas e alegam que as tarifas sobre o comércio do aço entre ambos os Estados permanecerão isentas, assim como em 2019 (NASCIMENTO, 2020). Cabe lembrar que, em março de 2019, o Brasil ampliou a quota de importação de trigo dos Estados Unidos preterindo o seu principal fornecedor de décadas: a Argentina. Agora é preciso acompanhar o desenrolar desse fato para saber se as relações comerciais seguirão ou não nesse rumo.

No dia 03 de novembro de 2020, os Estados Unidos da América realizaram as eleições presidenciais entre Donald Trump (Republicano) e Joe Biden (Democrata). Trump era candidato à reeleição e Biden se tornou o presidente com mais votos na história dos EUA (ALVES, 2020). A contagem de votos demorou para sair e poder afirmar a vitória do democrata que só foi feita no dia 7 de novembro. Sendo, então, uma das corridas mais comentadas e esperadas no mundo (MARS, 2020). O Itamaraty ainda não se posicionou sobre as eleições, e o Estado brasileiro foi um dos únicos

6. No dia 2 de dezembro de 2019, o presidente Donald Trump havia anunciado no Twitter suas intenções de reestabelecer as tarifas de importação de aço e alumínio provenientes do Brasil e da Argentina, mediante a crescente desvalorização de suas moedas, o que seria prejudicial para os agricultores estadunidenses. À época, o Instituto Aço Brasil, representante dos produtores de aço do Estado brasileiro, recebeu o anúncio como uma retaliação. Após negociações entre os governos do Brasil e dos EUA, o presidente Trump recuou sobre o assunto (SANCHES, 2019).

Estados que não cumprimentou o presidente eleito. Além disso, o presidente Jair Bolsonaro desde o início da corrida eleitoral declarou o seu apoio ao republicano, em mensagem nas redes sociais chegou a afirmar (apud, ANDRADE, 2020) que “há sempre uma forte suspeita da ingerência de outras potências” buscando sustentar a posição de Trump de que caso fosse derrotado iria denunciar fraude no sistema de conferência de votos. Jair Bolsonaro demonstrou forte apreensão sobre o resultado já que manteve uma forte aliança com o governo Trump e parece temer a possível ingerência e pressão de Biden em relação às queimadas da Amazônia (*ibidem*, 2020). No dia 10 de novembro ele disse:

“Todo mundo que tem riqueza não pode dizer que é feliz, não, tem que tomar cuidado com a riqueza, porque está cheio de malandro de olho nela. E o Brasil é um país riquíssimo. Assistimos há pouco a um grande candidato à chefia de Estado dizer que, se eu não apagar o fogo da Amazônia, levanta barreiras comerciais contra o Brasil. E como é que podemos fazer frente a tudo isso? Apenas a diplomacia não dá, não é, Ernesto? Quando acaba a saliva, tem que ter pólvora, se não, não funciona”. 7

Cabe agora entender o que realmente mudará em 2021. Finda-se a aliança neofascista: anti-globalista, mas segue com a subordinação passiva do Estado brasileiro aos Estados Unidos e com a guerra contra a Venezuela? Será que a ameaça à soberania nacional estará mesmo em xeque? Como ficam as questões comerciais (açúcar, trigo etc.)? E a disputa sobre o 5G? Não será uma contradição se opor à intervenção contra o desmatamento, mas seguir com o acordo da base de Alcântara?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria. Joe Biden se torna o candidato à Casa Branca mais votado da história. **Correio Brasileiro** [online]. 04 nov.2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2020/11/4886671-joe-biden-se-torna-o-candidato-a-casa-branca-mais-votado-da-historia.html>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

ANDRADE, Hanrikson. Eleição nos EUA: Bolsonaro cita suspeita de fraude e riscos ao Brasil. Brasília, UOL - notícias [online], 03 nov. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/11/03/bolsonaro-eleicoes-americanas.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

AMCHAM. Comércio entre Brasil e Estados Unidos atinge a pior marca em 11 anos, 2020. Disponível em: <<https://www.amcham.com.br/noticias/comercio-exterior/comercio-entre-brasil-e-estados-unidos-atinge-a-pior-marca-em-11-anos-aponta-monitor-da-amcham>> Acesso em: 09 dez. 2020

BAGGIO, Kátia. Gerab. Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. Anais do XII Encontro Interna-

7. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0MrkzQ8EAyg&ab_channel=UOL>.

cional da ANPHLAC. 2016. Disponível em: <<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/7536/Conex%C3%B5es%20ultraliberais%20nas%20Am%C3%A9ricas%20o%20think%20tank%20nor-te-americano%20Atlas%20Network%20e%20suas%20vincula%C3%A7%C3%B5es%20com%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20latino-americanas%20%E2%80%93%20K%C3%A1tia%20Baggio.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

BOITO, Armando. **Por que caracterizar o governo Bolsonaro como neofascismo**. In: Crítica Marxista. São Paulo: Editora Unesp nº50, 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.874 de 20 de setembro de 2019**. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, nº-183-b, seção 1 - edição extra. p. 1-4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm> Acesso em: 09 dez. 2020

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. DONALD TRUMP. **Proclamation on Suspension of Entry as Immigrants and Nonimmigrants of Certain Additional Persons Who Pose a Risk of Transmitting Novel Coronavirus**. Washington Dc, 2020. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/proclamation-suspension-entry-immigrants-nonimmigrants-certain-additional-persons-pose-risk-transmitting-novel-coronavirus/>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

FANG, Lee. Esfera de Influência: como os libertários americanos estão reinventando a política Latino-americana. **The Intercept-Brasil**. 11 ago. 2017. Disponível: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

ITAMARATY. **Texto do Protocolo de Comércio e Cooperação Econômica entre o governo da República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América**. 2020. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21867-texto-do-protocolo-ao-acordo-de-comercio-e-cooperacao-economica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-dos-estados-unidos-da-america-relacionado-a-regras-comerciais-e-de-transparencia+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 09 dez. 2020

MARS, Amanda. **Joe Biden vence as eleições dos Estados Unidos e põe fim à era Trump**. El País. 07 nov. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-07/joe-biden-vence-as-eleicoes-dos-estados-unidos-e-acaba-com-a-era-trump.html>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

MENGUE, Priscila. Origem das manchas de óleo segue sem respostas; população e cientistas cobram investimento. **Estadão** [online]. 02 set. 2020. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,origem-das-manchas-de-oleo-segue-sem-respostas-populacao-e-cientistas-cobram-investimento,70003422709>>. Acesso em: 01 out. 2020

MONNERAT, Alessandra, *et al.* Checamos o discurso de Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU. **Estadão** [online]. 22 set. 2020. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/cheamos-o-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu/>>. Acesso em: 01 out. 2020

NASCIMENTO, Luciano. Estados Unidos reduzem cota de importação de aço do Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, 30 ago. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-08/estados-unidos-reduzem-cota-de-importacao-de-aco-do-brasil>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

OLIVEIRA, Caroline. Trump antecipa, e proibição de entrada de brasileiros nos EUA começa nesta terça: o presidente estadunidense já tinha afirmado que a livre entrada de estrangeiros ameaça a segurança nacional. **Brasil de Fato**, São Paulo, 26 maio de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/26/trump-antecipa-proibicao-de-entrada-de-brasileiros-nos-estados-unidos>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

REUTERS. Ministério Público pede ao TCU investigação sobre exoneração de Weintraub. **UOL** [online], 23 jun. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/06/23/mp-junto-ao-tcu-pede-investigacao-sobre-exoneracao-de-weintraub.htm>>. Acesso em: 09 dez. 2020

REUTERS. Democratic-led U.S. House panel opposes any U.S. trade deal with Brazil. **Reuters** [online], 03 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-trade-brazil-idUSKB-N23A37N>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

RODRIGUES, Lorena. Brasil e EUA fecham primeiro passo para futuro acordo de livre comércio. **Estadão** [online], 19 out. 2020. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-eua-fecham-primeiro-passo-para-futuro-acordo-de-livre-comercio,70003481129>>. Acesso em: 09 dez. 2020

SANCHES, Mariana. Anunciada por Trump, tarifa sobre aço brasileiro que nunca entrou em vigor é revogada. **BBC News Brasil**. Washington, 20 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50875273>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

WIKILEAKS. **Brazil: Illicit finance conference uses the “T” word, successfully**. 2009. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html>. Acesso em: 09 dez. 2020

A política externa bolsonarista e o agravamento de um Brasil insustentável

Diego Azzi¹
Lucas Rocha
Luís Gustavo Branco
Pedro Lagosta
Pedro Mendes
Sara Aparecida de Paula²
Yamila Goldfarb³

Há tempos as questões ambientais deixaram de ser um mero detalhe no que se refere à política externa das nações, assim como à atuação internacional da sociedade civil. Nas últimas décadas, o meio ambiente e o clima têm estado no centro de diversas disputas políticas, econômicas, de soberania nacional, de energia e de saúde pública nos espaços de concertação internacional. E não é por menos. Afinal, os desafios do meio ambiente e da mudança do clima são hoje condicionantes de diversos aspectos da economia política mundial. Os níveis de desflorestamento, as mudanças climáticas, a contaminação ou a escassez de recursos vitais como a água e a terra e, mais recentemente, a própria pandemia da Covid-19 têm colocado a humanidade em alerta. No Brasil isso não é diferente.

No entanto, ainda que esse alerta soe aos ouvidos de muitos, o Brasil, nos últimos anos, tem sido marcado por um abismal retrocesso sem precedentes na história deste país em matéria ambiental. As consequências dessa política nefasta perpetrada desde 2019 pelo governo Bolsonaro já são evidentes nas diversas marcas recordes, como de áreas de floresta queimadas ou de liberação de agrotóxicos. De acordo com levantamento realizado pela imprensa a partir de dados do INPE, o aumento anual de desmatamento na Amazônia foi de 9,5%, pior resultado desde 2008.

1. Professor do Bacharelado em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Coordenador do OPEB e de seu GT de Meio Ambiente.

2. Alunos de Graduação da UFABC.

3. Professora do Bacharelado em Relações Internacionais da UFABC.

No Pantanal, o aumento das queimadas em 2019 foi de mais de 900% (totalizando 12 mil km²) e no Mato Grosso se manteve a média anual de 30mil km² de desmatamento. Ainda, somente no primeiro ano de governo Bolsonaro, as emissões brasileiras de CO₂ tiveram um espantoso aumento de 10%, um índice 17% superior ao que seria necessário para o Brasil cumprir a sua própria meta voluntária de redução de 37% nas emissões até 2025, segundo o Observatório do Clima.

Como consequência da liberalização da devastação ambiental no país, a rápida deterioração da imagem brasileira no exterior logrou provocar divisões dentro do próprio setor do agronegócio brasileiro, pilar de sustentação do governo. Isto se deu justamente pelo impacto dos traços ideológicos da política ambiental bolsonarista nas relações comerciais com importantes compradores de *commodities* do Brasil, sejam árabes, chineses ou outras nações.

Este capítulo está dividido em dois eixos temáticos, que atravessaram a questão do meio ambiente na política externa do Presidente Jair Bolsonaro ao longo do ano de 2020: o eixo Comércio e o eixo Agronegócio. Em relação a 2019, pode-se observar que as consequências da devastação ambiental e do negacionismo climático pregados pela gestão Bolsonaro já resultaram em um alto grau de corrosão da imagem internacional do país. Até 2020, essa estratégia esteve amparada pelas similitudes de posicionamento da presidência de Donald Trump nos EUA e o Brasil não fez mais do que tentar arrancar fundos de países em troca de proteção ambiental – isto após ter rompido os acordos do Fundo Amazônia em 2019, financiado por Alemanha e Noruega.

CONDICIONANTES AMBIENTAIS RELACIONADAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Em 2019, após vinte anos de negociações, o Mercosul concluiu o acordo comercial com a União Europeia (UE). Esse acordo histórico visa eliminar barreiras tarifárias e não-tarifárias de importação para uma ampla gama de produtos, aumentar a competitividade entre os produtores, aumentar investimentos dentro dos dois blocos, assim como o multilateralismo entre os países envolvidos. Porém, as posições e ações do governo Bolsonaro frente a questões ambientais (assim como no enfrentamento à pandemia) têm dificultado a ratificação do acordo, que ainda deve ser aceito por 27 parlamentos europeus.

Medidas tomadas pelo ministério do Meio Ambiente com relação ao desmatamento e à preservação ambiental, como a queda substancial dos gastos com atividades de inspeção florestal realizadas pelo IBAMA, a exportação de madeiras sem fiscalização, o reconhecimento de áreas desmatadas até 2008 dentro da Mata Atlântica [1] são fatores que tem freado o progresso do acordo. O ministro Ricardo Salles foi um dos defensores da MP da grilagem [2], medida editada pelo presidente Jair Bolsonaro que facilita a obtenção de novas terras dentro da Amazônia, dispensando uma vistoria prévia e legalizando quaisquer invasões realizadas até dezembro de 2018. A exoneração de diretores do IBAMA [3] após tomarem atitudes contra garimpeiros e ações ilegais e seu posicionamento contrário à Lei da Mata

Atlântica [4], buscando mudar o código florestal e diminuir a multa sobre os desmatamentos irregulares, demonstraram o posicionamento de Salles ao lado dos interesses dos garimpeiros.

Um dos pontos que devem ser observados com relação ao atrito entre a União Europeia e o governo Bolsonaro é a questão do consumo e das cadeias de produção. Devido a suas práticas ambientalmente degradantes, o Brasil poderá sofrer ações de boicote no mercado internacional, tanto por parte de empresas quanto de consumidores. Em um estudo intitulado “Brasil e a Floresta Amazônica: Desmatamento, Biodiversidade e Cooperação com a UE e Fóruns Internacionais” (*Brazil and the Amazon Rainforest: Deforestation, Biodiversity and Cooperation with the EU and International Forums*) [5], os europeus identificam que seus próprios padrões de consumo são um dos fatores para o aumento do desmatamento e perda de diversidade em países como o Brasil.

A Comissão Europeia buscará incluir cláusulas ambientais mais complexas e robustas nos seus acordos para garantir que as importações feitas pelo bloco respeitem as cadeias globais de produção livre de desmatamento, na busca de proteger as florestas e a biodiversidade. A incapacidade do governo brasileiro em conter o desmatamento causa um choque de interesses entre os blocos, como visto pela preocupação expressada por duas das maiores cadeias de supermercados da Alemanha frente ao desmatamento no Brasil [6], a ameaça de boicote de supermercados britânicos [7] e o recente caso de frangos ligados ao desmatamento sendo vendido no Reino Unido [8].

A dificuldade com que se encontra a ratificação do acordo tem como base a falta de sintonia entre os interesses europeus e brasileiros no âmbito da preservação ambiental. A União Europeia se apresenta disposta a se aproximar de um desenvolvimento sustentável, como visto pela estratégia “*Farm to Fork*” [9], que foca em um sistema alimentar mais sustentável, visto a quantidade de emissões causadas pela produção de comida no mundo [10]. Esse posicionamento coloca em perigo o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, assim como o comércio entre os dois, como demonstrado pela forma como o governo francês tem se posicionado para diminuir sua dependência pela soja brasileira [11], buscando fontes alternativas de proteína e importações que não estejam relacionadas ao desmatamento.

Observa-se, portanto, que as dificuldades na ratificação do acordo Mercosul - UE [12] tiveram destaque no governo de Jair Bolsonaro, no decorrer do ano de 2020, e mais ainda se levarmos em conta as tentativas de anulação do processo [13] em trâmite entre os países membros do bloco europeu. Isto vem se dando por conta da ausência de dados atualizados sobre o desempenho ambiental do Mercosul, assim como impactos sociais e com relação aos direitos humanos. Por conta disso, dificulta-se a aprovação dos 27 países membros da UE, visto que a realidade brasileira não caminha junto com os objetivos pretendidos pelos países do bloco, como a França [14], que prometeu injetar 15 milhões de euros para adaptar sua economia às demandas ecológicas.

As críticas acerca do acordo chegaram a causar impacto na presidência da União Europeia, sendo que Angela Merkel que assumiu o cargo entre julho e dezembro de 2020 sofreu pressões contrárias [15] por parte de grupos ambientalistas e de direitos humanos a movimentos que viessem a beneficiar o andamento do acordo entre os blocos, visto que a chancelaria alemã já havia demonstrado que a aproximação com o

Mercosul seria um objetivo para a gestão [16]. Mesmo tomando um posicionamento a favor do acordo, a chanceler alemã demonstrou “sérias dúvidas” sobre a ratificação do acordo [17] após se encontrar com grupos e ativistas ambientalistas.

Uma carta aberta foi enviada ao vice-presidente Hamilton Mourão [18] no dia 15 de setembro, assinada por embaixadores de oito países europeus: Alemanha, Dinamarca, França, Itália, Holanda, Noruega, Reino Unido e Bélgica. Seu conteúdo diz sobre como os novos casos de desmatamento no Brasil dificultam parcerias e investimentos entre os países, visto a vontade europeia de participar de cadeias de suprimento não vinculadas ao desmatamento. Além disso, o Parlamento Europeu aprovou uma emenda advertindo contra a ratificação do acordo Mercosul-UE [19], alertando contra a atual política ambiental do governo. Como resposta, o vice-presidente realizou uma viagem em outubro com diversos diplomatas à Amazônia [20], no intuito de mudar a visão sobre o desmatamento no Brasil. Houve críticas quanto às rotas tomadas durante a viagem, pois foram excluídas áreas críticas, como a região de Apuí, no Amazonas, o Parna (Parque Nacional) e a Flona (Floresta Nacional) Jamanxim.

Em meio à pandemia do novo coronavírus e ao crescente desmatamento, que vem batendo recordes de crescimento a cada novo mês, tendo um aumento de 34% entre agosto de 2019 e julho de 2020 [21], o Presidente Bolsonaro afirmou durante a cúpula do Mercosul [22], ocorrida no mês de julho do seu segundo ano de mandato, que as visões apresentadas sobre o avanço dos incêndios e do desmatamento sobre o território brasileiro são “distorcidas”, e que continuaria a dialogar com diferentes interlocutores a fim da causa ambiental e dos povos indígenas. Pontuou também que o acordo Mercosul-UE deveria prosseguir. Porém, nota-se que o real objetivo do governo de Jair Bolsonaro se aproxima de uma parcela da elite do agronegócio e da exploração mineiro-extrativista, como demonstrado na relação com o EUA e o Japão, assim como o inusitado caso da tentativa de vender a causa ao ex-presidente norte americano Al Gore [23], ativista histórico contra as mudanças climáticas, no Fórum Econômico Mundial.

Sendo assim, é perceptível a alteração da PEB brasileira quanto ao meio ambiente, posto que a opinião pública internacional já tem clareza a respeito do descompromisso ambiental do Brasil de Bolsonaro e a degradação da imagem do país no exterior avança ao ritmo das queimadas. A política externa brasileira anterior ao governo Bolsonaro não se furtava a reconhecer e dialogar a respeito dos desafios ambientais globais e o país era tido como um parceiro na construção de soluções de desenvolvimento sustentável, ainda que com algumas contradições. Agora, transitamos de um país de um modelo inspirador para um modelo de decepção.

Seguindo a linha do negacionismo brasileiro sobre as dificuldades no enfrentamento aos crescentes incêndios e a altas taxas de desmatamento, a aproximação de Jair Bolsonaro com o presidente norte americano Donald Trump se apresentou também no discurso ocorrido na ONU na 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AG), assim como a oposição do discurso chinês frente a esse negacionismo, evidenciando assim a nova liderança climática chinesa. A adesão do Brasil ao antiglobalismo e aos discursos opostos ao multilateralismo, chegando a proferir falas contrárias até mesmo à ONU, mostram uma nova perspectiva na política externa brasileira, mais do que alinhada, submissa aos EUA de Trump.

O uso da palavra por Jair Bolsonaro na 75ª AG comprovou este alinhamento aos EUA, visto que caminha no sentido oposto à agenda de preservação ambiental e combate à mudança do clima. O presidente apresenta em seu discurso um país fictício ao mundo, como se a realidade doméstica não fosse conhecida no cenário internacional. Ao tratar sobre os dados divulgados acerca da questão ambiental no país, Bolsonaro ataca a imprensa, afirmando que a mesma tem como objetivo politizar a pandemia do novo coronavírus e realizar campanhas de desinformação sobre a realidade das queimadas e desmatamento na Amazônia e no Pantanal, afirmando que o objetivo de tais ações seria prejudicar a sua imagem. E mesmo dependendo de investimentos estrangeiros, o Presidente insiste em afirmar, sem evidências, que o objetivo das demais nações na Amazônia é econômico e não sua preservação.

Seguindo a linha do “grupo das nações negacionistas”, Donald Trump utilizou-se da palavra na 75ª AG para atacar a China e culpabilizá-la pelo que denominou “vírus chinês”. Com um discurso agressivo, como esperado por um então candidato à presidência, não tratou sobre cooperação internacional e medidas de enfrentamento à pandemia, mas focou na necessidade de culpabilizar a China, assim como a Organização Mundial da Saúde que, segundo suas palavras, seria comandada pela China. Trump finalizou desqualificando a agenda ambiental e afirmando no tom quase infantil que “a China não liga para o meio ambiente, só quer prejudicar os EUA”.

A China por sua vez, aproveitou a ocasião e buscou se fortalecer enquanto promotora do desenvolvimento sustentável e da Agenda 2030 da ONU, colocando-se como uma das principais nações defensoras da ordem liberal e multilateral do pós-II Guerra Mundial. Xi Jinping utilizou da pandemia para questionar o modelo de desenvolvimento atual, assim como exaltou a necessidade de repensar formas produtivas alternativas e menos agressivas ao meio ambiente. Isso inclui transformar a própria realidade chinesa de geração de energética, produção e consumo, uma vez que o país é, hoje, o maior emissor de gases de efeito estufa no planeta. Com isso, Xi Jinping apresentou um ambicioso compromisso de atingir índices de neutralidade de emissão de CO₂ até 2060.

Diferenças, portanto, marcantes entre os discursos brasileiro e chinês no que tange ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, algo preocupante se considerarmos que ambos os países são fortes parceiros comerciais. A China se destaca como a maior importadora de soja brasileira [24]. Frente a isto, a relação entre as duas nações se apresenta fortemente marcada pelo mercado mundial de *commodities* agrominerais.

O governo de Jair Bolsonaro, aliado de primeira hora do agronegócio, encontra-se pressionado pela dinâmica do mercado mundial de *commodities* agrícolas, que vem causando desequilíbrios na balança comercial brasileira e no abastecimento do mercado interno. Recentemente, o governo federal decidiu suspender a cobrança de impostos de importação do grão de soja, bem como do farelo e do óleo, até 15 de janeiro de 2021. A decisão também se aplica à importação do milho, cuja alíquota será zerada até 31 de março do próximo ano. Segundo a reportagem do *Brasil de Fato* [25], tal proposta surgiu do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Por sua vez, o Ministério da Economia propôs à Camex que zerasse o tributo cobrado das importações de milho como forma de conter a alta

de preços dos alimentos. O Brasil é o maior exportador de soja no mundo, com a soja em grãos, o farelo de soja e o milho, junto com o açúcar de cana em bruto e a carne bovina *in natura*, representando 55,4% de toda a exportação nacional mensal, conforme demonstrado pela reportagem da Agência Brasil [26]. Mesmo assim, o governo tem aumentado a importação dessa cultura, com uma quantidade de 528,2 mil toneladas de janeiro a setembro deste ano contra 144 mil toneladas em todo o ano de 2019, representando um aumento de 365%. A decisão de suspender a tarifa sobre importações se justificaria, segundo o governo, não apenas como estratégia para reduzir o preço no mercado interno, mas também como forma de garantir o abastecimento doméstico, particularmente para os produtores de proteína animal que utilizam a soja como ração.

De acordo com Glauber Silveira, em seu texto “Porque importamos ou deveríamos exportar?” [27], um dos motivos do Brasil necessitar importar produtos que produz está relacionado à falta de planejamento, investimentos e projetos voltados a satisfazer as necessidades do mercado interno. Soma-se a isso a falta de controle do governo sobre o preço da soja. De acordo com a reportagem do *Brasil de Fato*, hoje, cerca de 40% de toda soja produzida no mundo já está comprada de modo antecipado, ou seja, quase a metade de toda a produção de soja não é necessariamente uma pressão real de demanda. Ao financiar e, também, ao controlar os estoques de grande parte da produção, na verdade essas poucas empresas multinacionais acabam exercendo um enorme poder sobre os preços e sobre os produtores. A reportagem também observa que a política agrícola do atual governo não visa alimentar o mercado interno, tratando os produtos agrícolas como *commodities*, que não são destinados à alimentação da população interna.

Políticas sólidas de segurança e soberania alimentar deveriam ser características chave para o desenvolvimento social do Brasil segundo um modelo sustentável e inclusivo. Tanto é assim que as questões alimentar e ambiental já têm sido encaradas por diversos países como questões de segurança nacional. Atualmente, estes aspectos se encontram relegados à irrelevância pela política agrícola e ambiental do governo brasileiro, que vem promovendo espantoso aumento do uso de agrotóxicos nocivos e a expansão da fronteira pecuária no Pantanal e na Amazônia. A agricultura deixada sob o controle do livre mercado está penalizando o consumidor brasileiro, enquanto garante o atendimento às necessidades do próprio agronegócio e aos interesses do mercado externo.

CONTRADIÇÕES AMBIENTAIS DO MODELO EXTRATIVISTA-PRIMÁRIO-EXPORTADOR

O ano de 2020 trouxe à tona um cenário de grandes desafios para a humanidade em todos os sentidos, haja vista o cenário de crise sistêmica a que fomos acometidos. Neste sentido, a política externa brasileira também foi influenciada pela conjuntura internacional, produzindo efeitos internos e externos. Algumas questões foram centrais para a política externa brasileira no ano de 2020 e, dentre elas, o impacto da pandemia do coronavírus e sua relação econômico-ambiental estreita com o agro-

negócio; assim como também o impacto na imagem internacional brasileira resultante das queimadas históricas nas regiões do Pantanal e Amazônia.

O chamado agronegócio, setor da economia brasileira que inclui, além da agropecuária, toda a cadeia de insumos e processamento, costuma se posicionar de forma unitária frente a questões da política nacional. Em 2019, o agronegócio foi responsável por 21,4% do PIB brasileiro e espera-se que no ano de 2020 passe a ser responsável por 23,6% do PIB total [28], segundo levantamento feito pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), valor este que corresponde a toda a cadeia produtiva e não apenas especificamente à agricultura e à pecuária, que sozinhas representam algo em torno de apenas 6% do PIB.

Apesar da histórica presença que o agronegócio tem na política brasileira e de seu papel exportador, o governo de Jair Bolsonaro acumula polêmicas que contribuem para uma deterioração da imagem do Brasil no exterior. Na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, por exemplo, o ministro do meio ambiente Ricardo Salles defendeu o uso atual da pandemia para, em suas palavras, “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”, o que repercutiu negativamente tanto no Brasil quanto entre importantes parceiros comerciais, como a União Europeia.

São exatamente polêmicas como a da reunião ministerial já citada que têm incomodado boa parte do agronegócio brasileiro. Como mostra matéria recente do jornal *O Estado de S. Paulo* [29], atores importantes do agronegócio brasileiro encaram com bastante preocupação a gestão do ministro Salles e a falta de atuação do governo federal para com a agenda ambiental, que pode resultar em perda de mercado consumidor no exterior e prejuízos para o setor. O temor de prejuízo com imagem negativa do governo de Jair Bolsonaro no plano global expressou-se em um racha no agronegócio nacional.

As preocupações quanto à imagem negativa do agronegócio viram-se acentuadas com a ascensão da pandemia da Covid-19. Um dos problemas enfrentados em relação a isso foi a rápida propagação do vírus em ambientes como os frigoríficos exportadores. A proliferação de casos em frigoríficos brasileiros tem acontecido em grande intensidade, já que os locais de trabalho são fechados e com pouco distanciamento entre um trabalhador e outro. No Rio Grande do Sul, em julho de 2020, 20% dos infectados são trabalhadores de frigoríficos [30]. No estado, um dos grandes centros de exportação de carne, o número de casos de coronavírus [31] em frigoríficos subiu 40% em menos de um mês, segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), totalizando mais de 6 mil trabalhadores confirmados com a doença. Houve surtos não apenas no Rio Grande do Sul, mas também em Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso [32], entre outros. Nos três estados do sul, que concentram cerca de metade dos 500 mil trabalhadores de frigoríficos no Brasil (muitos deles imigrantes), eram 11.500 casos confirmados em 104 fábricas no mês de agosto [33]. O setor de carnes bovinas no Brasil corresponde a aproximadamente 26 bilhões de dólares [32], enquanto o de frango representa 8 bilhões de dólares. Os lobistas do setor têm rebatido as normas locais de segurança sanitária como o distanciamento social de 1,5 metros, alegando que isso poderia reduzir a produção dos frigoríficos em até 43% [34].

Finalmente, como se não bastasse tamanho desgoverno, em reflexo da ineficiência nas políticas públicas médicas e sanitárias de enfrentamento à pandemia, a China suspendeu a importação de frigoríficos brasileiros [35]. A economia chinesa é a maior compradora de carne suína, bovina e de frango oriundas do Brasil. Não foi divulgado o motivo pelo qual se deu a suspensão, porém entende-se que a decisão se deu no cenário sanitário em que o Brasil está entre os países com maiores números de casos do novo coronavírus, assim como o crescente número de frigoríficos com casos positivos entre seus funcionários.

Diante do aumento no número de mortes de indígenas da região amazônica, evidenciado pela desastrosa gestão do governo federal frente à pandemia, uma comunidade de yanomâmis e ye'kuanas da Terra Indígena Yanomami alertou para a existência de casos do novo coronavírus entre seus membros [36]. Essa contaminação teria ocorrido a partir da presença de garimpeiros na região. Ainda, no encontro anual sobre os direitos das crianças do Conselho de Direitos Humanos da ONU [37], o testemunho de um indígena de 15 anos do Mato Grosso do Sul chamou a atenção das delegações estrangeiras, ao apresentar a situação precária em que sua etnia se encontra, devastada pelo coronavírus e a omissão do Estado.

A ação deletéria do presidente Bolsonaro com relação à disseminação do novo coronavírus em territórios indígenas é observável através dos vetos por ele determinados sobre a obrigatoriedade do governo em fornecer água potável, higiene e leitos hospitalares a indígenas[38] na legislação que trata sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e disseminação do vírus. Isso ocorre em um cenário em que as populações indígenas têm uma taxa de letalidade pelo vírus de 9,6% [39], enquanto na população geral a taxa é de 4%, segundo o Ministério da Saúde. Frente a isso e atendendo a um pedido da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Estado tome providências contra a disseminação do COVID-19 entre os indígenas [39].

Para piorar um quadro já desfavorável, em 10 de agosto de 2019, ocorreu o que ficou conhecido como Dia do Fogo, quando produtores rurais da região Norte do país iniciaram um movimento conjunto, organizado via grupos de WhatsApp, para incendiar áreas da floresta Amazônica. Dados de satélite colhidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e compilados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará mostram que, a partir dessa data, houve um aumento significativo nas queimadas em áreas de floresta. Uma semana depois, dia 18 de agosto, o céu de São Paulo escureceu às 16hs, resultado da poluição e de partículas resultantes das queimadas. Esse fenômeno chamou a atenção do mundo todo.

Desde meados de agosto de 2020, os meios de comunicação brasileiros têm repercutido as queimadas que atingem as regiões do Pantanal e da Amazônia. Além de impactos físico-naturais, como a diminuição do fluxo de chuvas, do nível de água dos rios e redução drástica do habitat de diversas espécies, essas queimadas representam uma crise social, já que são causadas e acentuadas por incêndios criminosos. Um estudo do Instituto Centro de Vida (ICV) mostrou que os incêndios que destruíram 117 mil hectares no Pantanal de Mato Grosso começaram em cinco fazendas localizadas em Poconé, a 104 km de Cuiabá. O Instituto Centro de Vida (ICV) elaborou um relatório [40] em parceria com o Imaflora, o Stockholm Environment Institute, a Trase e mencionado pelo The Economist em uma matéria recente [41] mostrando que o estado do Mato Grosso, região chave para o agronegócio nacional,

registrou a perda de 1,4 milhão de hectares de floresta entre 2012 e 2017, sendo que 95% desse número foi caracterizado como desmatamento ilegal.

Ao todo, segundo o INPE, o desmatamento na Amazônia cresceu cerca de 9,5% de agosto de 2019 a julho de 2020 em comparação com o período anterior, de 2018 a 2019 [42]. No total, foram derrubados 11.088 km² de floresta nesse intervalo de tempo, apesar da presença do Exército na floresta, sob a Operação Verde Brasil 2, iniciativa do Ministério da Defesa. A situação dramática das queimadas no Pantanal pode ser compreendida por esse dado: somente neste ano as queimadas foram responsáveis pela perda de aproximadamente 30% da área do bioma [43], que se estende pelos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, segundo dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), divulgados em nota técnica emitida em 11 de novembro.

Uma das hipóteses que ajudam a compreender as causas dos incêndios é a revogação do Decreto de Zoneamento Agroecológico da cana de açúcar, feita pelo presidente Jair Bolsonaro em novembro de 2019 [44]. Com isso, abriram-se as possibilidades de plantio de cana em regiões que antes possuíam restrições para tal, como é o caso do Pantanal. O fogo serve para destruir a vegetação nativa e, uma vez a área sendo considerada degradada, é mais simples obter a aprovação para o plantio de pastagens que servirão à pecuária ou de cana de açúcar, por exemplo. No caso das queimadas na Amazônia, há também conexão com incêndios propositais, sobretudo em áreas já desmatadas e, por isso, vulneráveis. Carlos Nobre, cientista do Inpe, afirma que a grande maioria é área queimada pela expansão de grandes propriedades [45], ou seja, para garantir a expansão da agropecuária sobre áreas preservadas de vegetação nativa, áreas de conservação e inclusive sobre terras indígenas.

O agronegócio no Brasil pôde ser analisado a partir de duas perspectivas, portanto, neste ano que se passou. A primeira é de seu papel econômico para o país, e como as questões internacionais podem influenciar suas dinâmicas internas e vice-versa, como a retirada de investimentos, suspensão de importações e a própria imagem que os outros países têm em relação ao Brasil. A segunda perspectiva retrata os problemas ambientais e sociais associados a esta centralidade do agronegócio, simbolizados, sobretudo, pelas queimadas, desmatamento ilegal e o impacto nos meios de vida das populações mais vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No afã de abrir caminho para a parcela mais atrasada do agronegócio, bem como para o capital financeiro, que demanda terras nas frentes de expansão do agronegócio (veja-se o caso dos Fundos de Investimento na região de MATOPIBA), a política ambiental de Bolsonaro e Ricardo Salles contenta a muitos, mesmo diante perplexidade da opinião pública nacional e internacional. Por outro lado, diante do Pacto Verde Europeu que pretende fazer da Europa o primeiro continente climaticamente verde, ou diante do Green New Deal estadunidense, fica claro que o projeto econômico brasileiro caminha num enorme descompasso com relação a essas “tendências” atuais.

Neste contexto, a vitória de Joe Biden nas eleições dos Estados Unidos muda significativamente o cenário para a diplomacia ambiental brasileira e para as políticas domésticas de preservação ambiental a partir de 2021. A pressão internacional sobre o Brasil deverá ser bastante mais incisiva, inclusive em temas supostamente caros ao governo atual, como a entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Acordo Mercosul-UE. Uma primeira amostra do que pode ocorrer em termos de *soft power* e perda de influência do Brasil foi a vexatória e antes inimaginável exclusão do país da cúpula do clima envolvendo as 80 nações com metas climáticas mais ambiciosas, organizada em Londres, em dezembro de 2020 pela ONU como preparativo para a COP de Glasgow em 2021.

Assim, a derrota do padrinho Donald Trump pode ter contribuído para que o Brasil de Bolsonaro não ultrapasse o ponto de não-retorno na sua própria devastação ambiental. Se os EUA de Biden se (re)alinharem à UE e China como protagonistas no projeto de emergir da pandemia impulsionando a transição para uma economia de baixo carbono, o Brasil deverá ser cada vez mais constrangido a rever suas posições negacionistas sobre a devastação ambiental e a mudança do clima, com impactos positivos a serem auferidos nas relações políticas multilaterais e também nos graves conflitos ambientais domésticos atualmente candentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] ANGELO, M. **ANÁLISE - Brasil reduz orçamento de combate a mudanças climáticas enquanto desmatamento cresce**. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKB-N2392I0-OBRDN>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [2] DEUTSCHE WELLE. **Em meio a pandemia, deputados tentam votar “MP da grilagem”**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/em-meio-a-pandemia-deputados-tentam-votar-mp-da-grilagem/a-53396197>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [3] CORREIO BRAZILIENSE. **Chefes do Ibama que agiram contra garimpeiros são exonerados pelo governo**. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/30/interna-brasil,850174/chefes-do-ibama-que-agiram-contr-garimpeiros-sao-exonerados-pelo-gove.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [4] BRAGANÇA, D. **Salles ignora Lei da Mata Atlântica e flexibiliza proteção**. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/salles-ignora-lei-da-mata-atlantica-e-flexibiliza-protecao/#:~:text=Pela%20regra%20da%20lei%20da,sem%20autoriza%C3%A7%C3%A3o%20como%20%C3%A1rea%20consolidada>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [5] CORREIO BRAZILIENSE. **Chefes do Ibama que agiram contra garimpeiros são exonerados pelo governo**. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/30/interna-brasil,850174/chefes-do-ibama-que-agiram-contr-garimpeiros-sao-exonerados-pelo-gove.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

- [6] DEUTSCHE WELLE. **Supermercados alemães pedem que Berlim pressione Bolsonaro** | Notícias e análises sobre os fatos mais relevantes do Brasil | DW | 09.09.2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/supermercados-alem%C3%A3es-pedem-que-berlim-pressione-bolsonaro/a-54869442>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [7] DEUTSCHE WELLE. **Supermercados britânicos ameaçam boicotar Brasil por “MP da grilagem”**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/supermercados-brit%C3%A2nicos-amea%C3%A7am-boicotar-brasil-por-mp-da-grilagem/a-53514265>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [8] WELLE (WWW.DW.COM), D. **Frango vendido em redes britânicas é ligado a desmatamento no Brasil** | DW | 25.11.2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/frango-vendido-em-redes-brit%C3%A2nicas-%C3%A9-ligado-a-desmatamento-no-brasil/a-55730288>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [9] BINNS, J. **Farm to Fork Strategy – for a fair, healthy and environmentally-friendly food system**. Text. Disponível em: <https://ec.europa.eu/food/farm2fork_en>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [10] THE GUARDIAN. **Global food production emissions “would put Paris agreement out of reach”**. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/environment/2020/nov/05/global-food-production-emissions-would-put-paris-agreement-out-of-reach>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [11] CHADE, J. **França adota plano para reduzir dependência em relação à soja brasileira**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/12/01/franca-adota-plano-para-reduzir-dependencia-em-relacao-a-soja-brasileira.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [12] LAGOSTA et al. **Comitê do Parlamento Europeu recomenda reabertura do Acordo UE-Mercosul para ampliar proteção ambiental**. Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil, 11 jun. 2020. Disponível em: <<http://oheb.org/2020/06/11/comite-do-parlamento-europeu-recomenda-reabertura-do-acordo-ue-mercosul-para-ampliar-protECAo-ambiental/>>. Acesso em: 03 dez. 2020
- [13] CHADE, J. **Entidades europeias abrem processo para suspender acordo com Mercosul**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/27/entidades-europeias-abrem-processo-para-suspender-acordo-com-mercosul.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [14] O GLOBO. **Macron se volta para a causa ambiental no dia seguinte à “onda verde” nas eleições municipais** - Jornal O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/macron-se-volta-para-causa-ambiental-no-dia-seguinte-onda-verde-nas-eleicoes-municipais-24504936>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [15] CHADE, J. **Na presidência da UE, Merkel é pressionada a frear acordo com Mercosul**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/01/na-presidencia-da-ue-merkel-e-pressionada-a-frear-acordo-com-mercosul.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2020.
- [16] STAM, C. **Free trade and Mercosur on the agenda for the German EU Presidency, 2020**. Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/economy-jobs/news/free-trade-and-mercosur-on-the-agenda-for-the-german-eu-presidency/>>. Acesso em: 03 dez. 2020

- [17] DEUTSCHE WELLE. **Merkel diz ter “sérias dúvidas” sobre acordo UE-Mercosul.** Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/merkel-diz-ter-s%C3%A9rias-d%C3%BAvidas-sobre-acordo-ue-mercosul/a-54648717>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [18] FOLHA DE SÃO PAULO. **Em carta a Mourão, 8 países europeus dizem que desmate em alta dificultou negócios – Ambienta.** Disponível em: <<https://ambiencia.blogfolha.uol.com.br/2020/09/15/em-carta-a-mourao-8-paises-europeus-dizem-que-desmate-em-alta-dificultou-negocios/>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [19] DEUTSCHE WELLE. **Parlamento Europeu alerta contra acordo UE-Mercosul.** Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/parlamento-europeu-alerta-contra-acordo-ue-mercosul/a-55190576>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [20] FOLHA DE SÃO PAULO. **“Caldo entornou”, diz Mourão sobre aumento do desmatamento na Amazônia - 05/11/2020 - Ambiente - Folha.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/11/caldo-entornou-diz-mourao-sobre-aumento-do-desmatamento-na-amazonia.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [21] MAZIEIRO, G.; TEMÓTEO, A. **Governo Bolsonaro prevê corte de R\$ 184,4 mi do Meio Ambiente para 2021.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/08/31/governo-bolsonaro-corta-r-1844-mi-do-meio-ambiente-para-2021.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [22] ANDRADE, H. **Bolsonaro critica ‘opiniões distorcidas sobre Brasil’ na Cúpula do Mercosul.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/02/bolsonaro-critica-opinioes-distorcidas-sobre-brasil-na-cupula-do-mercosul.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 03 dez. 2020.
- [23] SAKAMOTO, L. **Bolsonaro repetiu a “oferta” para que os EUA explorassem a Amazônia.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/08/25/bolsonaro-insistiu-no-convite-para-que-os-eua-venham-explorar-a-amazonia.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [24] EXAME. **Exportação recorde: China compra do Brasil maior nível de soja em 2 anos.** Disponível em: <<https://exame.com/economia/exportacao-recorde-china-compra-do-brasil-maior-nivel-de-soja-em-2-anos/>>. Acesso em: 3 dez. 2020.
- [25] NEVES DIAS, P. **Mesmo sendo maior produtor do mundo, Brasil suspende imposto para importação de soja.** Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/21/mesmo-sendo-maior-produtor-do-mundo-brasil-suspende-imposto-para-importacao-de-soja>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [26] RODRIGUES, A. **Governo zera imposto de importação da soja e do milho.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-10/governo-zera-imposto-de-importacao-da-soja-e-do-milho>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [27] SILVEIRA, G. **Por que importamos o deveríamos exportar?** Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/139064-por-que-importamos-o-deveriamos-exportar-por-glauber-silveira.html#.X8hfidhKiU>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

- [28] SCARAMUZZO, M.; TOMAZELA, J. M. **Com receita recorde, agronegócio vai aumentar participação no PIB do País**. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/06/01/com-receita-recorde-agronegocio-vai-aumentar-participacao-no-pib-do-pais.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [29] SCARAMUZZO, M. **Temor de prejuízos com imagem negativa do governo no exterior racha agronegócio**. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/06/21/temor-de-prejuizos-com-imagem-negativa-do-governo-no-externo-racha-agronegocio.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [30] BRASIL DE FATO. **Entidades do RS se unem pela vida na cadeia produtiva de Variedades**. Disponível em: <<https://www.brasildefatores.com.br/2020/07/06/entidades-do-rs-se-unem-pela-vida-na-cadeia-produtiva-de-frigorificos-e-pescados>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [31] G1 RS. **Casos de coronavírus em frigoríficos do RS sobem 40% em menos de 1 mês, diz MPT**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/07/13/mpt-confirma-62-mil-casos-de-coronavirus-em-frigorificos-do-rs.ghtml>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [32] THE GUARDIAN. **‘There’s a direct relationship’: Brazil meat plants linked to spread of Covid-19**. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/environment/2020/jul/15/brazil-meat-plants-linked-to-spread-of-covid-19>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [33] VERAS MOTA. **Covid-19 se alastra em frigoríficos e põe brasileiros e imigrantes em risco**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/07/22/covid-19-se-alastra-em-frigorificos-e-poe-brasileiros-e-imigrantes.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [34] MANO, A. **Brazil meat lobby resists rules to space out food plant workers amid pandemic**. Reuters, 10 jul. 2020.
- [35] MANO, A.; SPRING, J. **China suspende importação de mais dois frigoríficos do Brasil em meio a receio sobre Covid-19 - 05/07/2020 - UOL Economia**. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/07/05/china-suspende-importacao-de-mais-dois-frigorificos-do-brasil-em-meio-a-receio-sobre-covid-19.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [36] VALENTE, R. **Indígenas alertam possível foco de covid-19 nos Yanomami gerado por garimpo**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/06/28/coronavirus-indigenas-yekwana.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [37] MANIERO, V. **Indígena de 15 anos denuncia Bolsonaro em conferência da ONU: Covid-19 devastou aldeia**. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/indigena-de-15-anos-denuncia-bolsonaro-em-conferencia-da-onu-covid-19-devastou-aldeia-24509965>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [38] CARVALHO, D. **Bolsonaro veta obrigação de governo fornecer água potável, higiene e leitos hospitalares a indígenas**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/bolsonaro-veta-obrigacao-de-governo-fornecer-agua-potavel-higiene-e-leitos-hospitalares-a-indigenas.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

- [39] MORI, L. **Entenda a determinação do STF de que governo aja contra covid-19 entre indígenas e evite “extermínio de etnias”**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53314156>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [40] CLIMAINFO. **Relatório identifica traders envolvidas com o desmatamento do Mato Grosso - ClimaInfo**. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2020/06/15/relatorio-identifica-traders-e-bancos-envolvidos-no-desmatamento-do-mato-grosso/>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [41] THE ECONOMIST. **A study names firms that buy products from areas with deforestation. The Economist**, 11 jun. 2020.
- [42] FOLHA DE SÃO PAULO. **O desmatamento na Amazônia volta a bater recorde e cresce 9,5% de 2019 a 2020 - 30/11/2020 - Ambiente - Folha**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/11/desmatamento-na-amazonia-volta-a-bater-recorde-e-cresce-9.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [43] LIBONATI, R. et al. **Nota técnica LASA - Área queimada Pantanal: situação até 09 de novembro 2020, 2020**.
- [44] NOVACANA. **Bolsonaro assina decreto que revoga zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar**. Disponível em: <<https://www.novacana.com/n/cana/meio-ambiente/bolsonaro-assina-decreto-simplifica-zoneamento-cana-de-acucar-061119>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- [45] BARIFOUSE, R. **Amazônia: agricultores causam maioria das queimadas, e não índios e caboclos, diz cientista Carlos Nobre**. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54259838>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

Forças Armadas, política doméstica e política de defesa no segundo ano do governo Bolsonaro

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ANO DE 2020

Flávio Rocha de Oliveira¹
Tarcizio Rodrigo de S. Melo
Juana Lorne²

A participação dos militares das três forças armadas no governo Bolsonaro pode ser analisada ao longo de duas dimensões interligadas: a política doméstica e a política de defesa. No primeiro caso, é necessário que se leve em consideração as necessidades de administrar o país e as várias instituições do governo, como ministérios e empresas estatais. Também entram nessa conta o relacionamento do poder executivo com o congresso. A operação cotidiana exige um trabalho político constante, que deveria, idealmente falando, começar pela ação do próprio presidente e ser complementada pelos ministros das pastas mais importantes. Obviamente que isso foi demasiado difícil, seja porque o chefe do executivo não tinha as habilidades necessárias para liderar tal processo, seja porque escolheu auxiliares próximos que também eram deficitários nesse tipo de atividade. Os militares foram uma tentativa de solução e parte do problema das relações políticas do governo com o congresso.

No segundo caso, há que se levar em consideração o papel institucional dos militares de prover a defesa do estado brasileiro contra ameaças externas. Dentro desse papel, as Forças Armadas desenvolveram uma visão específica do entorno sul-americano e daquilo que consideram como possíveis amea-

1. Professor do Bacharelado em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFABC. Coordenador do grupo de segurança e defesa do OPEB.

2. Alunos de Graduação da UFABC.

ças ao Brasil. Eles apresentaram uma visão conjuntural do sistema internacional contemporâneo e, em especial, relativa ao atual estágio de competição entre as grandes potências e seus reflexos na América do Sul, e uma visão estrutural, historicamente importante para eles, da região norte e do espaço amazônico.

Na interligação entre as duas dimensões, os militares procuraram garantir seus interesses pecuniários e suas necessidades profissionais em matéria de defesa. De um ponto de vista mais corporativo, eles procuraram garantir seus ganhos em termos salariais e trataram de articular politicamente, e isso desde o primeiro ano do governo Bolsonaro, para que não fossem atingidos pela reforma da previdência. No caso dos salários, chamou a atenção, também, a voracidade com que um grupo de oficiais superiores da ativa e da reserva avançaram sobre cargos de confiança em ministérios e empresas estatais. Os que estão na ativa no ano de 2020 aproveitam-se de dispositivos legais do Estado brasileiro para incorporar parte dos ganhos da participação na administração direta do governo nas futuras aposentadorias. A percepção é que o patriotismo e o nacionalismo de certos oficiais não puderam ser separados de interesses econômicos mais egoístas.

Em relação ao setor de defesa propriamente dito, as Forças Armadas trataram de garantir mais dinheiro para a continuidade de seus projetos, como é o caso do reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB) com a compra dos caças Gripen, e da Marinha do Brasil (MB) com a incorporação dos novos submarinos de projeto francês à frota. Nesse processo, o ministério da Defesa já explicitou que o objetivo pretendido é alcançar o quinhão de 2% do orçamento da união aplicados diretamente no setor militar, mesmo que isso implique reduzir os percentuais dirigidos a ministérios civis igualmente importantes. Também no setor da defesa, fica evidente que o setor castrense brasileiro procurou se aproximar de sua contraparte estadunidense, tentando abrir vias de cooperação e chegando a ter integrantes seus no *US Southern Command*, o que pode ser interpretado como um interesse específico de política externa dos militares.

Para defender e aprofundar seus interesses, as Forças Armadas se beneficiaram de ocupação de postos no governo Bolsonaro, aproveitando-se das fragilidades políticas do presidente e de sua *singular* visão de mundo (que poderia ser interpretada, também, como *distorcida* e *distanciada* da realidade mais ampla do Brasil e das relações internacionais contemporâneas). Com as dificuldades que foram sendo criadas pelo próprio presidente e pelo seu círculo mais próximo, foi ficando relativamente fácil para os militares do exército, da marinha e da aeronáutica a ocupação de espaços. Afinal, eles foram se tornando um grupo profissional que poderia ocupar postos-chave de confiança na estrutura da república, diminuindo as necessidades de Jair Bolsonaro de negociar politicamente com forças organizadas dentro e fora do congresso.

Porém, nada vem sem custos. A economia brasileira não estava em boa situação, e isso desde o *impeachment* de 2016, pelo menos. Em 2020, para complicar ainda mais, o mundo assistiu à eclosão da epidemia da Covid 19. Praticamente todas as grandes economias do globo foram afetadas e, entre elas, o Brasil. Isso criou uma pressão extra sobre um presidente que tem pouquíssima capacidade de liderança política. O coronavírus atingiu fortemente a economia do principal *aliado externo do governo*, os Estados Unidos, o que ajudou na derrota eleitoral de Donald Trump, o principal *aliado externo do presidente Bolsonaro*. As críticas contra o governo começaram a se avolumar na sociedade e isso atingiu os militares,

uma vez que eles estão intimamente ligados ao presidente. Uma saraivada de críticas pontuais, gerais e mesmo pessoais contra as Forças Armadas e seus membros teve um crescimento expressivo nos principais veículos de comunicação do país, além, é claro, da chamada imprensa alternativa.

Tome-se como exemplo o desgaste do governo Bolsonaro, que transbordou para os militares o tratamento que foi dado à pandemia ao longo de 2020. O presidente simplesmente ignorou os melhores conselhos científicos possíveis e demitiu um ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, viu outro, Nelson Teich, pedir demissão no início da crise sanitária. Em maio, indicou o General Eduardo Pazuello para a pasta. Pazuello, um general da ativa do exército, não é médico ou cientista, mas um especialista em logística militar. Desde então, o tratamento da pandemia foi um fiasco, com o país não seguindo recomendações da OMS, não apresentando um plano nacional e articulado de combate à disseminação do vírus e não tomando providências no sentido de garantir acesso antecipado às diversas vacinas que começaram a ser pesquisadas em diferentes países. O triste resultado é a enorme perda de vidas em decorrência da doença, que soma, no início de dezembro desse mesmo ano, algo em torno de 180.000 mortos oficialmente reconhecidos.

Para piorar, o presidente da república tomou atitudes de antagonismo com o principal parceiro comercial do país, a China, que é justamente um dos países que avançou de modo rápido na pesquisa e implementação de uma vacina contra o coronavírus. E isso na contramão dos interesses de dois grupos importantes que lhe dão apoio e que têm pautas em comum: o agronegócio, que depende das exportações para a China, e os próprios militares, que na figura do vice-presidente, o General da reserva Hamilton Mourão, tentou minimizar as várias declarações desastrosas do presidente, de seus filhos e de alguns de seus ministros em 2020.

Ainda em âmbito doméstico, também ficou clara a vocação autoritária do presidente da república e de seus apoiadores, com os exemplos mais evidentes sendo os ataques ao STF.

Alguns pontos que ajudam a ter uma visão, em conjunto, da participação dos militares no governo Bolsonaro podem ser exemplificados em alguns eventos que tiveram lugar ao longo de 2020. Vale lembrar que esse é o segundo ano do mandato presidencial.

POLÍTICA DOMÉSTICA

Em 2020, a participação militar no governo foi ampliada. O que chama a atenção é o fato de que a crise causada pela pandemia do coronavírus levou a um aumento dessa presença em órgãos estratégicos, ao mesmo tempo em que começou a se cristalizar na grande imprensa a percepção de que o estamento militar estaria abraçando pautas bolsonaristas, ainda que oficiais da ativa tenham insistido que as Forças Armadas serviam ao Estado e não ao governo de plantão.

Em maio, o Globo apontava que os militares tiveram um aumento na ocupação de postos estratégicos, com destaque para o Ministério da Saúde com a “efetivação” do General Pazuello, um oficial oriundo da área de logística e sem nenhuma experiência no setor de saúde e ex-comandante da

Operação Acolhida. Isso abriu espaço para que os protocolos em torno do uso da cloroquina, tão caros ao presidente Bolsonaro, e que sofriam resistência dos dois ministros anteriores, Henrique Mandetta e Nelson Teich, fossem alterados de acordo com os desejos do chefe do Executivo. A articulação política passou de Onyx Lorenzoni para o general Luiz Eduardo Ramos, Secretário de Governo. Outro general, Braga Neto (que foi interventor na segurança pública do Rio de Janeiro durante o governo Temer), foi escolhido para chefiar a Casa Civil.

O site Poder 360, em matéria publicada em junho de 2020, informou que 2.930 militares das três forças foram cedidos para o executivo (92,6%), Judiciário (7,2%) e Legislativo (0,03%). O site também relatou que o pessoal militar tinha a expectativa de permanecer pelo menos dois anos no cargo para incorporar 60% do salário do DAS, o que faz parte da regra da aposentadoria que rege as FFAA e que foi graciosamente aprovada na reforma previdenciária de 2019.

Paralelamente a esse aumento da participação no governo, a percepção do desgaste da imagem das Forças Armadas brasileiras entrou na ordem do dia na cobertura da imprensa e nos debates políticos e acadêmicos mais amplos. Junto com ela, aumentou o questionamento sobre o papel dos militares num contexto minimamente democrático.

Em 17 de junho, a revista *Época* publicava matéria informando que o ministério da Saúde ameaçava usar a famigerada Lei de Segurança Nacional contra servidores que fornecessem informações que envolvessem o gabinete do atual titular da pasta, o General Pazuello. Para entender o contexto contemporâneo do “ressurgimento” da Lei de Segurança Nacional, Felipe Bachtold publicou um artigo em que fez um histórico de seu surgimento e a problematizou como um legado do período autoritário inaugurado em 1964. Ele chamou a atenção para o fato de que Bolsonaro defendeu seu uso contra inimigos políticos. Ao mesmo tempo, ela terminou sendo usada contra apoiadores do presidente ao longo de 2020.

O artigo prosseguiu criticando o corporativismo da força na questão dos aumentos salariais e o fato de que os fardados formam, praticamente, a única categoria que escapou de uma redução de ganhos ao se aposentar. E ainda enfatizou uma situação incômoda para todos os observadores civis da cena brasileira atual: os militares estariam em tantos e tão variados postos na administração direta do Estado porque se atribuíram a missão de ocupar o governo.

Em julho, o ministro do STF, Gilmar Mendes, fez duras críticas ao papel do Exército à frente do ministério da Saúde. Segundo ele, os militares da força estariam se associando a um genocídio durante pandemia do novo coronavírus. Na mesma matéria em que repercutia a declaração de Mendes, a Folha de São Paulo mencionava que o primeiro ministro da Saúde do Governo Bolsonaro, Henrique Mandetta, criticava a “ocupação” militar da pasta.

Antes da polêmica, o ministro Gilmar Mendes visitara o comandante do Exército, Edson Leal Pujol. A pretexto de presentear o comandante com um livro de sua autoria, o ministro, segundo reportagem do *Valor Econômico*, buscou explicar as decisões da corte a Pujol e, também, garantir que o Supremo Tribunal Federal (STF) não age contra o executivo. O *DefesaNet*, portal de caráter conserva-

dor, encarou o fato como uma tentativa de constranger o general. Para o site, haveria algum tipo de coordenação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o objetivo de dar um golpe de Estado.

A linha editorial do portal classificou essas ações como “Coup d’FHC”. Apesar de ser mais uma teoria conspiratória, não se pode perder de vista que o DefesaNet tem um público fiel ideologicamente alinhado com as pautas da direita e da extrema-direita, e que esse tipo de mensagem pode estar se difundido rapidamente entre militares e grupos pró-Bolsonaro.

Na sua edição de número 167, de agosto, a revista Piauí apresenta uma matéria de Mônica Gugliano sobre o confronto entre o presidente Bolsonaro e o STF em que o presidente decidiu dar um golpe destituindo os ministros do Supremo. Segundo o texto, o mandatário tomou a decisão no dia 22 de maio, quando o ministro Celso de Mello, em um procedimento de rotina decorrente de uma notícia-crime apresentada por três partidos, consultou a Procuradoria Geral da República (PGR) para saber se deveria ordenar a apreensão dos celulares do presidente e de seu filho Carlos.

Bolsonaro, então, se reuniu com o ministro-chefe da Casa Civil, general Walter Braga Netto, o ministro-chefe da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno e anunciou “Vou intervir!”, referindo-se ao Supremo. Seu plano era enviar tropas militares, destituir os ministros e indicar outros “até que aquilo esteja em ordem”, segundo as palavras do presidente.

A reunião emendou com outra em seguida, da qual participaram os ministros André Mendonça (Justiça) e Fernando Azevedo (Defesa), além de José Levi, titular da Advocacia-Geral da União. O assunto girou em torno de como intervir de maneira lícita – ou ao menos com essa aparência – principalmente com base no artigo 142 da Constituição. Segundo a jornalista, apenas Heleno desaconselhou o movimento e acabou convencendo o presidente a publicar uma nota redigida e assinada pelo general. Essa nota causou comoção por seu tom de ameaça ao Poder Judiciário. Na mesma edição da revista Piauí, o general da reserva Francisco Mamede de Brito Filho escreve sobre “a síndrome salvacionista [das Forças Armadas], tão presente ao longo da história da instituição militar”, e que “parece estar apresentando sintomas de recidiva”. Ele criticou a anuência do ministério da Defesa, ao permitir que militares da ativa assumam cargos políticos sem migrar para a reserva, e defendeu que a mesma postura exigida do ex-juiz Sérgio Moro (que abriu mão da magistratura para assumir o ministério da Justiça de Bolsonaro) deveria se aplicar aos militares como Pazuello (Saúde) e demais comandantes. O autor também argumentou que a atual geração de chefes militares da ativa, da qual ele mesmo também faz parte, não seria favorável à distorção do papel das Forças Armadas.

Em 8 de outubro, o vice-presidente, Hamilton Mourão, deu uma entrevista para a DW alemã. Nela, o general da reserva afirmou que o falecido coronel Brilhante Ustra respeitava os direitos humanos. Entre as afirmações que chamaram a atenção, está aquela em que ele defendeu a ideia de que Carlos Alberto Brilhante Ustra, oficial do Exército e conhecido torturador durante o regime autoritário civil-militar que funcionou no país entre 1964 e 1985, “era um homem de honra que respeitava os di-

reitos humanos de seus subordinados”. A afirmação provocou reações contrárias em vítimas das torturas levadas a cabo por Ustra, como o vereador paulistano Gilberto Natalini e o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, por seu turno, publicou uma carta de repúdio a essas declarações.

Contrariando o bom senso e as estatísticas oficiais, o vice também elogiou a atuação do governo Bolsonaro em relação ao Coronavírus, apesar do número de óbitos já ter superado a marca dos 150 mil mortos por ocasião da data da entrevista.

Em 24 de outubro de 2020, o *Estado de S. Paulo* trouxe uma matéria que chamou a atenção para a opinião dos militares sobre a aliança entre o presidente Bolsonaro e o chamado Centrão. Segundo o jornal, as Forças Armadas não contestaram, oficialmente ou pelas redes sociais de seus membros mais destacados – e isso valeria para os generais da reserva -, a aproximação do presidente com o tão criticado Centrão, ala do congresso rotulada como fisiológica.

Ao mesmo tempo, a matéria também informava que a presença do elemento fardado não resultou na tutela do comportamento presidencial. Ocorreu o contrário, e Bolsonaro não perdia a oportunidade de constranger os generais e mostrar, através de atitudes públicas e espalhafatosas, que ele não poderia ser controlado. Um dos exemplos foi o tratamento dado ao General Pazuello, enquanto ministro da Saúde. O presidente desautorizou publicamente o anúncio de que a pasta da Saúde iria comprar a Coronavac, a vacina chinesa que será fabricada em conjunto com o Instituto Butantan, ligado ao governo de São Paulo. O chefe do executivo tem um confronto público com o governador de São Paulo, João Dória, o maior beneficiário político do anúncio dessa vacina. Nessa matéria estava implícito um duplo desgaste sofrido pelas FFAA, e em especial o exército: o silêncio em relação aos acordos com o fisiológico Centrão (de fato, o General Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, estava na linha de frente das articulações para trazer esse grupo para a base do governo); e a humilhação pública de um General da ativa, o ministro Pazuello, pelo próprio presidente da república.

Pouco antes, em 10 de outubro, a *Folha de São Paulo* publicou uma matéria, na qual afirmava que multinacionais de armas estariam contratando militares brasileiros para atuar em lobby no setor de defesa. Nessa empreitada, estariam envolvidos oficiais como o General reformado Paulo Chagas, que, junto com outros oficiais da reserva, estaria realizando reuniões com membros do governo Bolsonaro. Chagas atuaria como consultor da corporação italiana *Leonardo International*, uma das dez maiores fornecedoras de armas e sistemas militares do mundo segundo um estudo do SIPRI .

Chagas é um conhecido general conservador, habitual utilizador da rede social *Twitter* e que foi, em 2018, candidato derrotado do bolsonarismo pelo PRP ao governo do DF. Em seus posts nessa rede social, são comuns ataques ao STF e a partidos de esquerda.

Na matéria, também é informado que outras empresas, como a israelense ISDS e a produtora de mísseis europeia MBDA, têm se utilizado dos préstimos de militares da reserva com amplo trânsito no governo – e conhecimento do funcionamento dos mecanismos de compras das forças armadas – para marcar posição, com a perspectiva de abocanhar possíveis aumentos de compras de armamentos

que deverão ocorrer caso o orçamento das FFAA seja aumentado para 2% do PIB brasileiro. As reuniões estariam sendo feitas com integrantes do alto-comando e do ministério da Defesa.

Nos Estados Unidos, é comum a prática do uso de ex-membros do governo, tanto civis como militares, em *lobbies* montados pelo complexo industrial-militar. Estão inseridos dentro do que uma literatura acadêmica estadunidense chama de *revolving-doors*. É relativamente normal que comissões parlamentares de inquérito sejam feitas periodicamente em Washington para analisar desperdício de dinheiro público nesses processos, e sempre há o questionamento, por parte da imprensa norte-americana e de especialistas civis, da lisura desses procedimentos e de sua real efetividade para as forças armadas e para os cidadãos desse país. Há evidências de que esses consultores são excelentes para as corporações que os contratam, mas que terminam encarecendo os custos de aquisição de equipamentos militares mesmo em atuações que não ferem a lei norte-americana. Nos próximos anos, muito provavelmente, veremos o mesmo tipo de questionamento surgindo entre estudiosos e jornalistas brasileiros, e o governo Bolsonaro poderá ser visto como o divisor de águas no início e aprofundamento processos pouco transparentes na relação orçamento público/defesa/forças armadas.

POLÍTICA DE DEFESA

A cooperação dos militares brasileiros com os Estados Unidos no setor de defesa não é uma novidade. Em 2018, durante o governo Temer, o então secretário de defesa estadunidense, James Mattis, esteve em visita ao Brasil e discutiu possibilidades de cooperação militar. Esse acordo começou a ser negociado em 2017, um ano depois do *impeachment* de 2016.

Em março de 2020, o Brasil e os EUA firmaram um acordo militar. Ele foi assinado pelo chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), o brigadeiro Raul Botelho, e pelo almirante Craig Faller, comandante do *US Southern Command*, sob os olhares entusiasmados do presidente Bolsonaro. Em tese, o documento facilita juridicamente as pesquisas e cooperação em tecnologias militares emergentes e padroniza os produtos de defesa brasileiros com as especificações norte-americanas e da OTAN. O acordo prevê a negociação da adesão brasileira ao *RDTE&E Fund* em alguns projetos, que contam com financiamento estadunidense. Porém, ressalte-se que o financiamento é dirigido para empresas americanas, mas que podem subcontratar empresas de países que já assinaram esse tipo de acordo – no caso desse acordo especificamente, poderiam subcontratar empresas brasileiras.

Essa cooperação se insere na aproximação com Washington, que é tão sofregamente buscada pelo governo Bolsonaro. Aos militares, em princípio, interessam o intercâmbio de tecnologias, doutrinas, treinamentos e procedimentos. Esses contatos têm aumentado substancialmente. Um oficial do exército, o general Alcides Valeriano Jr, foi indicado como membro do *US Southern Command*. Nesse sentido, reforça-se o alinhamento do governo brasileiro ao governo norte-americano, mas agora compreendendo o setor de defesa. Obviamente, o acordo é sujeito a críticas. Uma delas foi publicada por Marcelo Zero e defende a ideia de que não há nada de novo no tratado e que esse termina colocando o Brasil a reboque dos interesses estratégicos dos Estados Unidos.

Há lógica nas críticas ao modo como a cooperação foi organizada, especialmente se consideradas as questões geopolíticas que cercam a assinatura do acordo comercial em torno da Base de Alcântara: o Brasil está tomando o partido dos EUA na disputa global que travam contra a China. Isso já pode ser verificado nas discussões em torno da adoção da tecnologia 5G, que tem um componente econômico acoplado a um componente geopolítico.

Em 04 de agosto de 2020, uma violenta explosão sacudiu a cidade de Beirute, capital do Líbano, com repercussões na política externa brasileira. O Brasil tinha o comando da Força Marítima que operava sob bandeira da ONU na costa do país, a UNIFIL, e que foi estabelecida com o fim da Guerra Civil Libanesa, em 2006. Segundo o jornal O Globo, a fragata brasileira Independência, que costumava atracar no porto, estava em alto mar no momento da explosão. Bolsonaro determinou o envio de uma missão diplomática e de ajuda humanitária para a cidade, chefiada pelo ex-presidente Michel Temer, de ascendência libanesa. Duas aeronaves da FAB foram destacadas para a missão, entre elas o cargueiro KC-390 Millennium. O mais novo avião da Embraer realizou sua primeira missão internacional, no que foi visto como uma boa propaganda para o jato e com potencial de despertar interesses de aquisição em potenciais compradores. Em dezembro desse mesmo ano, a fragata foi desincorporada da força marítima e o Brasil retirou-se de seu comando, o que é atribuído a questões orçamentárias, mas também há uma especulação sobre interesses do governo Bolsonaro em atender a pedidos israelenses para que o país esteja fora dessa missão da ONU.

Provavelmente, documentos e estudos oportunos esclarecerão melhor essa situação, uma vez que a missão era positivamente avaliada tanto pelo Itamaraty como pela Marinha do Brasil.

Em 13 de agosto, o U.S. Southern Command publicou, em seu site, a informação de que havia coordenado uma reunião entre a *US Space Force* e “seus equivalentes (!)” brasileiros. Tal informação tem duas particularidades: primeiro, porque não há, até onde sabemos, um equivalente brasileiro da Space Force norte-americana e essa informação não apareceu no portal da FAB ou do ministério da Defesa. A informação ganhou pouco destaque na imprensa brasileira. Mesmo assim, na Folha de S. Paulo, na coluna Mensageiro Sideral, Salvador Nogueira escreveu que deputados brasileiros deveriam começar a se perguntar sobre as crescentes e expansivas conversas entre militares brasileiros e estadunidenses no tocante a atividades espaciais. Não houve uma publicização do teor dessas conversas. Pior: uma parcela ínfima do público brasileiro soube disso por informações postadas pelo site do próprio US South Command.

Ainda em agosto, o governo Bolsonaro apresentou as novas versões da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END). Elas provocaram apreensão por conta de algumas de suas partes. Segundo informou o jornal O Estado de S. Paulo, que teve acesso inicial ao documento antes que ele fosse enviado para o Congresso Nacional, a América do Sul não era mais considerada uma área livre de conflitos. Conforme a apuração da reportagem, para os militares que redigiram o documento, o principal foco de tensão era a Venezuela.

Para uma melhor compreensão do documento de 2020, é interessante compará-lo com suas versões anteriores, especialmente as de 2012 e 2016, levando-se em consideração os respectivos contextos da política doméstica e da política internacional.

Do ponto de vista doméstico, o primeiro documento foi feito em 2012, durante o primeiro governo Dilma. Em sua leitura, observa-se que o texto dá atenção forte a questões conceituais. Termos como segurança e defesa são bem explicados para, em seguida, serem aplicados no tratamento de prioridades do Estado brasileiro naquele momento, como a proteção das riquezas naturais, da biodiversidade e dos recursos energéticos do pré-Sal. Também chama a atenção o fato de que a PND desse ano insiste, fortemente, na questão da subordinação do poder militar ao poder civil.

Na política internacional, a competição entre EUA e China já estava na agenda, mas ainda era “manejável”, e as duas grandes potências não utilizavam de nenhuma retórica mais agressiva. Não obstante, os EUA já estavam reposicionando o seu dispositivo militar e sua atenção geopolítica para a região do Oceano Pacífico e Beijing intensificava suas reivindicações no Mar do Sul da China.

O documento da Política Nacional de Defesa (PND) de 2012, ao analisar o ambiente internacional da época, começa reconhecendo que o contexto geopolítico havia se tornado mais complexo do que o da Guerra Fria e chamava a atenção para a possibilidade de intensificação, no século XXI, das disputas por recursos naturais escassos e pelo domínio de áreas marítimas, fontes de água doce e do setor aeroespacial. E também reconhece que as fronteiras continuariam a ser objeto de litígio entre os países. Vale a pena mencionar que o documento citava explicitamente as possibilidades de cooperação, na área de tecnologias voltadas para a defesa, com os países que membros do BRICS.

Em 2016, o contexto doméstico sofre um choque com a deposição da presidenta Dilma Rousseff, num processo político e jurídico complexo e desgastante, liderado por setores conservadores e cujas repercussões são sentidas, negativamente, até o presente momento. O documento é apresentado pelo governo do então presidente Michel Temer para a apreciação do Congresso Nacional. A ênfase no predomínio do poder civil sobre o poder militar desaparece do novo texto, ainda que seja feita uma menção à crise e, apesar dela, um reconhecimento de que houve uma melhora das condições socioeconômicas do Brasil.

No âmbito da política internacional, a competição entre EUA e China aumenta perceptivelmente. Nesse mesmo ano, Donald Trump seria eleito presidente, o que marca o aumento de uma retórica de confrontação com Beijing. A deposição de Dilma Rousseff também implica num enfraquecimento dos BRICS, uma vez que a segunda economia do bloco, a brasileira, perde protagonismo internacional. Há uma preocupação com as assimetrias de poder existentes e com os impactos negativos da degradação ambiental sobre as populações e, por extensão, nas necessidades do país em proteger seus recursos naturais. Também há uma menção explícita a cenários de nacionalismos, fragmentação estatal e aumento de conflitos étnicos e religiosos e a possibilidade de ocorrência das chamadas “guerras híbridas”.

O documento entregue em 2020 tem um cenário doméstico novamente modificado. Está no poder um governo de extrema-direita e que contou com o apoio do estamento militar já durante as eleições que o levaram ao poder, em 2018. Ao longo dos dois últimos anos, os militares trataram de ocupar a máquina estatal em postos-chave, começando pelo ministério da Defesa. Geopoliticamente, a competição entre China e Estados Unidos aumenta a cada dia, agravada, agora, pelos efeitos da Pandemia

do coronavírus. A China intensifica seus projetos geoeconômicos na Ásia e na África (Belt and Road Initiative) e mantém-se como uma grande investidora na América Latina e, em especial, no Brasil. A retórica norte-americana torna-se mais agressiva em relação ao gigante asiático, e as atenções se voltam para o Brasil de modo a barrar a influência de Beijing.

Nesse sentido, o documento é um reflexo de um estamento que passa por um momento de forte insulamento burocrático, para usarmos as palavras da pesquisadora Adriana Marques durante um webinar promovido pela ABEDEF. A implicação é que eles se articulam, corporativa e politicamente, para bloquear e escapar de qualquer possibilidade de supervisão de entidades civis do estado e da sociedade. Após a apresentação da PND e da END, vários especialistas brasileiros começaram a analisar os documentos, em textos e webinars promovidos por entidades como a Associação Brasileira de Estudos de Defesa, universidades e entidades da sociedade civil. Alguns pontos em comum emergem da análise de diferentes pesquisadores: a escrita desse documento foi realizada exclusivamente por militares, com pouca, ou praticamente nenhuma, participação de civis, seja da academia, seja do governo; a menção da participação de quadros civis é muito baixa em relação aos documentos anteriores; a autonomia dos militares na construção de políticas de defesa que são *de seu interesse* é patente, evitando a supervisão hierárquica do poder civil sobre suas atividades.

Algumas análises questionam se o Congresso cumprirá seu papel constitucional e analisará, de fato, o documento. Alcidez Vaz, da UnB, chama a atenção para o fato de que o documento de 2016 foi aprovado sem discussão e a devida avaliação pelo Congresso no ano de 2018.

Observações no mesmo sentido foram feitas por Adriana Marques e Juliano Cortinhas, sendo que este último fez uma comparação com outros países para entender a proporção entre civis e militares em diferentes ministérios da Defesa. Finalmente, Roberto Mangabeira Unger também chamou a atenção para o fato de que o Congresso teria uma chance de intervir nesse documento, quebrando o espírito de seita apresentado pelo estamento ao excluir os civis de pensar a Política e a Estratégia Nacional de Defesa.

Em 26 de outubro, o site Mongabay trouxe uma entrevista com o pesquisador João Roberto Martins Filho, feita por Peter Speetjens. Nela, Martins Filho discute a mentalidade do estamento militar em relação a região amazônica. São abordadas as visões com que as Forças Armadas e, em especial o exército, têm cultivado. Entre elas destaca-se a *mentalidade de cerco* que tem sido uma constante na maneira que eles tratam a região desde, pelo menos, o fim do regime autoritário. Segundo o acadêmico, compreender essa mentalidade é chave para entender as políticas do atual governo para a Amazônia.

Para Martins Filho, a nomeação do vice-presidente, o general Mourão, foi uma jogada do presidente Bolsonaro que levou em consideração justamente essa concepção das Forças Armadas. A indicação de Mourão foi feita num momento em que aumentou a crítica global à atuação do governo – ou, melhor dizendo, à *falta de atuação do governo* – no tocante as queimadas na floresta em 2020. Um dos resultados foi a ameaça de investidores internacionais de retirar capitais do Brasil e repreensões públicas de governantes europeus.

Nomeando Mourão, Bolsonaro procurou trazer para seu lado a proteção das Forças Armadas contra a pressão da comunidade internacional, justamente num momento em que esta pode aumentar por conta da eleição de Joe Biden como presidente dos EUA. Durante um dos debates eleitorais, Biden confrontou o presidente Trump, até o momento o principal aliado internacional do governo brasileiro, na questão ambiental e trouxe como exemplo de suas preocupações justamente as queimadas na região amazônica, chegando a afirmar que iria articular uma pressão internacional para que o Brasil mudasse de atitude.

Em 5 de novembro, o UOL trouxe uma matéria que abordava a postura dos generais brasileiros nas eleições presidenciais norte-americanas. Nela, o jornalista Tales Faria publicou a informação de que oficiais-generais brasileiros estavam com boas perspectivas em relação a possível eleição de Joe Biden. Tomavam, porém o cuidado de dizer que eles não desejavam o confronto com os bolsonaristas da chamada “ala ideológica”. No texto, era enfatizado que os militares esperavam uma mudança mais pragmática na política externa e na política doméstica do governo Bolsonaro. Isso envolveria uma postura menos ideologizada no tratamento da questão ambiental e no relacionamento com a China. Considerando-se que Biden derrotou Trump, fica a dúvida se esse pragmatismo realmente irá ocorrer. Dado o histórico do presidente Bolsonaro e de seus auxiliares, é mais prudente aguardar o desenrolar dos acontecimentos.

CONCLUSÃO

A dinâmica interna do próprio governo Bolsonaro foi afetada pelos acontecimentos de 2020 que marcaram as relações internacionais, e em especial pelos impactos causados pela epidemia do Coronavírus. O principal aliado externo do atual governo brasileiro, os Estados Unidos, estão numa profunda crise e divisão interna e são o país que conta com as mais altas estatísticas globais diárias de morte pelo vírus no mês de dezembro. Os militares estão descobrindo que o desgaste do presidente se tornará o próprio desgaste. Já começa a se tornar uma constante nos meios políticos e na sociedade brasileira um questionamento sobre a qualidade *técnica* da formação dos oficiais das três forças armadas, e a atuação de um deles à frente do Ministério da Saúde no meio da pior crise sanitária do século deixa o exército, em particular, em posição delicada na hora de defender um dos seus.

O insulamento burocrático segue forte e qualquer supervisão civil imediata mais efetiva está afastada do horizonte das preocupações dos militares. Porém, a ocupação de espaços vitais no Estado brasileiro pode ter como resultado uma derrota no longo prazo: *um eventual desgaste do governo brasileiro será transferido quase que automaticamente para as Forças Armadas*. Caso isto ocorra, forças políticas num variado espectro ideológico irão atuar para estabelecer uma reforma profunda no funcionamento do estamento militar como parte de um projeto mais amplo de superação do legado negativo do Governo Bolsonaro.

Aguardemos os próximos dois anos desse governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Guilherme. Saúde ameaça usar Lei de Segurança Nacional contra quem passar informação sobre ministro. *Epoca*, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/sau-de-ameaca-usar-lei-de-seguranca-nacional-contra-quem-passar-informacao-sobre-ministro-24484000>. Acesso em: 19 jan. 2021.

AS FORÇAS Armadas e a Defesa do Brasil. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-t_bxN7RePM. Acesso em: 20 jan. 2021.

BERGAMO, Mourão. Elogio de Mourão a Ustra desonra as Forças Armadas, diz Comissão Arns. *Folha de São Paulo*, 9 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/monicabergamo/2020/10/elogio-de-mourao-a-ustra-desonra-as-forcas-armadas-diz-comissao-arns.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRITO FILHO, Francisco Mamede de. Adeus ao retrocesso Os militares podem fazer bem ao governo e ao país, mas é preciso eliminar as mensagens dúbias. *Piauí*, 1 ago. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/adeus-ao-retrocesso/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BULLA, Beatriz. Brasil e Estados Unidos assinam acordo militar. *Estadão*, 9 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/03/09/brasil-e-estados-unidos-assinam-acordo-militar.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.

DEFESANET. Coup d'FHC - Gilmar Mendes tenta constranger o Comandante do Exército. *Defesa-Net*, Brasília, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.defesenet.com.br/ghbr/noticia/37192/Coup-d%C2%B4FHC---Gilmar-Mendes-tenta-constranger-o-Comandante-do-Exercito/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

DOCUMENTOS de Defesa em Múltiplas Dimensões - ABED. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rtZT8kMjN3Y&list=PLlojgS7c0HkDW9S1gt4v2f-MWs7DVaE8e&index=8&t=0s>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CAVALCANTI, Leonardo. Militares da ativa ocupam 2.930 cargos nos Três Poderes. *Poder 360*, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/militares-da-ativa-ocupam-2-930-cargos-nos-tres-poderes/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

EXÉRCITO BRASILEIRO (Brasil). Agência Verde-Oliva. Paraquedistas do EB treinam para a Operação Culminating com o US Army. *Forte*, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2020/06/19/paraquedistas-do-eb-treinam-para-a-operacao-culminating-com-o-us-army/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FABRINI, Fábio; WIZIACK, Julio. Multinacionais de armas escalam militares brasileiros para lobby na Defesa. *Folha de São Paulo*, 10 out. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/multinacionais-de-armas-escalam-militares-brasileiros-para-lobby-na-defesa.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=comptw. Acesso em: 20 jan. 2021.

FARIAS, Victor. Ustra era homem de honra que respeitava os direitos humanos dos seus subordinados',

diz Mourão. O Globo, out. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ustra-era-homem-de-honra-que-respeitava-os-direitos-humanos-dos-seus-subordinados-diz-mourao-1-24684923>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FERNANDES, Maria Cristina. Gilmar abre canal com comandante do Exército. Valor Econômico, São Paulo, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/06/16/gilmar-abre-canal-com-comandante-do-exercito.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FLEURANT, Aude *et al.* THE SIPRI TOP 100 ARMS-PRODUCING AND MILITARY SERVICES COMPANIES, 2018. 2019. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2019-12/1912_fs_top_100_2018.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. ‘Governo Bolsonaro lidou muito bem com a pandemia’, diz Mourão. Folha de São Paulo, 9 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/10/governo-bolsonaro-lidou-muito-bem-com-a-pandemia-diz-mourao.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FOLHAPRESS. Chefe da Defesa dos EUA discute cooperação militar no Brasil. **Jornal do Comercio**, 13 ago. 2020. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/internacional/2018/08/643344-chefe-da-defesa-dos-eua-discute-cooperacao-militar-no-brasil.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GRILLO, Marco. Com aumento de participação no governo, militares abraçam pauta bolsonarista. O Globo, 24 maio 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-aumento-de-participacao-no-governo-militares-abracam-pauta-bolsonarista-24443338>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GUGLIANO, Monica. Vou intervir! O dia em que Bolsonaro decidiu mandar tropas para o Supremo. **Piauí**, 1 ago. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vou-intervir/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MAIA, Gustavo. Explosão em Beirute ocorreu onde navio brasileiro fica atracado; fragata escapa. **Folha de São Paulo**, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/explosao-em-beirute-ocorreu-onde-navio-brasileiro-fica-atracado-fragata-escapa-1-24567385>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MELLO, Igor. ‘Exército está se associando a genocídio’ na pandemia do novo coronavírus, diz Gilmar Mendes. Folha, 11 jul. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/exercito-esta-se-associando-a-genocidio-na-pandemia-do-novo-coronavirus-diz-gilmar-mendes.shtml?utm_source=folha&utm_medium=site&utm_campaign=topicos?cmpid=topicos. Acesso em: 19 jan. 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA (Brasil). **POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA / ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

MONTEIRO, Tânia; VALFRÉ, Vinícius. Governo aponta risco de conflito na América do Sul. **Estado de São Paulo**, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-aponta-risco-de-conflito-na-america-do-sul,70003365526>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NOGUEIRA, Salvador. ‘Namoro’ entre militares americanos e brasileiros pode envolver centro de

Alcântara. **Folha de São Paulo**, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://mensageirosideral.blogfolha.uol.com.br/2020/08/16/namoro-entre-militares-americanos-e-brasileiros-pode-envolver-centro-de-alcantara/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NYE, Joseph S. Obama's Pacific pivot US policy towards a rising China indicates caution – not aggression. **Aljazeera**, 8 dez. 2011. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2011/12/8/obamas-pacific-pivot>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SEBASTIAN, Tim. “Ustra respeitava os direitos humanos”. **Deutsche Welle**, ago. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ustra-respeitava-os-direitos-humanos/av-55209554?maca=pt-BR-Twitter-sharing>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SPEETJENS, Peter. Long entrenched Brazilian military mindset is key to Amazon policy: Expert. **Mongabay**, 26 out. 2020. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2020/10/long-entrenched-brazilian-military-mindset-is-key-to-amazon-policy-expert/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

UOL. Da Redação. Mourão: “Ustra era homem de honra e respeitava os direitos humanos de seus subordinados”. **Uol**, 9 out. 2020. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/13330_mourao-ustra-era-homem-de-honra-e-respeitava-os-direitos-humanos-de-seus-subordinados.html. Acesso em: 20 jan. 2021.

U.S. SOUTHERN COMMAND (Estados Unidos). U.S. Southern Command Public Affairs. SOUTHCAM Hosts New U.S. Space Force ‘U.S.-Brazil Space Engagement Talks’. 13 ago. 2020. Disponível em: <https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/2312182/southcom-hosts-new-us-space-force-us-brazil-space-engagement-talks/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

WIZIACK, Julio; URIBE, Gustavo. Bolsonaro transforma 5G em disputa geopolítica, e leilão deve ficar para 2021. **Folha de São Paulo**, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/bolsonaro-transforma-5g-em-disputa-geopolitica-e-leilao-deve-ficar-para-2021.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ZERO, Marcelo. O suspeito acordo militar entre Brasil e EUA. **Outras Mídias**, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-suspeito-acordo-militar-entre-brasil-e-eua/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Entre ideologia e pragmatismo: a dinâmica das relações Brasil-Oriente Médio em 2020

Giorgio Romano Schutte¹
Ana Paula Fonseca Teixeira²
Gabriel Soprijo³
Ingrid Meirelles⁴
Kethelyn Santos⁵
Vitor Hugo dos Santos⁶

INTRODUÇÃO

Em seu segundo ano de gestão, Bolsonaro manteve em sua política externa para o Oriente Médio uma orientação semelhante à demonstrada em 2019, em que estreitaram-se os laços com Israel, em conformidade com sua base religiosa neopentecostal e com o alinhamento automático ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. No entanto, no âmbito comercial, o Brasil mantém vínculos estreitos com as nações árabes e com o Irã, importantes destinos das exportações brasileiras para produtos como carnes, açúcar, milho e minério de ferro. Configura-se, em matéria do Oriente Médio, um conflito constante entre os dois principais pesos determinantes da PEB (Política Externa Brasileira) atual, a dimensão ideológica do cerne bolsonarista do governo e a realidade do quadro comercial e econômico do país.

A seguir, este artigo pretende compreender a presença brasileira no Oriente Médio nos dois primeiros anos da gestão de Jair Bolsonaro, visando traçar tanto um quadro característico das ações quanto possíveis desafios para o futuro na atuação do Brasil na região. Para isso, o artigo se divide em

1. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Amsterdam e Doutor em Sociologia pela USP, Professor Associado da Universidade Federal do ABC (UFABC).

2. Monitora do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB).

3. Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

4. Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

5. Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

6. Monitor do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB).

oito partes: A primeira corresponde à uma contextualização histórica das relações Brasil-Oriente Médio; A segunda volta-se para o perfil ideológico do governo Bolsonaro na atuação no Oriente Médio; A terceira parte pretende compreender o posicionamento do governo atual no conflito Israel-Palestina; A quarta expõe a realidade comercial do Brasil com a região; A quinta apresenta uma avaliação das relações Brasil-Irá; A sexta mapeia a posição do Brasil e dos países do Oriente Médio em organizações multilaterais; A sétima aponta as incertezas da estratégia brasileira para a região; A oitava e última parte realiza uma conclusão avaliando a atuação brasileira no Oriente Médio em 2020.

O BRASIL E O ORIENTE MÉDIO: UM PONTO DE PARTIDA HISTÓRICO

A relação do Brasil com o Oriente Médio começa no século XIX, entre 1871 e 1876, no qual o imperador D. Pedro II fez uma viagem com objetivos pessoais, para a região que hoje, situa a Palestina, Síria e Líbano. A primeira visita de um chefe de Estado brasileiro, só viria a ser feita, em dezembro de 2003, 132 anos depois, no primeiro mandato de Lula. Em relação à política externa dos governos Lula (2003-2010) os pontos iniciais foram a independência nacional, posição contrária à dominação imperialista, respeito à autodeterminação dos povos, solidariedade com os países latino-americanos. Em relação ao Oriente Médio, ela apresentou cinco papéis principais, sendo eles, a ponte entre povos e regiões, defensor da paz e direitos humanos, agente promotor de assistência humanitária, agente criador de arranjos políticos, e mediador de conflitos (NOTARI, 2017)

Uma das principais medidas do governo Lula em relação ao Oriente médio foi de defensor da paz e direitos humanos, chegando a afirmar em 2010, que possuía o “vírus da paz”, polêmicas como a invasão do Iraque e a questão Israel-Palestina sempre foram tratadas sob a ótica pacifista. Seguindo esses preceitos o Brasil promoveu séries de ações com cunho assistencial humanitarista na região, concentradas na Palestina, além disso, desenvolveram-se novos acordos políticos e diplomáticos, como, a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) que teve como objetivo criar novos laços com os líderes das duas regiões em busca de uma aproximação política, econômica e cultural (NOTARI, 2017).

O papel do Brasil como mediador de conflitos foi uma das iniciativas de maiores destaques neste período, principalmente na questão Israel/Palestina, seu posicionamento foi que a paz na região só será duradoura se for criado um Estado Palestino, coexistindo em paz com Israel. Outra questão que o Brasil apresentou proeminência foi em relação à questão nuclear iraniana, a essência do acordo fez com que o Irã tivesse o direito de ter um programa nuclear pacífico e os direitos de enriquecer o urânio (NOTARI, 2017).

Em relação ao Governo Dilma é possível observar que o Estado brasileiro fez uma forte campanha em 2012, para aprovar a Resolução 67/19, no qual concedeu à Autoridade Nacional Palestina (ANP) o status de observador na ONU. Já em 2014, após bombardeios na Faixa de Gaza, convocou o embaixador em protesto, além disso ampliou a cooperação com a Palestina, por meio da Agência

Para os Refugiados Palestinos da ONU (UNRWA) e a ANP. Uma complicada situação diplomática veio acontecer, após Benjamin Netanyahu, por meio do *Twitter*, indicar uma figura polêmica como embaixador no Brasil, Dani Dayan. O indicado tinha envolvimento direto com os assentamentos em territórios ocupados, considerados ilegais pela comunidade internacional, na época o governo Dilma solicitou por meses a indicação de outro nome, porém isso só viria a acontecer em 2017 no governo Temer (SCHUTTE, PIDONE, CORREA, 2020).

IDEÁRIOS E PRÁTICAS

É muito difícil, ainda, definir a política externa do Governo Bolsonaro, alguns autores chegaram a denominar como “diplomacia da subserviência” (FUSER, 2019) em comparação ao legado das relações internacionais do país no pós-ditadura. Outros como “política externa de ultradireita” (RODRIGUES, 2019) devido a uma adesão messiânica à uma ideologia de ultra-direita, ultra-conservadora nos costumes, ultraliberal na economia e aliadas às medidas do governo de Donald Trump. Em resumo, nas suas relações existe um determinado apelo do atual governo em intensificar as relações com os Estados Unidos (EUA) e com Israel, devido ao alinhamento automático com Trump e uma tentativa de agradar a base evangélica, que foi importante para eleger o presidente. É perceptível que existe uma diferença nos ditames da política externa de Bolsonaro em comparação aos governos anteriores.

Desde o primeiro ano do governo Bolsonaro é possível observar que aconteceu um alinhamento discursivo e nas ações em relação à figura de Donald Trump, presidente dos EUA. Em relação às medidas concretas adotadas na política externa, vale destacar que deu apoio a proposta de invasão da Venezuela, ignorando o princípio da não intervenção dos povos, além de ter um programa que baseado em políticas neoliberais, como, leilões do pré-sal, venda da Embraer para Boeing, concessão da Base de Alcântara no Maranhão e candidatura do Brasil na OCDE (BERRINGER et al. 2019).

Na perspectiva discursiva-ideológica, vale mencionar o texto de Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores, *Trump e o Ocidente* (2017), no qual ele acredita que Trump teria um papel central de defesa do Ocidente, em que o Brasil também estaria incluído. O Ocidente seria uma união definida pela identidade histórica e cultural, caracterizada pelas “obras de arte que honram a Deus” (ARAÚJO, 2017, p. 328) e celebração pelos heróis e suas conquistas, entretanto estaria ameaçada pelo “terrorismo islâmico radical” e perda da identidade nacional. Para Ernesto (2017, p.356) “Somente um Deus poderia ainda salvar o Ocidente, um Deus operando pela nação - inclusive e talvez principalmente a nação americana.”

Em relação à Israel, existe uma forte identificação do presidente Jair Bolsonaro, vale mencionar que a visita de Benjamin Netanyahu em dezembro de 2018, foi a primeira em que um primeiro-ministro vem para o Brasil desde a fundação do Estado de Israel em 1948. O apoio popular em relação à aproximação do Estado brasileiro ao de Israel é algo novo que aconteceu na política brasileira, isso ficou perceptível na posse de Jair Bolsonaro em 2018, que contou com apoiadores segurando bandeiras de Israel. Tal processo se manifesta, principalmente, em face à filiação que aconteceu por parte de Bolso-

naro às religiões de matriz pentecostais e neopentecostais, em maio de 2016, após o seu batismo no Rio Jordão, que foram intensificadas e transformadas em pautas concretas na corrida eleitoral (SCHUTTE, PIDONE, CORREA, 2020). Além disso, Brasil e Israel participaram do lançamento da *International Religious Freedom Alliance* nos EUA (POMPEO, 2020), no qual o Chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, declarou que “cristãos são a parcela religiosa mais perseguida” (HAILER, 2020).

Essa identificação que Jair Bolsonaro apresenta à Israel responde três pautas, a primeira, uma associação com a base evangélica, em segundo lugar, o alinhamento automático com os EUA, apresentado por trás de uma ideologia de defesa da democracia a partir da aliança judaico-cristã e, por último, o combate à “esquerda”, de forma polarizada, e relacionado principalmente a uma cruzada aos resquícios da suposta dominação da política externa brasileira pelos governo de esquerda anterior que, segundo o governo, culminou uma política contrária aos interesses israelitas e pró-terrorista (SCHUTTE, PIDONE, CORREA, 2020).

(DES)ALINHAMENTO BRASILEIRO E O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

Tendo simbolizado um momento de ruptura na Política Externa Brasileira, uma das principais reivindicações feitas por Bolsonaro, é a promessa de campanha da transferência da Embaixada brasileira em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém, tal petição tornou-se um símbolo do compromisso do presidente com sua base de apoio evangélica. Ao final de outubro de 2020, o Embaixador israelense no Brasil, Yossi Shelley, cobrou o governo brasileiro pela sua promessa, afirmando “Esperamos a mudança” em uma live realizada com o filho do presidente e deputado federal, Eduardo Bolsonaro (MARQUES, 2020).

A proposta de realocação da embaixada, segue a linha atual de orientação da política externa brasileira, regendo-se a partir de uma subserviência aos interesses e ações do governo estadunidense de Donald Trump. No início de 2017, o governo Trump transferiu sua embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, como prometido em campanha eleitoral, divergindo do consenso da comunidade internacional, que preserva suas embaixadas em Tel Aviv de forma a indicar neutralidade no conflito. Demonstra-se, portanto, de forma tanto prática quanto simbólica que a questão palestina, segundo os Estados Unidos, só será resolvida sob as determinações de Israel (SCHUTTE, PIDONE, CORREA, 2020). Enquanto nos Estados Unidos a transferência da embaixada fora aprovada pelo Congresso através do “Jerusalem Embassy Act” em 1995, e reafirmada pelo Executivo somente em 2017 (SCHUTTE, PIDONE, CORREA, 2020), no Brasil, a possibilidade de tramitação do projeto encontra-se estagnada.

O assunto da transferência entrou em pauta como reflexo das movimentações estadunidenses, de forma a ser representado principalmente pelo Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Israel, que é composto, no mandato de 2019, de uma maioria de membros também participantes da Frente Parlamentar Evangélica, comumente conhecida como bancada evangélica. O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Israel foi instituído em 1989 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1989), e tem como

objetivo fortalecer as relações interparlamentares entre os países (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1989). Seguindo a principal pauta atual do grupo, a pressão pela transferência da Embaixada, não tem obtido sucesso devido aos complexos interesses que cerceiam tal área de disputa. Embora o presidente Jair Bolsonaro tenha afirmado que irá transferir a Embaixada até 2021 em uma conversa com o pastor Silas Malafaia (FERNANDES, 2020), até o momento, mesmo tendo apoio da bancada evangélica, que representa mais de um terço da câmara de deputados, a única movimentação concreta é a criação de um escritório comercial, sem status diplomático, em Jerusalém (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

A administração do escritório é realizada pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), subordinada ao Ministério das Relações Exteriores, e tem como objetivo o fomento às novas parcerias tecnológicas e a atração de centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para o Brasil (AGÊNCIA BRASIL, 2019). A inauguração do escritório em 15 de dezembro de 2019 contou com a presença de Eduardo Bolsonaro, deputado federal e filho do presidente Jair Bolsonaro, no evento, o deputado, quando questionado sobre as intenções do pai para a mudança da embaixada, afirmou: “Me disse [Bolsonaro] que é certo, é um compromisso, vai transferir a embaixada para Jerusalém, fará isso”. Além disso, o escritório comercial é uma indicação simbólica dos interesses e intenções do governo Bolsonaro, despertando descontentamento pela comunidade internacional, por países árabes e pelo agronegócio nacional, caracterizado pela bancada ruralista. A fala do vice-presidente, Hamilton Mourão, negando a possibilidade de concretização da transferência, e contradizendo Bolsonaro ao apontar o reconhecimento do Estado palestino, traz à tona os diversos conflitos de interesse na pauta até mesmo dentro do governo (MAIA, 2019).

Ademais, no evento da inauguração, em dezembro de 2019, o próprio Primeiro-Ministro israelense comemora o compromisso da abertura da embaixada, demonstrando que a abertura do escritório é somente um passo inicial (SANZ, 2019). Em contrapartida, a decisão de instauração do escritório desagradou não só as autoridades palestinas, mas também países islâmicos que são importantes parceiros comerciais e, conseqüentemente, da bancada ruralista. A Autoridade Palestina condenou a decisão do governo, assim como o Conselho da Liga dos Estados Árabes, que divulgou um comunicado criticando a ação do governo pelo que representaria “uma grave regressão e violação do status legal internacional”.

Internamente, a principal fonte de resistência foi a bancada ruralista do Congresso, liderada pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina (DEM-MS), e que representou uma importante base de apoio à eleição de Bolsonaro. A bancada temia as retaliações que poderiam ser causadas pela decisão e suas implicações ao mercado nacional exportador de carne, que já havia sofrido com o descredenciamento de frigoríficos na Arábia Saudita em janeiro de 2019.

A manifestação mais recente acerca da possibilidade de transferência da embaixada em Israel para Jerusalém, advém do ministro Ernesto Araújo que afirmou em audiência da Comissão de Relações Exteriores, ao fim de setembro de 2020 que “A questão permanece em estudo pelo governo. A relação com Israel e o Oriente Médio não pode ser considerada agressiva. Sempre ouviremos todos, no sentido construtivo da paz e do entendimento” (OLIVEIRA, 2020a).

Ademais, no segundo ano do mandato de Bolsonaro é possível observar alguns pontos que vem sendo pautados desde a posse, um deles seria a indicação de um novo ministro para a embaixada em Israel. Bolsonaro, nomeou o General Gerson Menandro Garcia de Freitas, que durante a sabatina da Comissão de Relações Exteriores, no dia 21 de setembro, destacou o fortalecimento das relações entre Brasil e Israel e pontuou dados sobre o aumento de produtividade alimentar brasileira, como um fator que possa intensificar essa relação, uma vez que Israel é um país com 43% do solo desértico, além disso mencionou outras áreas das quais poderiam ocorrer algum avanço como, defesa, segurança, setores cibernéticos e espacial (SENADO NOTÍCIAS, 2020).

(DES)ALINHAMENTO COM A PALESTINA

As relações formais entre o Brasil e a Palestina iniciaram-se em 1975, quando a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) foi autorizada a designar um representante em Brasília. A abertura da “Delegação Especial da Palestina” ocorreu em 1993, durante o governo Itamar Franco, através da atribuição de status diplomático, direitos e imunidades à representação da Palestina. Um marco do avanço nas relações Brasil-Palestina foi o reconhecimento, em 2010 pelo presidente Lula, do Estado da Palestina conforme as fronteiras de 1967. A partir desse reconhecimento, a Delegação foi elevada a Embaixada, recebendo um terreno do governo brasileiro para a construção de sua sede, que foi aberta em 2016.

No último ano, Bolsonaro alinha-se novamente à posição dos Estados Unidos em detrimento das relações bilaterais com a Palestina ao apoiar o plano de paz para o Oriente Médio de Trump, anunciado em janeiro. O plano favorece as demandas israelenses, reduzindo substancialmente o território palestino e reconhecendo a maior parte dos assentamentos de Israel na Cisjordânia como parte do território israelense. Apoiado por Israel, o plano foi rejeitado pela Liga Árabe e pela Palestina, mas foi celebrado em uma nota do Ministério das Relações Exteriores do dia 29 de janeiro de 2020. Mais uma vez, as ações do governo encontraram resistência externa e interna. O embaixador da Palestina, Ibrahim Alzeben, recorreu contra o plano e apresentou a posição oficial da Palestina e dos países da Liga Árabe ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que não se manifestou sobre o acontecimento (OLIVEIRA, 2020b). Além disso, o Senador Esperidião Amin (PP/SC) através da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional requereu a convocação de Ernesto Araújo à Comissão para prestar informações sobre a posição brasileira acerca do plano.

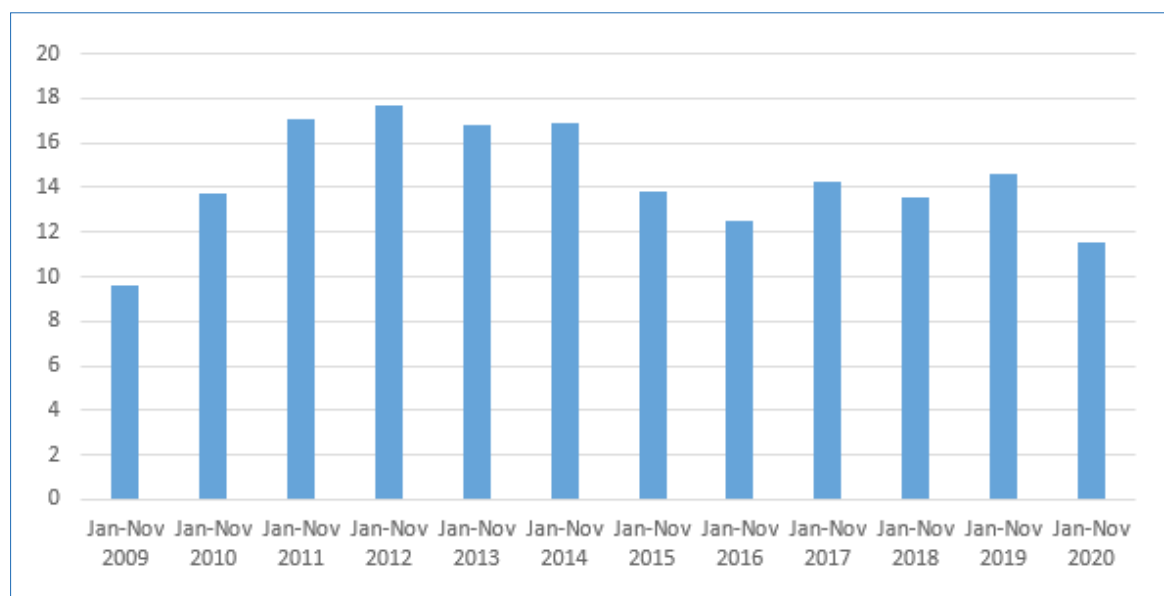
A posição ativa do Congresso nas questões referentes à relação entre o Brasil e o Oriente Médio resultou também na criação do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes em 2020, visando uma cooperação interparlamentar que fortaleça as relações entre o Poder Legislativo e os países árabes.

AS RELAÇÕES COMERCIAIS COM O ORIENTE MÉDIO

A Liga Árabe representa 22 países do Oriente Médio e norte da África, sendo o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. De forma a representar os interesses comerciais dos países da Liga, atua no Brasil há 68 anos, a Câmara de Comércio Árabe Brasileira.

A despeito do saldo superavitário de aproximadamente US\$4 bilhões e meio, as trocas comerciais brasileiras com os países do Oriente Médio sofreram considerável queda em 2020, devido à pandemia. A corrente acumulada entre os meses de janeiro e novembro de 2020 caiu 21,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Como é possível ver no gráfico abaixo:

GRÁFICO 1 - CORRENTE DE COMÉRCIO ACUMULADA BRASIL-ORIENTE MÉDIO DE JAN-NOV DE 2009 À 2020 (EM BILHÕES DE US\$)



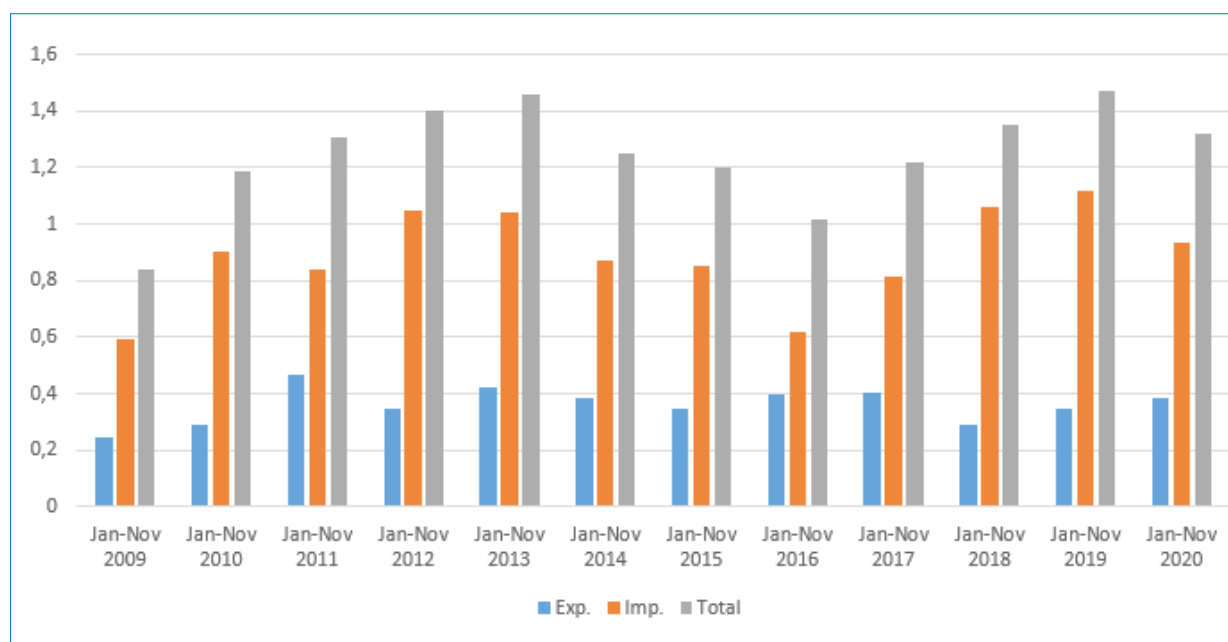
Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (elaboração própria)

As exportações brasileiras para o bloco concentram-se principalmente em carnes de aves e bovina, dando continuidade ao papel expressivo do país na exportação de carnes halal, que compreende nessa categoria a técnica muçulmana sagrada de abate atendendo a consumidores islâmicos. Como reflexo, observa-se a participação de países da região nos destinos de exportação do país, com destaque para os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita com participação de respectivamente, 23% e 22%. Apesar disso, ambos os países tiveram quedas e os únicos a apresentarem aumentos consideráveis em relação ao período entre janeiro e novembro do ano passado são Israel (11,2%) e Palestina (18,2%). Ainda que pareça paradoxal o aumento das exportações para ambos, a Palestina continua a ter uma participação pífia nas exportações do país para a região de 0,31%, enquanto Israel representa 4,9% dos destinos dos produtos brasileiros para o Oriente Médio. Nesse período, a despeito do aumento das exportações para Israel, sua participação continuou a representar 0,2% nas exportações brasileiras. Quanto às importações de produtos do Oriente Médio, destacam-se a Arábia Saudita, Israel, Catar e Emirados Árabes Unidos com participação principalmente no fornecimento de adubos ou fertilizantes químicos e óleos brutos de petróleo ou de minerais, apesar de todos os países - com exceção do Catar - apresentarem quedas com relação ao ano passado.

Até o momento, a dinâmica comercial com o Oriente Médio do governo Bolsonaro parece indicar uma continuidade nas tendências apresentadas em seu primeiro ano de mandato. Ainda que as trocas pareçam ter sofrido impactos da pandemia do covid-19, que obstruiu os fluxos do comércio exterior, destaca-se a importância de países como Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Israel e Catar no comércio com a região. A participação desses países é coerente não só com a aproximação a Israel ensaiada por Jair Bolsonaro desde o período de campanha eleitoral, mas também com o alinhamento da política externa brasileira aos Estados Unidos, que passou a apoiar monarquias conservadoras que fazem frente à influência iraniana: a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Catar, coincidentemente, países que receberam a visita de Bolsonaro em 2019.

No âmbito das relações comerciais entre o Brasil e Israel, a partir dos dados fornecidos pelo Comex Stat, é possível notar que ao longo dos 12 anos fornecidos pela plataforma (2009-2020), a maneira em que se caracteriza a relação comercial Brasil-Israel se dá através condições deficitárias em todos os anos registrados para o Brasil. Além disso de uma dinâmica assimétrica das relações comerciais, em que o Brasil é fornecedor em grande parte de bens primários e Israel de produtos de maior complexidade. É válido apontar que, por mais que tenha havido um crescimento nas relações entre Brasil e Israel em 2019, aumentada principalmente pelo crescimento de importações da região, esta realidade não se manteve em 2020, em que por mais tenha ocorrido um aumento na quantidade de exportações em comparação à 2019, houve uma queda nas importações israelenses para o Brasil, como é possível enxergar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 - FLUXO DE COMÉRCIO ACUMULADO BRASIL-ISRAEL DE JAN-NOV DE 2009 À 2020 (EM BILHÕES DE US\$)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (elaboração própria)

BRASÍLIA E TEERÃ

No que se refere ao Irã, após o ataque aéreo dos EUA em Bagdá que matou o general iraniano Qasem Soleimani em janeiro desse ano, as tensões entre EUA e Irã escalaram exponencialmente. O governo brasileiro, emitiu um comunicado através do Itamaraty, no qual foi manifestado o apoio à luta “contra o flagelo do terrorismo”. A nota, que não fez referência direta ao ataque aéreo, no entanto, condenou os ataques à Embaixada dos EUA em Bagdá, expressando a posição brasileira em favor dos EUA na disputa contra o Irã. No mesmo dia, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a posição brasileira é de fazer aliança com qualquer país que se oponha ao terrorismo, além de afirmar que a vida do general iraniano era “voltada em grande parte para o terrorismo”.

As declarações por parte do governo brasileiro causaram um mal-estar diplomático no Irã, que convocou o embaixador brasileiro para explicar as manifestações do governo. Tais falas envolvem também o setor do agronegócio brasileiro, uma vez que o Irã mostra significativo potencial de compra de produtos exportados do Brasil. No ano passado o país persa foi o segundo maior comprador de milho brasileiro, quinto maior comprador de soja e sexto maior importador de carne bovina brasileira. Portanto, ao se alinhar à política estadunidense, o Brasil poderia causar entraves nas relações comerciais com o Irã.

Apesar disso, na semana seguinte às declarações, Bolsonaro em declaração à imprensa em frente ao Palácio da Alvorada manifestou sua pretensão de manter as relações comerciais com o Irã, à despeito da sua política externa de combate ao “terrorismo”, termo este que é empregado àqueles que não estejam em conformidade com os interesses estadunidenses no Oriente Médio.

A declaração de Bolsonaro põe em dúvida se há prevalência de uma espécie de pragmatismo no que tange às relações comerciais com outros países, em detrimento de sua política de alinhamento subserviente aos EUA e Israel que permeia através de uma forte narrativa ideológica de luta contra o anticomunismo e o globalismo, dentre outros elementos que seriam, supostamente, uma ameaça ao Ocidente.

Em conformidade com essa ideia, o novo embaixador do Irã no Brasil, Hossein Gharib, que assumiu o posto em abril de 2020, disse em uma entrevista à Folha de São Paulo (CARVALHO, 2020) que vê Bolsonaro como homem pragmático e que o alinhamento aos EUA não seria um impeditivo para se manter boas relações com o Irã. “Respeitamos a democracia aqui no Brasil, então qualquer governo eleito por seu povo é o parceiro certo para nós. Temos relações de mais de 117 anos.”, disse o embaixador.

No entanto, tal pragmatismo não se configura quando o Brasil sedia em Brasília encontro do grupo de trabalho do Processo de Varsóvia nos dias 4 a 6 de fevereiro de 2020. Estavam na pauta do encontro técnico na capital brasileira assuntos humanitários como migração e refugiados. Contudo a iniciativa, que parte dos EUA, embora seja dissimulada como algo que busca a manutenção da paz no Oriente Médio, tem o objetivo claro de se contrapor aos países que firmaram o pacto nuclear com o Irã,

e de isolar o país persa internacionalmente, projetando os interesses americanos na região. Diante disso, os grupos de trabalho possuem pouca relevância quanto a sua temática específica.

Quanto ao comércio exterior com o Irã, houve uma notória queda nas exportações brasileiras em 2020 comparado ao mesmo período em anos anteriores. A soja exportada teve redução de US\$221 milhões, enquanto o milho obteve redução de US \$303 milhões e a carne bovina US \$136 milhões de prejuízo entre janeiro e maio em comparação ao mesmo período de 2019. Por outro lado, estes dados pouco têm a ver com uma retaliação iraniana contra a recente orientação que a política externa brasileira vem assumindo. As estatísticas alfandegárias gerais mostram que, no primeiro trimestre do ano iraniano (a partir de 20 de Março), as exportações totais não petrolíferas do Irã caíram 44% e chegaram a US \$ 6,4 bilhões, o que é US \$ 1,2 bilhão a menos que as importações do país, que também sofreram queda de 26.8% em relação ao mesmo período do ano passado. O que há, portanto, é uma situação de fragilidade econômica pela qual o Irã se situa, em função das sanções impostas pelos Estados Unidos, responsáveis pela queda de 85% das exportações do país persa, além dos impactos da pandemia. Uma das sanções impossibilita o Irã de acessar 90% de suas reservas internacionais, acabando por limitar as operações de importação e exportação.

A NOVA DISPOSIÇÃO BRASILEIRA PERANTE OS FÓRUNS INTERNACIONAIS

Apesar desse maior distanciamento ideológico entre o Brasil e países do Oriente Médio em função do alinhamento às pautas de política externa de Trump e Netanyahu, o viés ultraconservador somado à instrumentalização da religião a favor da manutenção das estruturas sociais vigentes são pontos de convergência entre o Brasil e países ultraconservadores do Oriente Médio.

Isso foi expresso quando o Brasil se absteve em votação na ONU contra a discriminação de mulheres, após sugerir mudanças ao texto no que se refere à direitos reprodutivos, acesso aos serviços e informações sobre saúde sexual e reprodutiva, e também da supressão de um trecho que orienta os Estados a garantirem tal acesso. Além disso, o Brasil alinhou-se a países islâmicos como o Egito, Paquistão, Iraque, Bangladesh, Bahrein, Arábia Saudita e Qatar para pedir a eliminação do reconhecimento de direitos das mulheres em relação à contracepção, ao aborto (em países que o procedimento é permitido por lei), à programas de prevenção a gravidez e à doenças sexualmente transmissíveis.

Ainda, outra demonstração dessa relação se tornou aparente quando o governo brasileiro votou contra a resolução que pedia investigação sobre possíveis abusos de direitos humanos de Israel contra o povo palestino. Dessa forma o Estado brasileiro se uniu a um pequeno grupo de países, alinhados aos EUA. Além disso, o Brasil se absteve de uma resolução que condenava os assentamentos israelenses no território palestino e nas colinas de Golá. (CHADE, 2019).

Cerca de um ano depois, o governo brasileiro se colocou contrário à uma resolução da ONU que condena a violência e reconhece o direito internacional dos territórios ocupados da Palestina. A

resolução em questão pede que os responsáveis pelos crimes sejam levados à Justiça e reconhece o papel do Tribunal Penal Internacional (CHADE, 2020a). Por fim, o governo Bolsonaro pediu, no Conselho de Direitos Humanos, uma redução no número de resoluções contrárias à Israel, uma vez que a quantidade não se justificaria, deve-se observar que esta posição é tradicionalmente adotada pelos EUA (CHADE, 2020b).

O FUTURO DA PEB PARA O ORIENTE MÉDIO

Diante de expectativas de que a nova liderança democrata estadunidense possa assumir uma postura diferente de seu predecessor republicano com relação a alguns atores na região (MENDES, 2020), aliadas a uma recente animosidade de Bolsonaro sobre a eleição de Biden, é possível que a forte retórica pró-Estados Unidos, adotada por Bolsonaro se mostre fragilizada pois tinha em sua composição básica um alinhamento direito à figura de Donald Trump, o que pode impactar a política externa brasileira para o Oriente Médio. O ministro da Economia, Paulo Guedes, indicou desconfiança nos rumos das relações com o país com o fim da administração Trump, apontando a Ásia como “novo eixo do comércio mundial”.

Enquanto as eleições ainda estavam em disputa, Biden (2020 apud TRAUMANN, 2020, online) chegou a declarar, em um debate com Donald Trump, que “O presidente Bolsonaro deve saber que, se o Brasil falhar em ser o guardião responsável da floresta amazônica, então meu governo reunirá o mundo para garantir que o meio ambiente fique protegido”, desde então iniciou-se um forte atrito entre os dois. Em relação às eleições dos EUA, Bolsonaro nunca escondeu o seu posicionamento pró-trump, como demonstrado pelo fato de o Brasil ainda não reconhecer a vitória de Biden, sendo um dos poucos países a fazê-lo. As animosidades entre o presidente-eleito dos EUA e Bolsonaro se concretizaram três dias após a vitória de Biden, quando Bolsonaro, em um evento no Planalto, declarou:

“Todo mundo que tem riqueza não pode dizer que é feliz, não, tem que tomar cuidado com a riqueza, por que está cheio de malandro de olho nela. E o Brasil é um país riquíssimo. Assistimos há pouco a um grande candidato à chefia de Estado dizer que, se eu não apagar o fogo da Amazônia, levanta barreiras comerciais contra o Brasil. E como é que podemos fazer frente a tudo isso? Apenas a diplomacia não dá, não é, Ernesto? Quando acaba a saliva, tem que ter pólvora, senão não funciona” (BOLSONARO, 2020)

CONCLUSÃO

Percebe-se que durante o ano de 2020 foi observada uma continuidade na orientação da política externa brasileira em relação ao primeiro ano do governo Bolsonaro, caracterizando-se por um discurso voltado para o ultraconservadorismo, somado ao antiglobalismo expresso no desapareço às organizações internacionais como as Nações Unidas e à defesa do Ocidente. Desta forma, o governo

justifica um alinhamento crescente às políticas adotadas pelos Estados Unidos e Israel, em detrimento de um discurso mais pragmático em suas relações com o Oriente Médio. No entanto, deve-se ressaltar que, pelo que diz respeito às relações comerciais, a relevância das nações árabes e o Irã foram mantidas, não havendo prejuízos significativos a partir das posições adotadas pelo Brasil com essas nações. Além disso, algumas pautas conservadoras apoiadas pelo Brasil em organizações internacionais estavam de acordo com posições de monarquias conservadoras do Oriente Médio, marcando um direcionamento consuetudinário distinto nas participações brasileiras em fóruns mundiais. Por fim, é importante destacar a possibilidade de alterações na política externa brasileira para o Oriente Médio em função dos impactos da recente eleição de Joe Biden, visto que, o presidente eleito americano busca renovar um acordo nuclear com o Irã, sendo que o Brasil havia manifestado apoio no isolamento do Irã durante o Processo de Varsóvia junto com o Trump.

Enxerga-se assim que, o discurso da política externa de Bolsonaro para o Oriente Médio continua seguindo as diretrizes estabelecidas em 2019, ainda em paralelo à política de Trump na região. Tal orientação trumpista, implica no estreitamento de laços com Israel em detrimento das relações com os países da Liga Árabe e o Irã. Em contrapartida, observamos a atuação de um setor mais pragmático, representado por membros do legislativo, assim como o grupo de interesse composto pelo agronegócio, na tentativa de mitigar os efeitos dessa política sobre as relações políticas e comerciais com os países árabes.

Com isso nos resta questionar qual será o futuro da PEB em relação ao Oriente Médio para 2021. Sem Trump, o que isso influencia em relação às políticas tomadas pró-israel? A transferência da embaixada ainda será uma questão prioritária para o governo? Entre a disputa ideológica e pragmática, o pragmatismo ganhará força sem a figura de Trump na presidência?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Governo Brasileiro inaugura escritório comercial em Jerusalém. **Agência Brasil**. 15 dez de 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-12/governo-brasileiro-inaugura-escritorio-comercial-em-jerusalem>>

ARAÚJO, E. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**. Ano III. Número 6. Segundo semestre de 2017. Disponível em: <<http://funag.gov.br/biblioteca/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2020.

BERRINGER, *et. al.* Governo Bolsonaro e os EUA: O nacionalismo às avessas. **Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB)**. 2019. Disponível em: <<http://opeb.org/2019/06/21/governo-bolsonaro-e-os-eua-o-nacionalismo-as-avessas/>> Acesso em: 5 out. 2020.

BOLSONARO, J. “Quando acabar a saliva, tem que ter pólvora”, diz Bolsonaro sobre Amazônia, 2020. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal UOL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0MrkzQ8EAyg&ab_channel=UOL>. Acesso em: 4 out. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PRC 81/1989 Projeto de Resolução. **Câmara dos Deputados**, Brasília 19 de abr de 1989. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=235943>>. Acesso em: 02 out. 2020

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Resolução n.8 de 1989. Câmara dos Deputados, Brasília. Outubro de 1989. Disponível em <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD22SET1989.pdf#page=3>> Acesso em: 02 out. 2020

CARVALHO, Daniel. Irã vê Bolsonaro como ‘homem pragmático’, diz novo embaixador. **Folha de S.Paulo**, Brasília, 29 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/06/ira-ve-bolsonaro-como-homem-pragmatico-diz-novo-embaixador.shtml>>. Acesso em: 23 de nov. de 2020.

CHADE, J. Brasil rompe tradição e vota em defesa de Israel na ONU. **UOL** [online]. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/11/15/brasil-rompe-tradicao-e-vota-a-favor-de-israel-na-onu.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

CHADE, J. Itamaraty quer reduzir pressão internacional sobre Israel na ONU. **UOL** [online]. 2020b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/22/itamaraty-quer-reduzir-pressao-internacional-sobre-israel-na-onu.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

CHADE, J. Contra palestinos, Brasil apoia Israel em voto na ONU. **UOL** [online]. 2020a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/19/contra-palestinos-brasil-apoia-israel-em-voto-na-onu.htm>> Acesso em : 01 dez. 2020.

CLAVERY, Elisa. Embaixador da Palestina diz que abertura de escritório em Jerusalém é ‘passo desnecessário’. **G1**, Brasília, 1 de abr. de 2020. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/01/embaixador-da-palestina-diz-que-abertura-de-escritorio-em-jerusalem-e-passo-desnecessario.ghtml>>. Acesso em: 23 de nov. de 2020.

CRISE EUA-Irá: Itamaraty diz em nota que apoia ‘luta contra o flagelo do terrorismo’. **G1**, Brasília, 6 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/03/crise-eua-ira-itamaraty-diz-em-nota-que-apoia-luta-contra-o-flagelo-do-terrorismo.ghtml>>. Acesso em: 23 de nov. de 2020

GRAVE violação’: a reação da Liga Árabe à abertura de escritório do Brasil em Jerusalém. **BBC**, 19 de dez. de 2019. Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50845592>>. Acesso em: 23 de nov. de 2020.

FERNANDES, Talita: Bolsonaro afirma que transferirá embaixada para Jerusalém até 2021. **Folha de S.Paulo**, 03 de fev de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/02/bolsonaro-afirma-que-transferira-embaixada-para-jerusalem-ate-2021.shtml>>. Acesso em: 02 out. 2020

FUSER, I. Diplomacia da subserviência: política externa com as orelhas do Mickey. *In*: AZEVEDO, J. S. G.; POCHMANN, M. (org.). **Brasil incertezas e submissões?**. 1 ed. São Paulo: Fundação Per-

- seu Abramo, 2019. p. 105-126. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/09/Brasil-incertezas-e-Submiss%C3%A3o-Epub1.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2020.
- HAIDER, M. Em conferência religiosa, Ernesto Araújo diz que “politicamente correto” é tão grave “quanto a violência física”. *Revista Fórum*. 19 de nov de 2020. Disponível em: <Em conferência religiosa, Ernesto Araújo diz que “politicamente correto” é tão grave “quanto a violência física” | Revista Fórum (revistaforum.com.br)>. Acesso em: 2 de dez de 2020.
- MAIA, G. Mourão descarta retirada de embaixada da Palestina, promessa de Bolsonaro. *UOL*, 23 de jan de 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/01/23/mourao-descarta-retirada-de-embaixada-da-palestina-promessa-de-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 09 dez 2020.
- MARQUES, Hugo. Israel cobra mudança da embaixada do Brasil para Jerusalém. *Veja*, São Paulo, 24 de out de 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/esperamos-a-mudanca-da-embaixada-diz-embaixador-de-israel/>>. Acesso em: 02 out. 2020
- MENDES, Helen. Como os EUA vão se comportar no Oriente Médio de Joe Biden. *Gazeta do Povo*, São Paulo, 11 de nov de 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/joe-biden-orientes-medio-estados-unidos/>> Acesso em: 28 de nov. 2020
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. COMEXSTAT, Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>> Acesso em: 28 de nov de 2020
- REDAÇÃO. MOURÃO diz que possibilidade de fechar embaixada palestina é ‘retórica e ilação’. *Estadão*, São Paulo, 23 de jan. de 2019. Internacional. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,mourao-diz-que-possibilidade-de-fechar-embaixada-da-palestina-e-retorica-e-ilacao,70002691278>>. Acesso em: 23 de nov. de 2020.
- NOTARI, M. H. A. Os papéis projetados pela política externa brasileira para o Oriente Médio durante os governos Lula (2003-2010). *Revista Tempo do Mundo* | rtm | v. 3 | n. 1 | jan. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7393/1/TdM_v3_n1_Papeis.pdf>. Acesso em: 4 out. 2020.
- RORIGUES. G. Trump dos trópicos? Política externa de ultradireita no Brasil. *Análises Carolina*. 06/2019. 15 abr. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332426015-Trump_dos_tropicos_Politica_externa_de_ulltradireita_no_Brasil>. Acesso em: 5 out. 2020.
- OLIVEIRA, Elaine. Transferência de embaixada brasileira para Jerusalém ainda está em estudo, diz Ernesto Araújo. *O Globo*, 29 de out. 2020a. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/transferencia-de-embaixada-brasileira-para-jerusalem-ainda-esta-em-estudo-diz-ernesto-araujo-24658229>> Acesso em: 5 out. 2020.
- OLIVEIRA, Eliane. Embaixador palestino recorre a Rodrigo Maia contra Plano de Paz de Trump para Oriente Médio. *O Globo*. Brasília, 3 de fev. de 2020b. Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/embaixador-palestino-recorre-rodriogo-maia-contr-plano-de-paz-de-trump-para-orientes-medio-24227565>>. Acesso em: 9 de dez. de 2020.

POMPEO, M. Atendendo ao chamado para promover a liberdade religiosa. **Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil** [online]. 5 fev. 2020. Disponível em: <<https://br.usembassy.gov/pt/atendendo-ao-chamado-para-promover-a-liberdade-religiosa/>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

SANZ, J. Eduardo Bolsonaro inaugura escritório comercial em Jerusalém e reafirma que Brasil transferirá embaixada. **El País**, 15 dec. 2019. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-15/eduardo-bolsonaro-inaugura-escritorio-comercial-em-jerusalem-e-reafirma-que-brasil-transferira-embaixada.html>> Acesso em: 09 dez. 2020

SCHUTTE, G. PIDONE, B. CORREA, M. Uma nova prioridade na política externa: Israel. **Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB)**. 2019. Disponível em: <<http://opeb.org/2019/03/17/uma-nova-prioridade-na-politica-externa-israel/>>. Acesso em: 5 out. 2020.

SENADO NOTÍCIAS. Senado aprova general Menandro para a embaixada do Brasil em Israel. **Senado Notícias**, 22 set. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/22/senado-aprova-general-menandro-para-a-embaixada-do-brasil-em-israel>> Acesso em: 5 out. 2020.

SHINOHARA, Gabriel. ALMEIDA, Amanda. ‘Nossa posição é se aliar a qualquer país do mundo no combate ao terrorismo’, diz Bolsonaro sobre tensão entre EUA e Irã. **Jornal O Globo**, Brasília, 3 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/nossa-posicao-se-aliar-qualquer-pais-do-mundo-no-combate-ao-terrorismo-diz-bolsonaro-sobre-tensao-entre-eua-ira-1-24170947>>. Acesso em: 23 de nov. de 2020.

TRAUMANN, Thomas. Biden colocou Bolsonaro na parede. **Veja** [online], 30 set. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/thomas-traumann/biden-colocou-bolsonaro-na-parede/>> Acesso em: 09 dez. de 2020.

VASCONCELOS, Gabriel. SARAIVA, Alessandra. Guedes diz estar confiante em relações com EUA e acena para Ásia e Oriente. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 13 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/11/13/guedes-diz-estar-confiante-em-relaes-com-eua-e-acena-para-sia-e-oriente.ghml>>. Acesso em: 23 de nov. de 2020.

A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO NA PANDEMIA

DIEGO ARAUJO AZZI
GILBERTO MARCOS ANTONIO RODRIGUES
ANA TEREZA LOPES MARRA DE SOUSA

(ORGS.)

ISBN: 978-65-87504-15-5

